

BEATRIZ TERRA FREITAS

**A CIDADE EM DISPUTA: CONFLITOS EM TORNO DA
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Júnior

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

F866c Freitas, Beatriz Terra
A CIDADE EM DISPUTA: Conflitos em torno da
apropriação do espaço urbano por pessoas em situação
de rua / Beatriz Terra Freitas. -- Rio de Janeiro,
2025.
158 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Júnior.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional, 2025.

1. População em situação de rua. 2. Rio de
Janeiro. 3. Produção do espaço urbano. 4. Conflitos.
I. Santos Júnior, Orlando Alves dos, orient. II.
Título.

BEATRIZ TERRA FREITAS

**A CIDADE EM DISPUTA: CONFLITOS EM TORNO DA
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Universidade Federal do
Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em: 03 de julho de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior - IPPUR/UFRJ (orientador)

Prof. Dra. Mariana Luscher Albinati - IPPUR/UFRJ

Prof. Dra. Lia de Mattos Rocha - PPCIS/UERJ

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos

Prof. Dr. Rolf Malungo de Souza

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional – UFRJ, por ter aceitado minha candidatura ao programa de doutorado, meu pedido de prorrogação para defesa e por ter me abrigado enquanto discente nesses anos em que esse trabalho vem sendo desenvolvido. A todos os professores deste programa que engradeceram minha formação.

Ao Orlando, pela orientação atenta, solícita e parceira, por compreender meus tempos e pelas grandes contribuições a esse trabalho.

À Mariana Albinati e Lia Rocha pelas colaborações na qualificação, que muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa Direito à Cidade do Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro, do qual participei durante todo o desenvolvimento deste trabalho e que por um período, me concedeu bolsa, através da Fundação FORD (a qual também agradeço), para desenvolver parte da pesquisa de campo para este trabalho.

Aos professores da graduação e mestrado que se tornaram amigos e grandes incentivadores: Ana Enne, João Domingues e Marina Frydberg. Ao meu orientador, tanto da graduação quanto do mestrado, que me ensinou muito do que é pesquisar, Luiz Augusto Rodrigues.

À Baluarte, empresa na qual trabalho hoje, por toda a compreensão e liberdade na gestão do meu tempo de trabalho, para que eu pudesse desenvolver trabalho de campo, reuniões e a própria escrita dessa tese. Em especial à Bárbara Arraes, uma chefe que eu tenho o prazer de chamar de amiga.

Ao Fórum Pop. Rua que me recebeu de braços abertos em todas as reuniões que participei. Aos entrevistados que confiaram em mim e compartilharam momentos íntimos e – muitas vezes – doloridos de suas vidas.

À Cléo Souza que me indicou a bibliografia para a seção de retomada histórica sobre a presença da população em situação de rua.

À Luciana Ximenes pelas trocas em relação ao fazer da tese e ricas indicações de bibliografia sobre locação e aluguel social.

À Mariana Albinati, mais uma vez, Kyoma Oliveira e Ohana Boy pela formação do “grupo dos maneiros”, que são referências acadêmicas e de ótimas pessoas e amizades para mim.

Aos amigos, Adriene Araújo, André Luiz, Arthur Antônio Fernandes, Bruno Jalles, Bruna Borromeu, Daniel Grael, Daniel Oliveira, Daniel Schneider, Gil Navarro, Guilherme Bittencourt, Gustavo Moraes, Isabela dos Santos Freitas, João Barreira, José Henrique Aderne, Juan Fischer, Juliana Novaes, Leon Navarro, Luiz Carvalho, Matheus Ribeiro, Paula Justen, Pedro Bargiona, Sofia Mussolin, Tatiane Nantes, Thamires Nantes, muitos destes que neste período também estavam realizando e concluindo suas teses em suas áreas. Obrigada pela honra de caminhar com vocês.

À Ivan Zanatta Kawahara pela parceria na vida cotidiana, por ouvir, pela paciência e por me ajudar na própria construção desta tese, compartilhando opiniões e referências bibliográficas.

À minha mãe Deila Terra, aos meus irmãos Pedro e Danilo, ao meu sobrinho Lucas, à minha cunhada Thays, agradeço pelo apoio familiar e incondicional de sempre.

RESUMO

A presente pesquisa analisa as formas de apropriação do espaço urbano pela população em situação de rua, entendendo-as como processos instáveis, marcados por um processo permanente de desterritorialização e territorialização, e como a dimensão do conflito contribui para isso. O estudo parte de leituras sobre o tema, análise de políticas públicas, levantamento de matérias do jornal O Globo e pesquisa de campo no Centro do Rio de Janeiro, buscando compreender os modos como essa população circula, ocupa e transforma o espaço público, em meio a conflitos com agentes estatais, interesses privados e setores da sociedade civil. O primeiro capítulo apresenta a questão da população em situação de rua, o percurso da pesquisa e os objetivos, buscando localizar esta tese como contribuinte para os estudos urbanos. O segundo capítulo discute a exclusão social no capitalismo e a constituição histórica da população em situação de rua no Brasil e a produção do espaço urbano pelas populações excluídas. O terceiro capítulo foca nas condições concretas de vida dessa população, a partir de dados e políticas públicas, estratégias de sobrevivência, exclusão do mercado de trabalho e os efeitos da estigmatização e violência. O quarto capítulo apresenta a pesquisa de campo, com análise das trajetórias de vida de pessoas em situação de rua, seus deslocamentos urbanos e os conflitos por espaço que enfrentam, além da argumentação sobre a questão do conflito, desfiliação e territorialização. Por fim, o último capítulo traz as considerações finais, propondo uma reflexão crítica sobre o papel da população em situação de rua na produção do espaço urbano e a urgência de políticas públicas intersetoriais que incorporem suas experiências e necessidades reais. A tese propõe, assim, compreender a vida nas ruas não como desordem urbana, mas como uma expressão da presença e visibilidade dessa população despossuída, marcada por conflitos, sobrevivências e territorializações precarizadas que não se completam, mas significativas.

Palavras-chave: população em situação de rua; Rio de Janeiro; produção do espaço urbano; conflitos.

ABSTRACT

This research analyzes the forms of appropriation of urban space by the homeless population, understanding them as unstable processes, marked by a permanent dynamic of deterritorialization and territorialization, and how the dimension of conflict contributes to this. The study is based on readings on the topic, analysis of public policies, a survey of articles from O Globo newspaper, and fieldwork in downtown Rio de Janeiro, seeking to understand how this population circulates, occupies, and transforms public space amid conflicts with state agents, private interests, and sectors of civil society. The first chapter presents the issue of homelessness, the research path, and objectives, aiming to situate this thesis as a contribution to urban studies. The second chapter discusses social exclusion under capitalism, the historical formation of the homeless population in Brazil, and the production of urban space by excluded populations. The third chapter focuses on the concrete living conditions of this population, based on data and public policies, survival strategies, exclusion from the labor market, and the effects of stigmatization and violence. The fourth chapter presents the fieldwork, analyzing the life trajectories of homeless individuals, their urban displacements, and the spatial conflicts they face, as well as a discussion on conflict, disaffiliation, and territorialization. Finally, the last chapter presents the final considerations, proposing a critical reflection on the role of the homeless population in the production of urban space and the urgency of intersectoral public policies that incorporate their real experiences and needs. Thus, the thesis proposes to understand street life not as urban disorder, but as an expression of the presence and visibility of this dispossessed population, marked by conflicts, survival strategies, and precarious territorializations that never fully consolidate, yet are significant.

Keywords: homeless population; Rio de Janeiro; urban space production; conflicts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
Considerações Metodológicas.....	17
2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	20
2.1. A exclusão e a dinâmica capitalista	21
2.2. A complexa realidade da população em situação de rua no Brasil	27
Retomada histórica da pobreza urbana no Brasil.....	28
Características e perfil da população em situação de rua na atualidade	36
2.3. A produção do espaço urbano a partir dos excluídos	42
3. A VIDA NAS RUAS: PRINCIPAIS DIMENSÕES DA EXISTÊNCIA	52
3.1 A população em situação de rua no Brasil e no município do Rio de Janeiro	52
3.2 Análise das políticas públicas e programas para população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro	60
Âmbito Federal	61
Luta por Moradia.....	65
Âmbito Municipal	69
3.3 Formas de (sobre)viver nas cidades.....	73
3.4 Estigmatização sobre a população em situação de rua e violência	80
4. DISCUSSÕES EM TORNO DA VIDA COTIDIANA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO.....	98
4.1 Conflitos, Territorialização e Desfiliação: a luta pela apropriação do espaço urbano.....	99
4.2 Vivências da população em situação de rua no contexto urbano do Rio de Janeiro	107
Descrição da pesquisa de campo	108
Trajetórias de rua.....	113
Trabalho com população em situação de rua	123
Conflitos	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
APÊNDICE A – Ficha de observação.....	156
APÊNDICE B – Perguntas norteadoras	157

1. INTRODUÇÃO

No período de 2015 a 2017, estive no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, na Universidade Federal Fluminense, realizando a pesquisa “Disputas em torno do território: Apropriações e usos no Caminho Niemeyer, Niterói/RJ”. A pesquisa buscou mapear os agentes e grupos que agiam na conformação do território do Caminho Niemeyer¹: Prefeitura, capital e os próprios usuários – e, dentro desses, os diferentes tipos de usuários. Para isso, o campo foi realizado com diversas idas ao espaço, variando turnos e dias da semana. Essas idas resultavam em entrevistas ou apenas na descrição da observação. Apesar de não ser o foco da pesquisa, era possível identificar um pequeno grupo de aproximadamente 5 pessoas em situação de rua que ficava do lado de fora do Caminho Niemeyer, na rua entre o Terminal Rodoviário e a entrada.

Ao final de 2017, comecei a participar de um trabalho voluntário, chamado Caravana da Esperança², que entrega às pessoas em situação de rua de Niterói, comida, suco, água, roupas e sapatos – às vezes sanduíche e chocolate quente também. O trabalho é realizado às quintas-feiras, a partir das 20:30. Quando ingressei, o território de trabalho deste grupo era justamente o espaço entre o Terminal Rodoviário de Niterói e a entrada do Caminho Niemeyer. Para minha surpresa, após 21h ficavam mais de 120 pessoas em situação de rua nesse espaço.

Esse fator me causou imensa curiosidade. O uso do espaço mudava radicalmente dependendo do turno do dia. Passado uns meses, percebemos que a população em situação de rua que ali ficava diminuiu drasticamente e observamos a presença de dois guardas municipais que não ficavam ali antes. Como não conseguíamos distribuir todas as quentinhas por lá pela diminuição de pessoas, íamos também para outras ruas do Centro. Alteramos diversas vezes nosso roteiro, sempre procurando passar atrás do Terminal primeiro. Nos outros trajetos, fomos encontrando pessoas que já eram atendidas pela Caravana há muitos anos. Em

¹ O Caminho Niemeyer é uma grande praça pública, projetada por Oscar Niemeyer, que fica atrás do Terminal Rodoviário da cidade de Niterói. No entanto, é um espaço gradeado que ficava fechado ou aberto conforme determinações da administração do espaço.

² A Caravana é um projeto do Grupo Espírita Servidores de Jesus, localizado no Centro de Niterói.

conversa, nos contaram que os guardas e a administração do Terminal³, estavam os expulsando daquele local atrás do Terminal e por isso que o número de pessoas lá havia diminuído.

Nosso itinerário, então, passou a ser pelas ruas principais do Centro de Niterói, onde havia maior concentração de pessoas nas ruas: Rua São João, Avenida Amaral Peixoto, às vezes Avenida Rio Branco (próximo ao Restaurante Popular da cidade), com paradas em alguns lugares no meio desse trajeto em que observássemos pessoas dormindo nas ruas. Com o tempo, percebemos que no horário que íamos as pessoas na Avenida Amaral Peixoto já haviam recebido comida e outros itens de outros grupos também ligados a instituições religiosas. Achamos melhor estender nosso trajeto para outros lugares, como a Rua Cel. Gomes Machado (em frente ao Centro POP de Niterói, ainda no Centro) e as ruas Marquês de Paraná, São Lourenço, Benjamin Constant e Alameda São Boaventura (embaixo da descida da Ponte Rio-Niterói), na Zona Norte de Niterói. Nosso trajeto procurava se adaptar através da observação de grupos de pessoas em situação de rua que estavam sendo menos atendidos.

Nesse tempo em que participei da Caravana, pude conhecer algumas pessoas marcantes para a Caravana que, de formas diferentes, demonstram demandas, questões e perfis da população em situação de rua em Niterói. Começamos com Emílio⁴, que era um homem negro de, aproximadamente, 50 anos de idade, bem conhecido pela Caravana por ser atendido há muitos anos e também porque em algumas ocasiões, como no Natal⁵, ajudava a movimentar outras pessoas. Emílio vivia sozinho, tinha sua própria carroça e ficava na Rua São João. Vanessa também tinha um perfil parecido: era uma mulher de aproximadamente 50 anos, vivia sozinha, tinha sua própria carroça e andava sempre com sua cadela, de quem era inseparável. Em certa ocasião, ao ser convidada para o Natal perguntou se a cachorra podia ir. Como não seria possível levá-la, preferiu não ir à ceia na sede do grupo. Por esse mesmo motivo, ela não procurava os abrigos, já que não

³ Segundo os relatos, a administração do Terminal ligava os *sprinters* de água, da marquise do terminal, para deixar o espaço molhado e não poder ser utilizado pela população em situação de rua.

⁴ Na época destes contatos, não foram solicitadas autorizações para uso do nome. Por esse motivo, optamos por colocar aqui nomes fictícios.

⁵ Próximo ao Natal, a Caravana realiza um jantar, em um final de semana, para até 30 pessoas em situação de rua, na sede do Grupo Espírita Servidores de Jesus. O número limite é devido ao espaço físico do grupo.

permitiam cachorros. Havia também o casal Alberto e Ana, que era uma mulher trans. Eles se conheceram nas ruas e viviam juntos há pelo menos 5 anos. Também eram grandes conhecidos da caravana pela sua parceria com o grupo. No entanto, às vezes Roberto bebia e tendia a ficar agressivo, principalmente com Ana. Durante a pandemia, soubemos que ela havia falecido de covid e Alberto estava bebendo cada vez mais. Eles ficavam normalmente na Avenida Amaral Peixoto junto com outras pessoas. Por último, havia Antônio que mudava de lugar de acordo com a relação com a sua ex-mulher. Eles ficaram 10 anos juntos e tinham filhos, mas ela o trocou por outro homem e ele não aceitava muito bem a situação. Se posicionava em lugares que ainda ficassem perto dela, mas às vezes era expulso por ela ou pelo atual companheiro dela.

Alguns outros encontros foram também marcantes: um senhor que estava com tuberculose e nenhum abrigo o aceitava (ou por causa da idade ou por estar com uma doença contagiosa e correr o risco de passar para outros abrigados); uma menina trans que havia sido expulsa de casa por ser trans; algumas famílias com filhos; os artesãos que vendiam pulseiras e colares em frente a estação das barcas de dia e, à noite, dormiam na Avenida Amaral Peixoto.

A percepção da mudança do uso de um espaço, os motivos que os levavam a sair de um lugar para outro, os relatos dessas pessoas e as relações traçadas nesse período, me incentivaram a estudar a relação desta população com o espaço, pelo fato de ser uma vida instável, diante de inúmeros fatores, inclusive pelo deslocamento, às vezes compulsório, necessário para a sobrevivência deste grupo.

O aumento expressivo do número de pessoas vivendo nas ruas é um fenômeno global⁶ e não é recente. No Brasil, essa questão fica mais visível principalmente a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, sendo um dos motivos o aumento do desemprego nesse período e, consequentemente, aumento do subemprego e trabalho informal, devido ao estabelecimento de políticas neoliberais. Esse crescimento extrapola fronteiras, não

⁶ A presença e o aumento do número de pessoas em situação de rua não é exclusividade do Brasil. Na Europa, existe a European Federation of National Organisations Working with the Homeless – FEANTSA, uma organização que funciona desde 1989 e coleta dados sobre população em situação de rua, buscando influenciar na elaboração de políticas públicas. Na América Latina, tem sido desenvolvido um programa, chamado Rede Calle, que une Brasil, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile e Costa Rica, visando trocar experiências de políticas públicas sobre população em situação de rua.

se restringindo apenas a grandes capitais, como podemos ver através dos títulos de reportagens: “Projeto aponta crescimento da população de rua” (sobre Niterói, A Tribuna/06 de junho de 2017); “Crescimento dos moradores de rua mostra vulnerabilidade cada vez mais exposta” (sobre Londrina, Bonde News/12 de fevereiro de 2018); “Pelo menos 260 pessoas vivem em situação de rua só na região do Centro de Manaus” (A crítica/12 de novembro de 2017); entre outras.

Esse dado é perceptível não só aos meios de comunicação, mas também à população, como nos mostra a reportagem: “Para 43% dos brasileiros, número de moradores de rua aumentou” (G1, 04 de janeiro de 2020). Ainda em 2009, em relatoria realizada para a plataforma DHESCA – Direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em uma análise sobre a cidade de São Paulo, os autores já puderam identificar, através das falas de pessoas entrevistadas, o crescimento da população em situação de rua: “Aliás, a visita noturna às ruas do centro de São Paulo indica que a população de rua vem crescendo, como escutamos em diversos depoimentos, em grande parte decorrente das remoções e despejos que vêm ocorrendo.” (SANTOS JUNIOR; MÜLLER, 2009, p. 30-31).

Mesmo com o aumento a olhos vistos, o Brasil ainda não produz pesquisa ou contagem oficial a nível nacional da população em situação de rua⁷. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão responsável pelo censo brasileiro, diz ser inviável realizar a contagem de pessoas em situação de rua para o censo de 2020⁸, ainda que tenha sido pedido pela Defensoria Pública, devido aos cortes orçamentários sofridos desde 2019 e pela falta de uma metodologia única por conta das especificidades e heterogeneidade desta população.

Em nota técnica, lançada em 2022, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA fez um levantamento de estimativa da população em situação de rua, baseado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, nos registros mensais de atendimento socioassistencial (RMAs) e no Censo SUAS (dados reportados pelos municípios para o Ministério dos Direitos

⁷ O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou em 2023 um painel com dados sobre a população em situação de rua (os últimos dados atualizados são de julho de 2023), no qual diz que o número total de pessoas em situação de rua é de 138.072. Os dados são baseados apenas nas pessoas registradas no CadÚnico.

⁸ Adiado para 2022 por conta da pandemia do coronavírus que se estabeleceu no Brasil desde meados de março de 2020.

Humanos e Cidadania, no âmbito das questões de assistência social). A nota faz um levantamento desde 2012 dessa população e estima que existem 281.472 pessoas vivendo nas ruas, sendo o Sudeste a região que concentrava mais da metade dessa população, 151.030 pessoas.

Com a falta de dados oficiais sobre a população em situação de rua e por se tratar de um grupo heterogêneo, essa temática constitui um problema para a administração pública. Em 2004, após o episódio que ficou conhecido como o “massacre da Sé”⁹, foi formado o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Após uma série de encontros e diálogos com a Academia e gestores públicos, esse grupo conseguiu pautar a elaboração de uma lei específica para o povo da rua. Apenas em 2009 foi feito o decreto federal 7.053, estabelecendo a política nacional para a população em situação de rua. Todavia, até hoje há uma grande dificuldade na fiscalização da execução deste decreto, principalmente a partir de 2016, com o desmonte de políticas públicas voltadas a essa área, entre outras condições.

Além dos dados gerados até então, o município de São Paulo realiza, já alguns anos, um censo da população em situação de rua. O último, feito em 2021, nos mostra que 31.884 pessoas vivem nas ruas ou em centros de acolhida na cidade de São Paulo, dos quais 83,4% são homens. 71,5% desses homens são pretos ou pardos, 25,8% são brancos, 0,9% indígena e 0,7% amarelos. Esses dados corroboram os registros que se tem até hoje da pesquisa nacional: a maioria da população em situação de rua é formada por homens, na faixa de 30 a 60 anos, pretos ou pardos. Apesar disso, é uma população heterogênea quando consideramos a trajetória da pessoa, o tempo que vive na rua, o tipo de socialização, sua rotina espacial, o uso – ou não – de substâncias químicas, se são imigrantes, se são LGBTQIAPN+, os motivos pelo qual está na rua... enfim, uma série de especificidades que exigem análises e considerações diferenciadas.

Apesar de sua heterogeneidade e dos diversos motivos existentes para que uma pessoa viva na rua, a estigmatização dessa população é esmagadora. Como veremos no capítulo 3 deste trabalho, a estigmatização leva a diversas violências contra essa população. Exemplos não faltam para demonstrar isso, especialmente

⁹ Em agosto de 2004, sete pessoas em situação de rua foram assassinadas na praça da Sé, em São Paulo e outras seis foram feridas. Dos cinco policiais e um segurança que foram acusados, apenas dois foram presos, condenados pela morte de apenas uma das vítimas.

quando se trata de violências físicas. Em uma simples investigação em sites de busca encontram-se diversas matérias ilustrativas: “Rio é a sexta capital com mais notificações de violência contra moradores de rua” (Jornal Extra, junho de 2019); “Morador de rua é queimado enquanto dormia em Rio Preto” (Jornal O Globo, janeiro de 2021); “Rio: Jovens gravam vídeo espancando com soco e chutes morador de rua” (Portal UOL Notícias, dezembro de 2020); “Polícia apreende adolescente que atirou coquetel molotov em morador de rua no Rio” (Carta Capital, 21 fevereiro de 2025).¹⁰

Na prática, a população em situação de rua é invisibilizada nas ações e políticas públicas dos governos. Quando são foco da administração pública, as ações são frequentemente violentas e repressivas, utilizando força policial para remoções e recolhimento compulsório, motivadas pelos interesses econômicos. Essa situação lembra muito a descrita por Loic Wacquant sobre a transformação dos guetos norte-americanos pós década de 1960¹¹. Ao longo deste trabalho, apresentaremos melhor esta relação. Por outro lado, a população em situação de rua é visível aos grupos que circulam na cidade, sendo alvo dos estigmas criados ou ainda a sendo objeto da imagem de pessoas que “suja as ruas”, quase como parte do mobiliário urbano das cidades. Outras vezes, recebem atenção social, como ações solidárias.

No campo acadêmico, os estudos produzidos até hoje sobre população em situação de rua abordam esse grupo social de formas variadas, a partir de olhares diferentes, derivando de qual área de estudo o autor está falando. A partir de revisão bibliográfica¹², identificamos, pelo menos, três tipos de abordagens da população em situação de rua. O primeiro tipo chamamos de Análise de políticas públicas para a população em situação de rua, contendo análises teóricas ou práticas (como estudos de casos) dos equipamentos e ferramentas que a administração pública oferece para lidar com essa população. A maioria dos artigos produzidos dentro

¹⁰ No período da pandemia do COVID-19, as matérias relacionadas a essa população tratam, em sua maioria, de ações governamentais implementadas para tentar diminuir o contágio entre pessoas em situação de rua. Outras matérias dizem respeito à denúncia sobre as condições as quais são submetidas essas pessoas. E, por último, poucas reportagens trazem informações sobre ações solidárias, iniciativas individuais de grupos de pessoas na maioria das vezes.

¹¹ WACQUANT, L. – Decivilizing and demonizing: the remaking of the black America ghetto. In: *The Sociology of Norbert Elias*, 2004.

¹² A revisão bibliográfica foi realizada majoritariamente com artigos brasileiros publicados sobre população em situação de rua até 2021. Algumas dissertações também integraram essa revisão.

dessa categoria defendem que as políticas públicas desenvolvidas para a população em situação de rua devem ser integradas, intersetoriais. Pela heterogeneidade, tratá-los apenas pela saúde pública, ou pela habitação, ou pela assistência social, não dá conta de cuidar dessa população. As grandes áreas que apresentam estudos sobre isso são: sociologia, geografia, saúde (principalmente psicologia e medicina) e serviço social, (SILVA; SILVA, 2017; WIJK, MÂNGIA, 2019; BARBOSA, 2018; BARBOSA *et al.*, 2018; BOVE; FIGUEIREDO, 2015; PIMENTEL, 2018). Vale destacar que os estudos da medicina nessa categoria temática, normalmente são análises sobre a atuação dos Consultórios de Rua¹³.

O segundo tipo pode ser caracterizado como Análise social da condição de situação de rua, centrada nas causas e consequências de se viver na rua. Aqui são realizados estudos de perfil da população em situação de rua, estudos sobre grupos específicos dentro dessa população (mulheres, mães, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQI+ etc.) e pesquisas sobre as possíveis causas que levam essas pessoas a habitarem as ruas, nas quais encontramos situações como desemprego, quebra do vínculo familiar, algum tipo de vício, distúrbios mentais etc. Essa categoria normalmente é tratada pelas áreas da psicologia, da sociologia e do serviço social (CASSAL; FERNANDES, 2020; MARTINS; ROBAINA, 2020; TIENGO, 2018; LEMÕES, 2019; SANCHOTENE *et al.*, 2019; PINHO *et al.*, 2019; CEOLIN *et al.*, 2020; ZINEK; PASSOS, 2020; EUGÊNIO, 2018).¹⁴

O terceiro e último tipo denominamos de Análise da produção social do espaço e as dinâmicas de reprodução social da população em situação de rua, centrada na relação entre população em situação de rua e a produção do espaço urbano. Na literatura, encontramos diversos artigos que tem como objetivo esse tipo de análise e que, pela sua expressividade, conformam um tipo específico de análise dentro dos estudos sobre população em situação de rua, apesar de serem em menor número que os estudos agrupados nas abordagens anteriores.

¹³ O Consultório de Rua foi uma ferramenta do governo federal instituída em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica. Tem como objetivo ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços públicos de saúde.

¹⁴ Não poderíamos deixar de citar aqui alguns estudos que, nesse período, já haviam sido produzidos sobre as consequências da pandemia do coronavírus sobre a população em situação de rua.

Nesse tipo, os estudos se dedicam a entender a população em situação de rua e sua vida cotidiana através de seus deslocamentos e/ou de como se apropriam dos espaços públicos das cidades. Esses estudos trazem, normalmente, discussões sobre centralidade, território e espaço público, considerando o papel da espacialidade na vivência dessa população. As áreas que mais têm produções sobre essa temática são geografia, serviço social e sociologia (ALBUQUERQUE, 2017; PALOMBINI, 2016; REIS; RIZZOTTI, 2013; CARVALHO, 2019; ROBAINA, 2016).

Consideramos que a presente pesquisa poderia ser inserida neste terceiro tipo. Os estudos citados são relevantes quando mapeamos os campos que tratam da população em situação de rua, visto que apresentam uma nova abordagem sobre a realidade e a vivência dessas pessoas. Na leitura desses estudos, no entanto, foi possível perceber algumas ausências ou insuficiências, tais como a falta de pesquisa de campo e incorporação da visão da própria população em situação de rua para produção de suas pesquisas; e a ausência de análises centradas no conflito entre a população de rua¹⁵ e outros agentes sociais – entre os quais destacam-se os agentes públicos, os agentes do mercado e as classes médias –, que disputam a apropriação e uso do espaço público para seus interesses, sejam econômicos ou para fins da sua reprodução social, seja como espaços mercantilizados, seja como espaços comuns.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral interpretar as formas de apropriação do espaço pela população em situação de rua como um processo permanente, dada a sua natureza instável, envolvendo dinâmicas de desterritorialização e uma territorialização que nem sempre se completa. Esse constante movimento decorre do conflito pela apropriação dos espaços públicos entre a população em situação de rua e os diferentes grupos sociais hegemônicos. Dessa forma, compreendemos que esse tópico é essencial para o entendimento da produção do espaço urbano no contexto contemporâneo. Pretendemos, com isso, contribuir com o campo do planejamento urbano e dos estudos de território e

¹⁵ Por motivos de fruição textual, em alguns momentos usaremos população de rua ou povo de rua para evitar repetições muito longas. No entanto, defendemos a importância da expressão “em situação de” para identificar o caráter temporário da moradia nas ruas da cidade. A maioria das pessoas em situação de rua não nasceu e não passa a vida inteira nessa condição. Defendemos ainda o termo “pessoa em situação de rua” por demonstrar a individualidade de cada sujeito e sublinhar a heterogeneidade dessa população.

cidades bem como os campos outros que trabalham com a população em situação de rua, levando em consideração que o espaço (e a forma como vivem e se apropriam deste) é uma categoria-chave para pensar este grupo social.

São objetivos específicos desta pesquisa: (i) entender as dimensões estruturais da relação entre os diversos motivos para se viver nas ruas e o sistema capitalista; (ii) buscar compreender como a população em situação de rua se desloca pelos espaços da cidade e identificar as motivações desses deslocamentos; (iii) analisar políticas públicas e ações das gestões públicas voltadas a essa população, no período de 2009 até o momento atual e; (iv) investigar as tensões entre grupos hegemônicos e população em situação de rua.

Para alcançar os objetivos delineados, a tese está organizada em cinco capítulos, incluindo esta Introdução e as Considerações finais, descritos a seguir.

O segundo capítulo irá localizar a discussão desta pesquisa no terceiro tipo de abordagens sobre a população em situação de rua. Sendo assim, abriremos o capítulo com uma análise da exclusão de grupos sociais como sendo inerente à dinâmica capitalista (Friedrich Engels, Karl Polanyi, Snow e Anderson, Ermínia Maricato). A seguir trataremos da realidade da população em situação de rua, apresentando, historicamente, uma de suas possíveis origens no Brasil e o perfil desta população na contemporaneidade. Fechando o capítulo, trataremos das questões sobre a produção do espaço a partir dos grupos excluídos, com discussões sobre espaço público e território (Hannah Arendt, Henri Lefebvre, David Harvey, Milton Santos, Rogério Haesbaert).

O terceiro capítulo traz reflexões sobre as principais questões acerca da população em situação de rua que podem ter grande impacto no uso do espaço por essas pessoas. Primeiro investigamos mais profundamente o cenário da população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro. Para tal, utilizamos os dados dos censos e pesquisas disponibilizados no período de desenvolvimento deste trabalho, realizando também uma análise das políticas públicas, tais como a lei federal para a população em situação de rua (através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009). A segunda seção deste capítulo, busca falar das formas de se conseguir recursos (dinheiro, comida, trabalho etc.) para sobreviver nas cidades e das dificuldades encontradas por essa população para entrar e se manter no mundo do

trabalho (David Harvey, Snow e Anderdon, Vieira, Bezerra e Rosa, Marisa Borin, Maria Lucia Lopes da Silva). Por fim, a terceira seção deste capítulo trata das questões conceituais como os temas da estigmatização, segregação e violência urbana (Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Loic Wacquant), baseados em como a mídia trata a população em situação de rua. Realizamos – através do grupo Direito à Cidade do Observatório das Metrópoles RJ – um levantamento de notícias do jornal O Globo, de 2009 a junho de 2022, a respeito do tema, o que fundamenta também esta seção.

No quarto capítulo, buscamos tratar da dimensão do conflito na apropriação do espaço público e como, no caso da população em situação de rua, acaba sendo natural que o conflito exista (Robert Castel, Gabriel Feltran, Michel Agier, Achile Mbembe, Raquel Carriconde). Na segunda seção, apresentamos mais especificamente a pesquisa de campo feita para este trabalho, analisando as trajetórias de rua das pessoas entrevistadas, o trabalho desenvolvido com pessoas em situação de rua a partir de grupos mediadores e os conflitos que encontramos, causando deslocamentos das pessoas em situação de rua.

Por fim, o quinto capítulo trará as considerações finais a partir da pesquisa realizada nesses anos no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

Considerações Metodológicas

A metodologia desenvolvida para a realização deste trabalho foi baseada no que entendemos ser importante para elaborar uma visão geral das condições de vida da população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro, a começar pela revisão bibliográfica, apresentada nesta introdução, que ofereceu o pontapé inicial para entrada no tema, além da minha vivência prévia trabalhando (não como pesquisadora, mas de forma voluntária) com população em situação de rua, na cidade de Niterói e a observação, a partir disto, que levou ao interesse em realizar e desenvolver esta pesquisa. O recorte territorial da pesquisa, no entanto, foi no Centro do Rio de Janeiro por compreendermos serem maiores as complexidades em torno dessa população em uma grande capital, que possui um número elevado de pessoas vivendo nas ruas.

Com o suporte do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade do Observatório das Metrópoles – Núcleo RJ, ao qual pertenço, desenvolvemos ainda o levantamento de

matérias do jornal O Globo, entre 2009 e junho de 2022, sobre população em situação de rua no Rio de Janeiro, que apresentamos no terceiro capítulo, baseando nossa discussão sobre estigmatização e violência. Além disso, desenvolvemos a pesquisa de campo – que descrevemos mais detalhadamente no capítulo quatro –, que contou em muitos momentos com a participação de duas pesquisadoras do grupo (Paula Cardoso e Sueli Nascimento), nas idas à campo e em uma das entrevistas com uma pessoa que vive na rua. Por motivos éticos, alteramos os nomes das pessoas em situação de rua entrevistadas por nomes fictícios e as fotos tiradas e utilizadas procuram não mostrar pessoas em situação de rua ou não mostrar seus rostos. Além de entrevistas com pessoas em situação de rua, fizemos entrevistas com pessoas que possuem trajetória de rua, mas hoje vivem em ocupações e grupos que realizam trabalhos com pessoas em situação de rua (seja assistencial, seja um trabalho mais relacionado à luta pela implementação das políticas públicas para essa população).

Para análise das políticas públicas, apresentada no terceiro capítulo, levantamos leis, decretos e portarias do Brasil e do município do Rio de Janeiro, voltadas a essa população. Fizemos também um levantamento de dados dos censos de população em situação de rua, principalmente do município do Rio de Janeiro, e no que há de estimativa dessa população a nível nacional.

Vale ressaltar a participação em reuniões (como o Fórum Estadual da Pessoa Adulta em Situação de Rua), audiências públicas (como as promovidas pela Comissão Especial da População em situação de rua da câmara dos vereadores do Rio de Janeiro) e encontros ou cursos em espaços acadêmicos (como o grupo de estudo Racialização da luta por moradia com a população em situação de rua, coordenado pelo Polos – UFMG), que permitiram um mapeamento dos atores que lidam com o tema no Rio de Janeiro e um melhor entendimento do campo.

Além disso, é importante dizer que há algumas dificuldades em se aproximar e entrevistar esse grupo em específico devido a condições como alcoolismo e uso de drogas ilícitas (tema melhor abordado no último capítulo), bem como pela dificuldade de agendar encontros por falta de um aparelho celular ou de acesso à internet, por exemplo. Algumas tentativas de entrada no campo foram infrutíferas, como no caso em que tentamos entrevistar pessoas com trajetória de rua que viviam em ocupações ou representantes do MNPR no Rio de Janeiro. A tentativa de

entrada em alguns grupos mediadores também não foi possível devido a burocracias das organizações ou à saída da pessoa que estava sendo minha interlocutora, como foi o caso do Projeto RUAS.

Por fim, acreditamos que a presente pesquisa pode contribuir para o campo do planejamento urbano e para a gestão pública, no que diz respeito a uma exposição das formas de vida da população em situação de rua e das críticas aos dados que existem hoje, como o censo da população em situação de rua do Rio de Janeiro, buscando políticas mais assertivas e a implementação das que já existem voltadas para esse grupo social. Poder realizar um estudo que pense os excluídos e despossuídos, através de sua utilização dos espaços urbanos, pode abrir uma nova discussão no planejamento urbano e nas políticas públicas urbanas, considerando a existência dessas pessoas para além de momentos de violência e expulsões, dando foco aos seus hábitos e necessidades.

2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Como dito na Introdução, acreditamos que o estudo que procuramos fazer aqui se aproxima das pesquisas que tratam de população em situação de rua a partir da perspectiva da Análise da produção social do espaço e as dinâmicas de reprodução social da população em situação de rua. Este capítulo está organizado em três partes. Em cada uma, buscamos aprofundar as questões que essas pesquisas apresentam, para que possamos, com isso, trazer nossas contribuições ao debate.

Na primeira parte do capítulo, apresentaremos o processo de exclusão de partes da população como inerente e necessária à reprodução do sistema capitalista. Para tal, trabalhamos com uma breve retomada histórica ao período marcante da Revolução Inglesa, tentando demonstrar como inúmeros grupos sociais, em momentos diferentes da história e em lugares diferentes do mundo, são excluídos desta lógica.

Na segunda sessão, buscamos demonstrar a complexidade da realidade de um destes grupo dos excluídos: a população em situação de rua. Grupo a que esse trabalho se dedica a pesquisar. Assim, discutiremos as principais características da população em situação de rua no contexto brasileiro e as situações socioeconômicas – e de outras ordens – que levam uma pessoa a “optar” por viver nas ruas.

Na terceira e última sessão deste capítulo, trataremos da produção do espaço urbano a partir dos grupos excluídos. Aqui, abarcaremos a importância da rua e dos espaços públicos para essas pessoas, as formas de habitar esses espaços, entre outras questões.

Dessa forma, e ao longo dos outros capítulos desta tese, buscamos incluir algumas ausências ou insuficiências encontradas nos artigos que abordam a população de rua a partir da Análise da produção social do espaço e as dinâmicas de reprodução social da população em situação de rua, conforme identificamos na introdução, sendo elas a análise da dimensão do conflito (considerando que vivemos um período de uma inflexão ultraliberal) e a incorporação da visão da população em situação de rua, sobre seus modos de viver, seus deslocamentos e sua apropriação dos espaços públicos.

2.1. A exclusão¹⁶ e a dinâmica capitalista

Para análise deste item, começaremos nossa argumentação pelo período da Revolução Inglesa, período esse tão marcante na história do ocidente devido às profundas alterações nas relações socioeconômicas. Em “A Grande Transformação”, para explicar o surgimento de um sistema de mercados autorregulados, Karl Polanyi faz um apanhado histórico da Inglaterra desde os cercamentos de terras¹⁷ na zona rural inglesa, a partir do século XVI, até o momento da Revolução Industrial.

Polanyi defende que a economia nem sempre se organizou em um sistema de mercados, como acontece hoje. Ou seja, a economia nem sempre determinou as relações socioeconômicas. Como exemplo, o autor cita o caso da Melanésia Ocidental, uma comunidade pré-capitalista, que tinha como base dois princípios organizacionais da economia: reciprocidade e redistribuição. Esses princípios contribuem para que a distribuição dos recursos seja mais igualitária dentro da comunidade. Aqui, “O sistema econômico é, de fato, mera função da organização social.” (POLANYI, 2021, p. 106). Os mercados, nesse caso, são espaços de troca econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, a partir do século XVI, o número de mercados passa a aumentar e ganhar importância na sociedade. A expansão foi se dando ao longo dos séculos, sem reconhecer a natureza não expansiva e limitada do padrão de mercado. Nesse contexto, criam-se diversas instituições para uma única função: auxiliar na organização e manutenção do mercado (motivo pelo qual Polanyi defende que a economia de mercado não existe sem uma sociedade de mercado). O século XIX transformou a disseminação dos mercados em um sistema de mercados autorregulados como se fosse um desenvolvimento natural dos mercados. Como diz o autor, “Em vez de a economia enraizar-se nas relações sociais, as relações sociais é que se enraízam no sistema econômico.” (*Ibidem*, p. 116)

¹⁶ Vale ressaltar, antes de adentrarmos esta seção, que a noção de exclusão utilizada neste trabalho refere-se não a uma exclusão total do indivíduo da sociedade – ou seja, uma total perda de vínculo – e, sim, a um processo de desfiliação, no sentido de Robert Castel, como abarcado no último capítulo deste trabalho. Esse processo é que está sendo evidenciado aqui, utilizando a palavra “exclusão” por relação aos estudos de Engels entre outros autores trabalhados neste capítulo.

¹⁷ Os cercamentos de terras foram uma série de privatizações de terras comunais, expulsando agricultores e camponeses que usufruíam destas, impedindo seu acesso. Os cercamentos eram realizados, principalmente, por senhores locais.

Foi com a liberação dos comércios externos e internos dos países da Europa Ocidental, ou seja, a perda das regulamentações mercantilistas pelos Estados, o contexto no qual a economia de mercado se desenvolveu ignorando as diferenças entre campo e cidade, passando como um trator pelos países e trazendo os princípios atuais dessa sociedade: o monopólio e a concorrência. Baseado nesses princípios e com a autorregulação, Polanyi defende que “toda a produção destina-se à venda no mercado e todas as rendas decorrem dessa venda.” (*Ibidem*, p. 130). Sendo assim, todos os elementos relacionados à indústria geram mercados; não só os bens e serviços produzidos por ela, mas também a terra, o trabalho e o dinheiro, elementos que ela utiliza. O autor classifica esses últimos três como mercadorias fictícias pois, por princípio, não são objetos produzidos para a venda nos mercados. A terra faz parte da natureza, o trabalho é a força de trabalho de um indivíduo e o dinheiro é a moeda de troca dentro do sistema econômico. Entretanto, pela renda que movimentam nas indústrias, são tratados como se fossem mercadorias. E essa fantasia de que terra, trabalho e dinheiro são mercadorias tornou-se o princípio organizador da sociedade.

Especificamente sobre o trabalho como mercadoria, Polanyi defende que este foi o último mercado a ser organizado sob o sistema industrial. Isso se deve, em grande parte, pela Lei de Speenhamland (1795-1834), que tinha como alicerce a concessão de subsídios para complementar os salários, de acordo com a tabela do preço do pão. Esses subsídios não saiam dos governos e, sim, dos impostos pagos pela população local à cada paróquia. O autor argumenta que o funcionamento desta lei impediu a criação de um mercado de trabalho até 1834, por defender o “direito à vida”, ainda que, a longo prazo, o resultado não tenha sido muito positivo, arruinando as pessoas a quem deveria socorrer.

A Revolução Industrial gerou muita riqueza para os proprietários e muita pobreza e desemprego ao mesmo tempo. Como Polanyi diz “O pauperismo destacava o fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância” (*Ibidem*, p. 148). Quanto mais a indústria cresce, mais força de trabalho precisa. Quando tem início uma crise, muitas pessoas perdem seus empregos, gerando uma massa que Marx e Engels chamam de população supérflua ou exército industrial de reserva. Dessa forma, como as crises do capitalismo, as contradições também são inerentes ao sistema capitalista. Para Polanyi, o conceito de economia

de mercado nasce de uma contradição: harmonia e autorregulação de um lado e competição e conflito de outro (*Ibidem*, p. 149).

Marx, no capítulo 23 do primeiro volume d'O Capital, se dedica a explicação da lei geral da acumulação capitalista. Para tanto, o autor demonstra a necessidade da existência e manutenção de um exército industrial de reserva na reprodução e acumulação capitalista. Após elucidar os processos de acumulação capitalista e o crescimento do capital total mais rápido do que ele consegue absorver de população trabalhadora, o autor diz:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, **e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista**. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta (MARX, 2017, p. 707, grifos meus).

Em “A situação da classe trabalhadora”, Friedrich Engels descreve detalhadamente o contexto em que a classe proprietária vivia na primeira metade do século XIX. Além de demonstrar a qualidade de saúde, alimentação e as precárias habitações dos operários, Engels fala sobre o total descaso e o desprezo dos proprietários e da classe burguesa pelos proletários. Através de relatos da época, de sua própria vivência entre os operários e textos publicados em colunas de jornais, o autor aponta que a classe burguesa comete assassinato social, visto que muitas pessoas morrem de fome devido ao desemprego ou por muitas doenças que são consequência das péssimas condições em que vivem nos bairros proletários. Como Engels afirma, os proletários vivem em condições indignas de seres humanos, correndo o risco de, a qualquer momento, perder o pouco que tem.

Já naquele momento histórico, Engels denuncia o grave problema habitacional nos bairros proletários devido ao aumento vertiginoso de uma população urbana, formada tanto por aqueles que estão empregados, porém vivem de forma precária por não ganhar o suficiente para morar e se alimentar, quanto por aqueles que não foram absorvidos pelas indústrias – mas que, como vimos anteriormente, são necessários para a reprodução do capital. Segundo a descrição do autor, no período da Revolução Industrial, nos bairros proletários, as famílias habitam lugares completamente impróprios, sem circulação de ar, sem móveis, sem

saneamento, concentrando famílias inteiras – ou às vezes mais de uma família – em apenas um cômodo.

No fim das contas, porém, os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm: todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte. Dessas 50 mil pessoas, afortunadas são aquelas que conseguem 1 ou 2 *pence* para pagar um abrigo nos albergues noturnos (*lodging-houses*) que, numerosos, existem em todas as grandes cidades. [...] E quanto àqueles que nem esse tipo de alojamento podem pagar? Pois bem: dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória.” (ENGELS, 2010, p. 75)

Segundo estudos de Snow e Anderson, em “Desafortunados”, pode-se dizer que a existência de uma população que não tinha onde dormir ou morar é ainda mais antiga ao período da Revolução Industrial. “A cidade pré-industrial se caracterizava em parte pela ‘onipresença de mendigos’” (SNOW; ANDERSON, 1998, p.29). À época, havia uma certa romantização da pobreza. Os mendigos eram tidos como santos. O ideal franciscano influenciou muito esse pensamento. Entretanto, isso começa a mudar no início do século XIV. Em 1349, na Inglaterra, foi aprovada a primeira lei contra a vadiagem, caracterizando um primeiro processo de criminalização da pobreza. Sendo assim, “a história do fenômeno população em situação de rua remonta o surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras” (SILVA *apud* TIENGO, 2018, p.144).

Além da exclusão de parte da população, a concorrência também é intrínseca ao sistema capitalista. Com o desenvolvimento de uma economia de mercado, após a dissolução da Lei Speenhamland em 1834, entra em jogo a concorrência que, segundo Engels, “deu origem ao proletariado” (2010, p. 117). A concorrência está presente entre classes, mas também entre a mesma classe. E não só entre a classe burguesa, mas também entre os proletários que precisam competir entre si por uma remuneração da sua força de trabalho – e isso existe devido ao estabelecimento de um mercado de trabalho, para traçar um paralelo com Polanyi.

Engels também diz que as crises são inerentes à reprodução da acumulação capitalista. Na Revolução Inglesa, em um período de aproximadamente cinco em cinco anos, as fábricas entravam em crise, fechavam suas portas, demitiam muita

gente. Depois a economia era aquecida novamente, mais trabalhadores eram contratados e o ciclo recomeça. Essas crises, entremeadas por períodos de prosperidade, e a concorrência geram o que Engels chama de população supérflua, como falamos anteriormente. A contradição está no fato de que, mesmo em ciclos de prosperidade, há aumento da população supérflua devido à concorrência entre os trabalhadores. Os proprietários precisam que ela exista para ter a quem explorar.

Não é preciso dizer que essa população, quando não está empregada, tem poucos meios de sobreviver.

Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a “população supérflua” da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates. (ENGELS, 2010, p. 126)

E o próprio autor acrescenta:

O que resta a essa gente – quando não encontra trabalho e não se dispõe a rebelar-se contra a sociedade – senão mendigar? Não há, pois, por que assombrar-se com o exército de pedintes, a maioria homens em condições de trabalhar, com o qual a polícia está constantemente em guerra. (*Ibidem*, p. 127)

A pobreza, a fome e a miséria, enfim, a população de excluídos são inseparáveis do sistema capitalista, são necessários para a manutenção e reprodução do sistema. O estabelecimento da dominância financeira que se firma no período da Revolução Inglesa sobre os meios de reprodução social de uma (grande) parcela da sociedade se estende até hoje e se aprofundou drasticamente.

Podemos caracterizar a relação do capitalismo avançado com o capitalismo tradicional em nossa era como marcada pela extração e pela destruição, o que não é muito diferente da relação do capitalismo tradicional com as economias pré-capitalistas. Em sua forma mais extrema, ela pode levar à miséria e à exclusão de cada vez mais pessoas, que deixam de ter valor como produtores e consumidores. (SASSEN, 2016, p. 19)

Para apresentar um breve exemplo da atualidade e do aprofundamento dessas questões, Saskia Sassen, em “Expulsões”, fala sobre as diversas expulsões ao redor do mundo causadas por crises dos mercados financeiros atuais. Sassen afirma que as crises são estruturais, “então quanto mais os setores econômicos não financeiros experimentarem a financeirização, mais suscetíveis se tornarão a uma crise financeira, não importando seu produto.” (*Ibidem*, p. 167). Expulsões podem coexistir com crescimento econômico e são causadas, normalmente por políticas, instituições e sistemas complexos.

Nesse contexto, o espaço urbano serve como suporte para a reprodução mercantil. Na expansão capitalista, que cada vez mais busca ganhar territórios, há uma luta – nem sempre declarada – entre a produção do espaço urbano que gera valor aos grupos dominantes e aqueles que são excluídos desse processo (moradores de cortiço, camelôs, moradores de favelas, população em situação de rua etc.).

Evidentemente, a expansão do capitalismo, bem como suas recorrentes crises, não acontecem de forma igual em todos os territórios, como nos lembra Faranak Miraftab:

A crise contemporânea é insidiosa e infecta todas as dimensões da vida, em todos os cantos do globo. Mas isso não significa que estamos todos nela da mesma forma; essas crises afetam as pessoas distintamente em diferentes lugares, de formas que são injustas e desiguais. Poderosas economias, que produzem a desumanidade das crises globais, entretanto raramente assumem a responsabilidade por sua criação. (MIRAFTAB, 2016, p. 363)

O processo de urbanização brasileiro, como se sabe, foi marcado por um rápido crescimento da população urbana em um curto período de tempo. “As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno ‘à moda’ da periferia.” (MARICATO, 2000, p. 22). Essas reformas consistiam, principalmente, em embelezamento paisagístico (normalmente seguido de segregação territorial) e obras de saneamento básico. Maricato defende que, desde então, o urbanismo brasileiro é marcado por uma “modernização com atraso” (expressão de Florestan Fernandes).

Durante os anos de crescimento econômico no período da ditadura militar, foram realizados inúmeros financiamentos imobiliários para construções nas cidades, formando “uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros.” (*Ibidem*, p. 23). Com a recessão econômica que marcou as décadas de 1980 e 1990 – afetando de forma mais grave os países periféricos – aumenta-se também, vertiginosamente, a pobreza urbana.

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deve

ocorrer pelo mercado. Mas isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. (*Idem*) (grifos meus)

Após o crescimento urbano e com a recessão, vem uma série de consequências que atingem as formas de reprodução social daquela classe média urbana que se formou no período do “milagre econômico”. O desemprego e os baixos salários levam multidões a estabelecer moradias “ilegais” – como favelas, cortiços, morar nas ruas etc. Mais uma vez, confirmamos que as crises econômicas são cíclicas no sistema capitalista e são acompanhadas de contradições: a convivência do crescimento econômico com exclusão e expulsão. Como diz Paul Singer “Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”. (SINGER, 1982, p. 33).

Com isso, é preciso dizer que os grupos excluídos existem e persistem nas cidades (Topalov, 2015; Miraftab, 2016). Apesar de toda precariedade e de toda forma de exclusão que é imposta a esses grupos, sua subsistência não é solapada de uma vez por todas. Através de trabalhos e moradias precários, muitas vezes considerados ilegais, esses grupos garantem o mínimo para sua sobrevivência. Eles seguem existindo e marcando os espaços da cidade. São, também, protagonistas na produção do espaço urbano. Não conseguem se reproduzir a partir da lógica estabelecida pelo mercado, mas lançam mão de outras lógicas.

A população em situação de rua é um desses grupos excluídos pelo sistema capitalista, não só pela falta de habitação, mas por diversas outras faltas. Sendo assim, no restante deste capítulo e deste trabalho, investigaremos as situações específicas em que esse grupo se encontra e como produzem e constroem o espaço urbano em que vivem.

2.2. A complexa realidade da população em situação de rua no Brasil

A realidade da população em situação de rua é complexa e marcada por contradições, que se iniciam pela sua própria existência. Como vimos na sessão anterior, a exclusão de uma parte da população é necessária à reprodução e desenvolvimento do sistema capitalista. O sistema capitalista vai sendo modificado e renovado, criando novas crises, novas formas de exclusão, ao mesmo tempo em que, para alguns (Estados, locais e grupos hegemônicos), existe crescimento econômico.

Além disso, como vimos na introdução deste trabalho, uma outra contradição que faz parte da vivência da população em situação de rua é a invisibilização para o Estado, ao não elaborar e/ou fiscalizar políticas públicas que minimizem as condições de precariedade em que essas pessoas vivem. Paradoxalmente, esta invisibilidade sofre uma mutação e se torna de grande visibilidade quando o Estado age de forma violenta – física ou simbólica – para expulsar essa população de onde estiver e criminalizar sua existência.

A seguir, faremos uma breve retomada histórica da pobreza urbana com o objetivo de entender uma “origem” (ou uma das possíveis origens) da população em situação de rua no Brasil. Depois investigaremos a característica e o perfil da população em situação de rua no Brasil contemporâneo, procurando descrever suas especificidades, e os motivos que levam essas pessoas a viver nas ruas das cidades.

Retomada histórica da pobreza urbana no Brasil

Por inspiração da narrativa e retomada histórica sobre a “origem” da população em situação de rua nos Estados Unidos em “Desafortunados” (de Snow e Anderson), optamos por apresentar um histórico do que teria sido um início da existência da população em situação de rua no Brasil. Ainda que isso se configure como um certo desvio no que pretendemos com este trabalho, é de extrema relevância saber o que há por trás da formação desta população séculos atrás, como o poder público lidou com isso em momentos variados da história e, com isso, poder observar o que permanece até hoje.

Fabiano Quadros Rückert, ao fazer uma revisão bibliográfica sobre a pobreza urbana no Brasil do século XX, apresenta três pontos extremamente relevantes quando pensamos a temática. O primeiro diz respeito ao fato de que o uso do solo é extremamente disputado por múltiplos agentes, não dando espaço para cultivos de subsistência, diferentemente das zonas rurais. Dessa forma, os pobres se tornam dependentes de um trabalho formal – ou informal – para sobreviver. Soma-se a isso a redação da Lei de Terras (1850) que contribuiu em muito para a dificuldade no acesso a pequenas terras por pretos ou pardos livres ou alforriados (OLIVEIRA; OLIVEIRA. 2019, p. 198). O segundo trata da influência do mercado imobiliário, transformando a terra em fonte de renda. Essa realidade torna obrigatório que a

população tenha uma fonte de renda para poder arcar com locais de moradia. Isso afeta, prioritariamente, pretos ou pardos livres ou libertos. No terceiro e último ponto, o autor demonstra que passam a existir instrumentos jurídicos e institucionais através dos quais o poder público influencia diretamente na “organização do espaço e (n)a normatização das práticas pobres na cidade” (2019, p. 319). Sendo assim, foram desenvolvidas ferramentas jurídicas de controle social sobre aqueles que não conseguiriam trabalhos formais, chamando-os de vadios e agindo de forma violenta em relação a essas pessoas.

Dito isso e considerando as próximas páginas, veremos que o controle social de uma população pobre no Brasil passa principalmente por questões raciais. E, apesar da análise dessas questões raciais não ser o foco desta pesquisa, é impossível não mencionarmos o caráter racista entranhado nos processos de segregação e exclusão urbana e social.

Segundo Walter Fraga Filho, que realizou uma pesquisa sobre a mendicância em Salvador do século XIX, desde 1813 já há relatos da presença de pedintes na Cidade Baixa. De acordo com o autor, na primeira metade do século XIX, mendigos e pedintes eram tratados com mais tolerância devido à tradição medieval (conforme vimos anteriormente com Snow e Anderson) de, ao demonstrar respeito aos mais pobres, demonstrar também devoção à Deus. “Era como se eles tivessem que existir para proporcionar a salvação dos mais afortunados.” (FRAGA FILHO, 1994, p. 33). Nesse período, os mendigos precisavam convencer os doadores de quem eram dignos de sua caridade e, assim, poderiam garantir sua sobrevivência.

A segunda metade do século XIX, no entanto, é marcada pelo crescimento de um controle social e uma consequente passagem da piedade e da caridade à intolerância. Como destaca Fraga Filho,

Com o advento da sociedade burguesa, a concepção ocidental de pobreza começa a desvincular-se de seus aspectos morais e religiosos e surge como um fato econômico. Os mendigos seriam reduzidos à condição de desviantes, justamente por estarem fora da lógica da produção. A existência de indivíduos que viviam de esmolas contrariava a ética suprema do trabalho. O perigo representado pelos mendigos resultava, portanto, de sua “inutilidade” e da sua não inserção no processo produtivo. (*Ibidem*, p. 155)

No contexto de Salvador, Fraga Filho afirma que o número de pessoas livres e libertas já vinha crescendo desde a segunda metade do século XVIII. E, como

ocorre na maioria das sociedades escravistas, a economia se mostra pouco flexível a incorporar mão-de-obra livre ao mercado de trabalho. Nas palavras do autor,

A escassez de empregos obrigava a maioria deste contingente livre a viver de ocupações passageiras e instáveis. Além do mais, havia da parte dos homens livres pobres uma atitude de permanente desconfiança e, em certos casos, até de recusa em vender sua força de trabalho. Para muitos homens livres era preferível viver na mendicância a se sujeitarem a relações de trabalho que os equiparassem à condição de escravos. Contrariadas, as elites viam nisso a expressão da vadiagem e da preguiça. (*Ibidem*, p. 16)

A repressão a mendigos em Salvador começa logo após a Independência, em 1822. A presença de mendigos passou a ser vista como “inadequada aos novos tempos”, já que o Brasil se espelhava nas ideias europeias de modernização e higienização. As autoridades médicas foram as primeiras a defender o isolamento desses indivíduos, preferencialmente distante dos centros urbanos¹⁸. A mendicância também passou a ser vista como um “guarda-chuva” em que também se encontravam vadios, cuja definição variou muito ao longo dos anos, mas abarcava uma concepção de pessoas “ociosas”, “preguiçosas” ou “perigosas”, em suma, os que resistiam à imposição de jornadas de trabalho absurdas, o mau pagamento e qualquer trabalho que remetesse ao trabalho escravo. Fraga Filho (1994) diz que

Mobilizar essa população para o trabalho era então uma questão de política de Estado. Não se tratava apenas de “dar destino” aos vadios, mas de aproveitá-los produtivamente na sociedade, enfim, como diria as autoridades da época, “torná-los úteis a si e à sociedade”. Embutido na fórmula estava uma clara noção de paternalismo autoritário. Interessante que a incorporação desses homens pobres só era pensado apenas ao nível da exploração do trabalho. Não se cogitou, por exemplo, em recompensa material ou em estender direitos de cidadania a essa gente despossuída. (*Ibidem*, p. 208)

Nesse contexto, para controle da população livre e liberta – e também, no caso de outras cidades, trabalhadores imigrantes – as ferramentas de controle social eram muitas. Existiam legislações específicas contra vadiagem, a vigilância e violência policial e um apoio da sociedade para que as cidades fossem “limpas” da presença de mendigos imposta pela pobreza urbana.

Com o intuito de controlar a transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre, evitando que essa passagem fosse feita de forma muito drástica (para, com isso, impedir que as pessoas achassem outra forma de sobrevivência que não fosse

¹⁸ Nesse período, tiveram início discussões sobre a criação de uma casa que pudesse receber mendigos e retirá-los das ruas. No próximo item deste capítulo, veremos essa questão de forma mais detalhada.

o mercado de trabalho formal prioritariamente), tem início o desenvolvimento de dois “movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias” (CHALHOUB, 2012, p. 47). No sentido da ideologia, buscava-se a valorização da imagem do trabalho numa sociedade recentemente escravista, ou seja, se tratava de dar valor positivo ao trabalho, como os de ordem e progresso, necessários para o estabelecimento de uma sociedade burguesa. No sentido da vigilância e repressão, consistia o desenvolvimento das ferramentas de controle social já citados, com foco na vigilância policial e abuso de força ao lidar com “vadios”, “promíscuos” e “desordeiros”.

Em seu trabalho, a partir da pesquisa de fontes oficiais e de jornais do século XIX ao início do século XX em Salvador, Fraga Filho consegue traçar um perfil aprofundado da população que era classificada como mendigo neste período. Observaremos, mais adiante, que muitas das questões apresentadas por ele, seguem até hoje ao se tratar de população em situação de rua.¹⁹ Segundo o autor, os mendigos e pedintes que moravam nas ruas de Salvador eram compostos majoritariamente por mulheres (58,8%). Nas faixas de idade inferior a 60 anos, as mulheres aparecem em menor número, no entanto, nas faixas superior a 60 anos, ultrapassam a população masculina em 20%. Com isso, percebemos também que a maioria era de idosos. “Ou seja, a velhice levava à mendicância em grandes proporções tanto a homens como mulheres, mas o fazia com muito mais intensidade a estas.” (*Op. Cit.*, p. 72).

Pretos africanos e os crioulos (negros nascidos no Brasil) somavam quase 60% dos mendigos. Juntando mestiços e pardos, a comunidade não branca entre os mendigos chegava a 85,2%. “É o reflexo claro de uma sociedade cuja estrutura social era bem menos aberta à ascensão de pessoas de cor.” (*Ibidem*, p. 76). Essa é uma realidade que se mantém no Brasil até hoje, como veremos a seguir, em que a maioria da população em situação de rua é de pretos e pardos. Há divergência

¹⁹ Vale ressaltar que nos estudos sobre a pobreza urbana no Brasil nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, não é mencionada uma população em situação de rua. Essa denominação é atual e passa a vigorar no Brasil a partir de 2000 (ROBAINA, 2015, p. 31). Por esse motivo, nessa retomada histórica, estamos considerando o termo mendigos ou pedintes, como eram classificadas na época as pessoas que já tinham as ruas como forma de sobrevivência e de moradia.

apenas com relação aos dados de gênero: atualmente a maior parte da população em situação de rua é composta por homens.

A escravidão tem forte influência na mendicância. Há muitos relatos de escravos idosos que eram abandonados pelos senhores nos seus últimos anos de vida ou que eram obrigados a mendigar, retornando ao final do dia para o engenho e repassando os ganhos para o senhor. Muitos dos que eram abandonados tinham grandes chances de tornar-se pedintes. Um dos motivos desta realidade está relacionado às dívidas que assumiam comprando suas alforrias.

Um outro motivo merece destaque por se tratar de uma questão que, aparentemente, é um ponto essencial no entendimento da existência de pessoas em situação de rua. Nos estudos de Fraga Filho, percebe-se que 81,8% dos mendigos eram solteiros. Os viúvos formavam 15% desse grupo social. “Para estes é possível supor que a perda do companheiro tenha atuado como um dos fatores de rebaixamento social” (*Ibidem*, p. 76). A solidão e a falta de redes de apoio e solidariedade podem ser um dos fatores determinantes para que uma pessoa viva nas ruas. Snow e Anderson também perceberam isso no caso do estudo que realizaram em Austin (Texas, Estados Unidos):

A diferença entre os moradores de rua e os domiciliados, então, não é apenas que os moradores de rua foram as vítimas de forças estruturais impessoais ou golpes de azar que os empurraram no caminho das ruas, mas que eles não foram os beneficiários do tipo de apoio familiar que a maioria das pessoas dá como certo em tempos de crise pessoal. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 429)

No Brasil, os negros africanos eram os que mais sofriam com a dificuldade de estabelecer redes de solidariedade. E, dentre esse grupo, as mulheres eram as mais prejudicadas.

Em termos de apropriação dos espaços da cidade também perceberemos que a distribuição espacial dos mendigos é muito semelhante ao momento atual. Era necessário que o ponto de esmola se desse em áreas de fluxo de circulação de pessoas e de recursos financeiros. Por esse motivo, os pontos eram principalmente na zona central da cidade, devido ao comércio, e ao redor das Igrejas que faziam distribuição de alimentos, roupas etc. Havia também uma alteração do tipo de uso do espaço em turnos diferentes do dia. Se, durante o dia, esses locais eram para pedir esmolas, durante a noite eram locais para dormir. Eram encontrados

geralmente em grupos de três ou mais para proteção entre si, já que casos de violência contra essas pessoas eram comuns, como relata Fraga Filho. Examinaremos mais detalhadamente essa relação com o espaço público.

Além desses pontos, é importante ressaltar que os relatos do tratamento dos mendigos em Salvador no século XIX tem semelhanças com a situação da classe trabalhadora na Inglaterra relatada por Engels. Existem narrações de casos de mortes por fome, devido ao aumento exorbitante do preço dos alimentos, principalmente da farinha, base da alimentação da época. Também há semelhanças com a situação na Inglaterra nos relatos sobre as condições em que viviam uma parcela das pessoas mais pobres. Aquelas que conseguiam ganhar algum dinheiro – suficiente apenas para não viverem nas ruas –, habitavam locais precários, partes inferiores de lojas, abaixo do nível das ruas, úmidas, escuras, sem espaço e sem ventilação. A má repercussão dessa forma de vida era tanta, principalmente relacionada a questões sanitárias, como a difusão de epidemias, que as políticas higienistas na Bahia focaram essas habitações, expulsando as pessoas desses locais sem oferecer uma outra opção de moradia.

Aliás, a política higienista e as políticas de controle social não foram especificidades de Salvador. A vigilância policial, o abuso de poder e, principalmente, as reformas urbanas associadas à remoção de pessoas para áreas mais distantes da cidade como uma questão de saúde visando evitar a difusão de epidemias – culpabilizando a população que vivia de forma precária – foram concepções quase unânimes entre os administradores das cidades que lidavam com o fenômeno crescente da pobreza urbana, desde o início do século XIX, e tornaram-se uma política nacional principalmente entre 1902 e 1906 com o governo do presidente Rodrigues Alves.

Rückert, em sua revisão bibliográfica sobre o tema, analisa os casos das cidades de Campinas, Rio Claro, Franca, Taubaté, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de Campinas, o autor relata que

Dentro da mesma cidade, viviam os miseráveis, os indigentes, os remediados, os mendigos, os órfãos menores de idade e as crianças “abandonas” que viviam nas ruas e espaços públicos. Cada um destes subgrupos de pobres apresentava particularidades e, ao mesmo tempo, todos compartilhavam da dificuldade (ou mesmo incapacidade) de garantir sua subsistência. (RÜCKERT, 2019, p. 321)

O problema da mendicância era controlado pela municipalidade. Os agentes, então, definiam os locais onde poderia haver mendicância. Dessa forma, concediam licença para a caridade e disciplinava o comportamento dos pobres, mantendo-os sob controle. No final do século XIX e na primeira metade do século XX, a municipalidade elaborou uma série de leis e de instituições para lidar especificamente com o problema da pobreza, inclusive dando auxílio financeiro para alguns. Buscavam assim amenizar os efeitos da pobreza. Aqueles que não recebiam auxílio formavam uma sociedade complexa, com trabalho escravo e pobres livres.

Já em Taubaté, as autoridades municipais estabeleceram medidas que tornavam impossíveis a reprodução social na cidade por pessoas pobres. Por um lado, muita repressão. Por outro, houve políticas assistencialistas duvidosas, nas quais a “distinção entre o pobre que merecia a assistência e o vadio era muito imprecisa.” (*Ibidem*, p. 325). Taubaté, assim como as outras cidades, seguia uma orientação nacional de coibir a vadiagem.

As cidades do interior paulista cresceram durante o ciclo do café. Percebe-se que a pobreza era algo indesejável, a ser “limpo”, mas também trazia uma possibilidade de lucro para as elites cafeeiras. Houve, nesse período, um crescimento econômico, mantendo uma exclusão social e uma manutenção, ainda, de relações de escravidão. Como citamos a expressão de Florestan Fernandes no item anterior, uma “modernização com atraso”.

A cidade de São Paulo foi marcada por duas grandes temáticas: saúde e mercado de trabalho. Na saúde, São Paulo seguia as ações higienistas que estavam sendo realizadas na maior parte do Brasil. Foram detectadas moradias em condições precárias, semelhantes as descritas por Engels, em bairros operários. O relatório, desenvolvido pelas autoridades médicas e municipais, sugeriam a demolição desses espaços e a construção de outros locais de moradia afastado dos centros urbanos. As políticas higienistas tiveram como alvo, então, os pobres, uma vez que era esse grupo que residia em cortiços ou em vilas operárias. A outra questão trata-se de uma “preferência por trabalhadores estrangeiros, em detrimento dos trabalhadores nacionais, dentre os quais os negros e mulatos formavam o contingente principal.” (*Ibidem*, p. 331). Dessa forma, contribuía-se para o aumento e a manutenção da pobreza entre pretos e pardos.

Vale dizer, como alguns autores fazem essa ressalva, que nenhum desses processos se deu de forma totalmente pacífica. Houve resistência dos setores mais pobres. Em São Paulo, os setores populares fizeram força para participarem de discussões referentes ao uso do espaço urbano. Como afirma Rückert

Constatamos que a modernização econômica pretendida pelas elites paulistas coexistiu com diferentes formas de exclusão e com dispositivos voltados para o controle da presença dos pobres no ambiente urbano. Este pretendido controle encontrou resistência dos segmentos populares. Tanto nas décadas finais do Império, quanto na Primeira República, os pobres marcaram presença no espaço urbano e, por meio de práticas cotidianas baseadas na cultura popular e da precariedade das suas condições materiais de vida, eles contestaram o autoritarismo das elites. (Ibidem, p. 328)

No que se refere ao Rio de Janeiro, a diferença principal é que se tratava da capital do país aquela época. Era o maior centro urbano e político do Brasil e a pobreza era parte do cotidiano. Entretanto, as políticas utilizadas pelas autoridades para lidar com esse fenômeno não foram diferentes das outras cidades. As elites acreditavam que os pobres eram os responsáveis pela difusão das doenças, o que levou a Reforma Pereira Passos, bem conhecida por nós. Porém, esse discurso contra aqueles que viviam em cortiços trazia nele um preconceito racial, herança da escravidão, aumentando a intolerância contra negros.

Sidney Chalhoub, em “Trabalho, lar e botequim”, analisando a sociedade do Rio de Janeiro no século XX e, mais especificamente, a condição das classes pobres, observa que a formação dessa classe era composta principalmente por imigrantes (portugueses, em sua maioria) e brasileiros não brancos (negros e mulatos). Além disso, era engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros. Pretos, pardos e escravos libertos tinham de enfrentar uma desvantajosa concorrência em um mercado de trabalho dominado pelos portugueses. Portanto, muitos negros se ocuparam de ofícios informais e de baixa remuneração. Sendo assim, o mercado de trabalho no Rio de Janeiro contou desde o início com a informalidade na qual “milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc.” (CHALHOUB, 2012, p. 62).

Desse modo, após a abolição, a pobreza continuou presente no Rio de Janeiro, principalmente entre pretos e pardos e, conforme veremos mais adiante, isto se mantém até os dias atuais. Oliveira e Oliveira (2019) tratam sobre a manutenção da pobreza associada a questão racial:

Conforme registros do censo de 1940, após mais de 50 anos da Abolição da escravidão, pardos e negros continuavam a viver em condição marginal similar ou pior do que viviam no tempo da escravidão. Parcela muito expressiva desta população viviam na informalidade nos grandes centros urbanos, como do Rio de Janeiro, em serviços sazonais, especialmente, em trabalhos domésticos e na construção civil, no campo, em atividades extrativistas, na pecuária e agricultura, portanto, em atividades de mais baixa remuneração e sem garantias trabalhistas. Consequentemente, não tinham condições de viver e morar dignamente em bairros com residências de alvenaria e com o mínimo de infraestrutura e serviços públicos. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 207)

Características e perfil da população em situação de rua na atualidade

Entre a literatura que analisa o perfil da população em situação de rua no Brasil, há algumas constatações em comum. Uma delas é de que a maioria das pessoas que vive nas ruas são homens negros (pretos e pardos). O primeiro – e único até hoje – censo realizado contabilizando a população em situação de rua em 71 cidades do Brasil, em 2008, apontou que 31.922 pessoas viviam nas ruas. Destes, 87% eram homens. 67% do total se declarou preto ou pardo. O primeiro censo realizado pela Prefeitura de São Paulo, publicado em 1992, identificou que 3.392 pessoas estavam em situação de rua naquele momento, identificadas em 329 pontos estabelecidos pelo censo (entre ruas, praças, avenidas, terrenos baldios etc.). E afirmam:

É importante relevar que o grupo mais significativo que compõe a população de rua é o de homens que vivem em grupos ou sozinhos, em lugares não fixos, podendo estar permanentemente ou não morando na rua. Havia homens em 309 dos pontos (94%), sendo que 51,1% deles abrigavam exclusivamente pessoas do sexo masculino. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 56)

O censo realizado também pela Prefeitura de São Paulo, porém mais recente, de 2021, identifica que havia 31.844 pessoas vivendo nas ruas (e em centros de acolhida), sendo, desses, 13.624 homens negros, representando 42,7% do total – enquanto mulheres representam 16% do total. No último censo realizado pela cidade do Rio de Janeiro, em 2022, isso também se repete. São 7.865 pessoas em situação de rua na cidade, sendo 6.443 homens e, desses, 84% são pretos ou pardos.

Através desses dados, podemos perceber duas questões relevantes. A primeira refere-se ao fato de que a maior parte da população em situação de rua continua sendo de pessoas negras²⁰. Como discutimos anteriormente, sabemos que isso está associado ao período da escravidão e o pós-Lei Áurea que, juridicamente, acabou com uma série de violências contra pessoas libertas, todavia, economicamente, não havia espaço para absorção dessa mão-de-obra que era, agora, livre. Este fato concentra a pobreza entre a população negra durante muitos anos, pois não conseguindo trabalho, a sua reprodução social fica extremamente prejudicada. Além disso, há, desde esse momento, uma negação do acesso às terras (e conseqüentemente, de moradia) para essa população negra que havia sido escravizada e era agora livre.

A segunda questão, diz respeito à proporção de homens. Nesse caso, o que temos é o contrário do que havia no século XIX. Como vimos, a maioria dos mendigos era composto de mulheres e de uma população mais idosa – muito provavelmente ligado ao abandono de escravos mais velhos por seus senhores. Entretanto, a maioria da população hoje é masculina e jovem. Na pesquisa nacional de 2009, entre o total de homens, 53,41% estão na faixa etária entre 26 a 45 anos. Entre o total de mulheres, esse percentual é de 54,06% na mesma faixa etária. No Rio de Janeiro tem-se uma população com idade média de 39,9 anos entre os homens e 38,8 anos entre as mulheres. Em São Paulo, no censo de 2021, essa diferença de idade é maior. Entre os homens, há uma idade média de 42,5 anos, enquanto entre as mulheres esse número é de 39,21 anos. O trabalho produzido por Vieira, Bezerra e Rosa, a partir do censo de São Paulo de 1992, coloca a questão da problemática figura de provedor associado aos homens:

A forma como as classes trabalhadoras urbanas elaboram essa ética tem sido apontada por vários pesquisadores (Zaluar:1985, Neves:1983 e Telles:1990), evidenciando a existência de um valor moral associado ao trabalhador honesto e ao chefe de família responsável que se opõe à delinquência e à marginalidade. Registra-se uma ética do provedor, que atribui legitimidade àquele que, através do trabalho regular, mesmo com todas as dificuldades, consegue sustentar a família: pôr comida dentro de casa. A carteira assinada é, nesse contexto, um signo do trabalhador digno e honesto.

Diante de uma conjuntura de recessão e desemprego, parte significativa da classe trabalhadora fica muito mais exposta às condições precárias do

²⁰ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considera o total de pretos e pardos como pessoas negras.

mercado informal de trabalho e à falta de emprego. Além das dificuldades objetivas da sobrevivência, essa situação abala a imagem do provedor que confere legitimidade ao chefe de família. (Op. Cit., 1992, p. 18)

A crise passa a ser também uma crise moral. O mesmo livro relata casos em que os homens, ao serem entrevistados, diziam não poder voltar para casa de suas famílias – aqueles que tinham – pois ainda não haviam conseguido um emprego. Snow e Anderson relatam que, no estudo deles, as mulheres que moram nas ruas são vistas como menos responsáveis pelas suas situações, enquanto os homens “tendem a ser representados como indivíduos imprevidentes e preguiçosos que são ameaças à propriedade e à segurança física dos domiciliados.” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 27).

Os relatos daqueles que perderam seus empregos normalmente vem atrelados também do término de seus casamentos, corroborando a importância da figura do homem provedor em nossa sociedade. Isto também apresenta uma outra convergência na literatura sobre a população em situação de rua que é a perda ou a falta de vínculos familiares²¹. No censo do Rio de Janeiro, em resposta à pergunta “Qual o principal motivo que levou você a dormir nas ruas/unidade de acolhimento?” 43% dizem que é por “Conflitos familiares (inclui separação)”, seguido de 21,5% que afirma ser por “Alcoolismo e/ou uso de drogas”. No censo mais completo de São Paulo (2019)²², ao responderem a mesma pergunta, 40,9% responderam “Conflitos Familiares”, seguido de 25,8% que responderam “Perda de trabalho”. Na pesquisa nacional, os dados são um pouco diferentes: 35,5% por alcoolismo ou uso de drogas, 29,8% por desemprego e 29,1% por desavenças familiares. A pesquisa faz a ressalva de que muitos responderam à pergunta atrelando um motivo ao outro. Isto também é apresentado por Snow e Anderson, entre outros autores: os motivos pelos quais as pessoas acabam morando nas ruas estão normalmente atrelados. A análise de fatos estruturais de forma isolada não se justifica. Após descrever alguns casos dos seus principais interlocutores – aqueles que eram órfãos ou que saíram

²¹ Muitos dos autores não apresentam essa questão de forma direta, mas em muitas produções isso é colocado como algo relevante para a situação de rua.

²² São utilizados dados de diferentes censos de São Paulo pela diferença dos dados coletados. O censo de 1992 gerou o livro “População de Rua: Quem é, como vive, como é vista”, de Vieira, Bezerra e Rosa, que muito contribuiu para elaboração desse trabalho. O censo de 2019 é o último mais completo que coletou diversas informações enquanto o de 2021, apesar de ser o mais recente, contém poucos levantamentos.

de casa porque eram abusados ou espancados pelos pais ou responsáveis –, Snow e Anderson afirmam:

Em todos esses casos, vemos a mesma ligação entre família e desabrigo, uma ligação que aponta para uma conclusão aparentemente inevitável: muitos dos moradores de rua estão nas ruas porque não têm nenhuma rede de apoio familiar viável a que recorrer quando são vitimados por uma ou mais das forças estruturais discutidas anteriormente ou por algum outro infortúnio. (Op. Cit., 1998, p. 421)

No censo de São Paulo de 1992, foram identificadas que 52,7% não tinham parentes na cidade de São Paulo ou não tinham parentes. Os pesquisadores relatam que “sobre o tema *família*, ficou claro que este era um assunto delicado, em que muitos deles não gostavam de tocar.” (Op. Cit., 1992, p. 89).

A figura do homem provedor também contribui em muito para que o restante da sociedade perceba o viver nas ruas como uma opção àqueles que não querem se enquadrar no sistema. A pesquisa nacional de população em situação de rua (2009) coloca a escolha pessoal pela rua como um dos motivos para que uma pessoa viva nas ruas, “apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa” (CUNHA; RODRIGUES, 2009, p. 87). Snow e Anderson questionam esse fator como motivo para estar nas ruas. É difícil afirmar que é uma escolha sem saber o contexto. Em sua pesquisa, pouquíssimas pessoas em situação de rua acionam o motivo voluntarista²³, sendo mais acionado por outros agentes (como políticos, policiais e funcionários de instituições que trabalham com essa população, por exemplo). Os autores afirmam ainda:

O desabrigo pode, de fato, ser uma questão da assim chamada “escolha” para algumas pessoas, mas talvez apenas quando as poucas alternativas disponíveis não são mais palatáveis que a vida nas ruas. Na medida em que isso é verdade, a escolha é um dos males menores e assume um significado muito diferente do que se fosse feita diante de opções mais atraentes. Assim, atribuir o desabrigo à escolha sem uma compressão do contexto no qual aquela escolha é feita é se envolver numa forma insidiosa de culpar a vítima. (Op. Cit., 1998, p. 407)

Pode-se dizer, no entanto, que o motivo da “escolha” está normalmente mais atrelado ao maior tempo de permanência nas ruas, o que também pode explicar esse tempo de permanência nas ruas, devido a uma possível maior aceitação da situação. Entre os entrevistados de Snow e Anderson, aqueles que acionaram essa categoria eram, em sua maioria, aqueles que estavam há mais de dois anos vivendo

²³ Nome da categoria relacionada à escolha de sair de casa como motivo para se estar nas ruas (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 404-407).

nas ruas ou em abrigos. A tabela a seguir nos mostra o tempo de permanência nas ruas no contexto brasileiro:

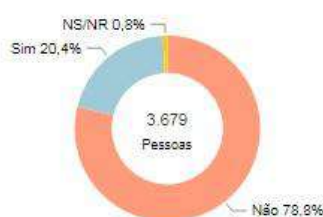
Censo/Tempo	Tempo de permanência nas ruas			
	Menos de 1 ano	Mais de 01 ano até 02 anos	Mais de dois anos até 05 anos	Mais de 05 anos
Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua (2009)	33,3%	13,8%	18,8%	29,6%
Censo do município de São Paulo (2019)	26,4%	16,3%	22,6%	32,4%
Censo do município do Rio de Janeiro (2022)	31,2%	26,8%		39,9%

Tabela 01: Resultados dos censos por tempo de permanência nas ruas. Fonte: Elaboração da autora a partir dos 03 censos citados.

Como podemos observar a partir da tabela, a maioria das pessoas em situação de rua vivem dessa forma há, pelo menos, mais de 01 ano. No censo do Rio de Janeiro é importante ressaltar que dos 39,9% que vive nas ruas há mais de 05 anos, 14% vivem há mais de 15 anos nas ruas. Como destaca Robaina (2015, p.32), o termo “em situação de”, ainda que importante para nos lembrar de que a situação *deve* ser temporária, acaba sendo pouco eficaz para denotar o cenário que temos hoje no Brasil. A situação de rua não tem sido de fato temporária, como demonstram esses dados. As políticas que temos não contribuem para isso, levando a uma população que, ao ir morar nas ruas seja por qual motivo for, não tem perspectiva de sair dela.

Vale também mencionar, que o primeiro censo do Rio de Janeiro, que foi realizado em 2020 no início da pandemia do COVID-19, teve a oportunidade de mapear quantas pessoas estavam em situação de rua por conta especificamente da pandemia, como é possível ver na figura a seguir.

Você foi para a rua depois que a Pandemia do Coronavírus começou?



Por quê?



Figura 01: Pandemia e população em situação de rua. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

Esses dados nos permitem observar duas questões. A primeira é que esses números podem ter influenciado a quantidade de pessoas morando nas ruas há mais de um ano, demonstrado pela tabela anterior. A segunda é a confirmação da necessidade de continuar realizando avaliações sobre o impacto da pandemia na vida das pessoas, especialmente aquelas que não tiveram outra opção a não ser ir para as ruas. A crise sanitária, econômica e a nível pessoal (a morte de familiares, por exemplo), causadas pela pandemia, podem ter passado a ser grandes motivadores para o aumento da população em situação de rua, piorando vertiginosamente o quadro que já vinha ocorrendo.

Sobre o local de origem das pessoas entrevistadas pelos censos, encontramos uma outra constatação em comum na literatura brasileira sobre este tema. A maioria das pessoas em situação de rua são do mesmo estado ou cidade onde estão morando nas ruas. Ao serem perguntadas sobre seu local de origem, ou seja, onde moravam antes de irem para as ruas, no censo de São Paulo de 2019, 34% respondem que são do próprio município de São Paulo e outras 21% respondem serem do estado de São Paulo; no censo do Rio de Janeiro (2022), 59,5% dizem ser do município do Rio de Janeiro e outras 15,1% do estado do Rio de Janeiro; e a pesquisa nacional nos informa que “76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado” (*Op. Cit.*, 2009, p. 88). A migração do campo para a cidade que marcou a urbanização brasileira, já não tem impacto direto na composição da população que mora nas ruas das cidades brasileiras.

Outra convergência entre a literatura diz respeito ao trabalho. Ao contrário do que pensa o senso comum, pessoas em situação de rua buscam constantemente formas de ganhar algum dinheiro. O censo nacional identificou que, entre os respondentes da pesquisa, 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dentre esses, 27,5% são catadores de materiais recicláveis. Do total, 15,7% disseram pedir dinheiro como principal forma de sobrevivência. No censo do Rio de Janeiro (2022), 64% afirmaram realizar atividades para obter dinheiro sem carteira assinada e 3,5% disseram ter carteira assinada. Entre as atividades que mais aparecem estão catadores de material reciclável – novamente – (57,7%) e camelô ou ambulante (20,7%). Voltaremos, no próximo capítulo, na questão do trabalho.

Relembrando o início deste capítulo, concluímos este item com a argumentação de que a população em situação de rua é vítima de um olhar discriminador por não produzir segundo às lógicas do capitalismo. “É o retrato de uma situação olhada pelo avesso: quem padece é visto como culpado, não como vítima de um sistema.” (CAMBA, 2015, p. 17). No próximo item falaremos especificamente da relação com o espaço e, nos próximos capítulos, sobre a constante lembrança das contradições e formas de violência sobre a população em situação de rua.

2.3. A produção do espaço urbano a partir dos excluídos

A presença de pessoas em situação de rua na nossa sociedade contemporânea é um fenômeno essencialmente urbano. A vida de um indivíduo ou de um grupo familiar expande as barreiras do privado sobre o espaço público, compartilhando seus costumes, sua forma de (sobre)viver, enfim, sua existência, com milhares de outras pessoas. E, sendo assim, a disposição dos recursos no território tem papel fundamental na forma como esse grupo se organiza no espaço.

Para Lefebvre (1999, 2015), o urbano é um espaço virtual, é um possível.

Portanto, o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. Trata-se de uma abstração, mas, ao contrário de uma entidade metafísica, trata-se de uma abstração concreta, vinculada à prática. O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. (LEFEBVRE, 1999, p. 110)

É uma abstração que se concretiza com a existência da sociedade urbana vivendo sobre o tecido urbano (o espaço físico, um território, com infraestrutura, serviços etc.). Por reunir todos os conteúdos, o espaço urbano é o espaço da convivência das diferenças – a diferentes atores, com diferentes interesses e diferentes forças – que estão em constante disputa pela produção do espaço. E, sendo assim, o espaço é produzido por esses atores, essas disputas, essas diferenças.

A partir disso, Lefebvre desenvolve as categorias de isotopias, heterotopias e utopias sobre a forma urbana. As isotopias são “lugares do mesmo, mesmo lugares. Ordem próxima.” (*Ibidem*, p. 117), são lugares que visivelmente tem um pensamento

anterior a sua elaboração, como as diversas modalidades de planejamento estatal. Grandes intervenções no espaço urbano sem a escuta ou a participação da sociedade como um todo, mas restrita aos ideais da classe dominante. As heterotopias são o lugar do outro, os espaços diferentes que, de alguma forma, questionam a homogeneidade das isotopias. E, por último, as utopias são “não-lugares”, no sentido de serem olhares imaginativos, lugares que não se concretizam, como a representação de uma cidade em um livro de ficção, poesia ou filme, mas que também produzem o espaço urbano.

Lefebvre se baseia nos conceitos e ideias de Marx sobre o sistema capitalista, aplicando-os especialmente à cidade e ao sistema urbano. Portanto, o autor entende o espaço urbano como relacional, dialético. Há, então, o entendimento de que essas categorias da forma urbana convivem. Há isotopias, heterotopias e utopias um mesmo espaço. No entanto, como sabemos, existe uma prevalência das isotopias, devido à força (política e econômica) dos grupos dominantes, facilitando sua capacidade de atuar sobre um território.

Apesar disso, as heterotopias existem e resistem de múltiplas formas. Viver nas ruas pode ser considerada uma heterotopia, o lugar do outro, a ordem distante, porque a população em situação de rua também produz o espaço. De forma mais óbvia, produz o espaço porque altera a paisagem urbana, principalmente dos centros das cidades. Mas, mais do que isso, pela sua própria vivência do e no território. Pela sua existência expor as contradições do capitalismo. Pelas apropriações do espaço – principalmente do espaço público – e seus deslocamentos, na maior parte das vezes, gerar conflitos com os agentes que administram esses locais, ilustrando o caráter conflitual da convivência das diferenças.

Assim como Lefebvre, David Harvey (2005, 2014), Milton Santos (2011) e Rogério Haesbaert (2013, 2014, 2016) defendem o espaço²⁴ como essa confluência de pessoas, situações, costumes etc. Para Milton Santos (2011, p. 13), o “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes,

²⁴ Vale dizer que alguns autores, como Milton Santos e Rogério Haesbaert, utilizam a palavra território em seus trabalhos. Entretanto, a concepção de território desses autores, por serem baseadas em Lefebvre, estão muito próximas da nossa discussão sobre o urbano aqui e, por isso, eles são citados neste trabalho.

todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” O espaço público é, majoritariamente – ainda que ele seja extremamente controlado pelos grupos hegemônicos –, o lugar onde esses encontros e trocas, conflituais ou não, são possibilitados, pois é isso que gera o urbano. É isso que gera a cultura.

A noção de espaço público em *A condição humana*, obra de Hannah Arendt, reforça a perspectiva citada acima. No entanto, a autora acredita que no mundo moderno o espaço público está em dissolução²⁵ devido a uma ascensão do social. Para explicar isto devemos primeiro dizer que Arendt tem uma visão de esfera privada e esfera pública aos moldes da pólis grega²⁶, na qual a vida privada diz respeito às necessidades mais urgentes para a sobrevivência daquele indivíduo ou núcleo familiar e a vida pública diz respeito à visibilidade e reconhecimento de um chefe de família e o direito à fala e escuta que este homem possuía²⁷. No entanto, essa separação entre vida pública e vida privada – vale ressaltar, de noção grega – é dissolvida pela ascensão do social no mundo moderno, onde algumas necessidades de sobrevivência relativas à vida privada passam a ser preocupações da esfera pública, ou seja, passa a existir uma administração pública. Como Arendt diz,

A passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis.” (ARENDR, 2007, p. 47)

Segundo Vera Telles, na produção de Hannah Arendt há três registros que determinam sua ideia de espaço público. Primeiro, “o espaço público é o espaço do aparecimento e da visibilidade (...) e se isso importa, é porque essa visibilidade pública é que constrói a realidade”. (TELLES, 1990, p. 29). Essa visibilidade possibilita a criação de um mundo comum, que é compartilhado por todos os cidadãos, criando interesses comuns, e permitindo ao indivíduo ser visto e ver a todos os outros que não apenas seu núcleo familiar. Segundo, esse mundo comum

²⁵ A noção de dissolução em Arendt está ligada, também, a uma reconfiguração nos sentidos das esferas privadas e públicas. É a noção da dissolução de uma ideia e a transformação em outra.

²⁶ Os críticos de Hannah Arendt ressaltam a forma utópica com que ela trata a pólis grega.

²⁷ Também é importante lembrar aqui que mulheres e escravos não eram vistos como cidadãos e, por isso, não tinham direito à fala nem ao voto na pólis.

precisa ser comunicável, daí a importância do discurso e da narração para Hannah Arendt. O espaço público seria, então, também o espaço de ter voz e fala e de escuta e não apenas entre os iguais, mas no meio da pluralidade da convivência social. Segundo Telles:

Aqui se chega, em termos conceituais, ao núcleo mesmo da noção de espaço público de Hannah Arendt. Pois, para ela, o que é definidor do espaço público é o fato de ser um espaço que só pode ser construído pela ação e pelo discurso. Ação e discurso que estão vinculados à pluralidade humana (...). (*Ibidem*, p. 34)

Em terceiro e último, há o registro político associado ao poder do discurso, da narração e do diálogo em um espaço público. Com a dissolução do espaço público, essa potencialidade passa a ser uma impotência, pois é “a perda de um espaço no qual a ação e a palavra podem manifestar-se enquanto poder.” (*Ibidem*, p. 37). Para Arendt, a igualdade entre os cidadãos estaria garantida pela manutenção desse espaço público através das leis, que concede espaço de fala e de escuta a todos²⁸ de forma igualitária. Entretanto, Telles demonstra que uma das críticas mais consistentes feitas a Hannah Arendt dizem respeito ao fato de ela não considerar que há diferentes forças, diferentes acúmulos de capitais e conceitos já pré-estabelecidos quando esses espaços de fala e de escuta são acionados. A dimensão do conflito e da dominação estão ausentes no pensamento de Arendt e segundo Telles:

(...) é preciso reconhecer que os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento e legitimidade contêm, em si mesmos, um princípio de discriminação que constrói a figura daqueles que, em função da sua condição de classe ou de vida, de sexo ou idade, de origem ou de cor, são como que descredenciados enquanto sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Trata-se daqueles que vivem sua condição como diferença que os exclui da dimensão pública da vida social. Esses, para usar os termos de Hannah Arendt, são os párias da sociedade (...) (*Ibidem*, p. 46)

Caberia ainda uma outra reflexão a partir dos pensamentos de Hannah Arendt. Como se dá o entendimento de um grupo que vive a sua vida privada²⁹ no espaço – físico – público? Pensando a dissolução do espaço público nos termos de Arendt, poderíamos dizer que é um grupo que, apesar de viver no espaço público,

²⁸ É importante ressaltar que Hannah Arendt se baseia na pólis grega para formular sua noção de esfera pública e do acesso a ela como algo garantidor de direito à fala e de uma escuta. Segundo seus críticos, Arendt trata da pólis grega como um modelo utópico.

²⁹ Nesse caso, inclusive a vida privada que “sobrou” segundo Hannah Arendt, que seria sua reprodução e suas intimidades.

ou seja, às vistas da sociedade, não possuem visibilidade, nem voz, nem escuta e nem direitos políticos que sejam respeitados. Para este grupo, uma preponderância da vida privada à esfera pública não traz vantagens como acredita Hannah Arendt em sua obra.

Muitos autores vão trazer à tona o caráter dual do espaço público.³⁰ Voltando a Lefebvre, Harvey e Milton Santos e Hannah Arendt podemos apreender que há uma dimensão de sociabilidade muito importante para a vida em sociedade no espaço público. No entanto, não devemos esquecer que esses espaços são administrados pelo Estado, em suas diversas formas e parcerias público-privadas. Em outras palavras, o sentido público associado a um espaço é atribuído ou instituído por meio de uma prática social. Por exemplo, praças, teoricamente, são espaços públicos de amplo acesso, assim como praias, parques etc. Todavia, em algumas cidades é muito comum ver praças gradeadas, com horário para abrir e horário para fechar. O acesso fica delimitado às permissões da administração pública. Há, ainda, espaços mais fechados, como exemplifica Santos Júnior, “Nesse caso, temos, por exemplo, os hospitais e as escolas, que definem regras de acesso, uso e circulação desses espaços.” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 194). Sendo assim, “por mais livres que sejam os espaços públicos, cabe perguntar, em cada contexto, quem efetivamente se apropria desses espaços e quem exerce o poder e define as regras do mesmo.” (*Idem*).

Considerando toda essa discussão, morar em um espaço público é cruel por uma série de motivos, que destrincharemos melhor nos próximos capítulos. Aqui, nos concentraremos em trazer as questões sobre a apropriação do espaço público. Como discutimos, o espaço público e sua administração estão sob responsabilidade do Estado. Sabemos que o Estado é um conjunto de grupos e atores possuidores de capital político o suficiente para ocuparem aquele cargo. E sabemos que, dentro do sistema capitalista, o Estado age como um reproduzidor dessa lógica. Logo, o Estado é um conjunto de grupos e atores com ideais hegemônicos e agem sobre o território dessa forma. O espaço público, sendo assim, é administrado sob um forte controle e fiscalização dos agentes e grupos hegemônicos.

³⁰ Cf.: ROSANELI, Alessandro. Filla.; DALMOLIN, Gláucia. Helena.; FARIA, Débora Raquel. O conceito de espaço público: Sucinta revisão de literatura em artigos dos. In: XVII ENANPUR, Natal, 2019.

Igor Robaina, em sua tese sobre as espacialidades da população em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro, faz um levantamento de estudos³¹ sobre a relação entre população e situação de rua e espaços públicos. Os estudos mencionados por ele trazem situações como: movimento dos moradores de classe-média de para que o Estado retirasse as pessoas em situação de rua dos seus bairros e/ou para que o Estado não construísse abrigos em seus bairros; a proibição de pedir esmola em uma cidade nos Estados Unidos; a criminalização das pessoas em situação de rua na Itália por cometerem delitos como “a realização de necessidades fisiológicas nas ruas, a mendicância, a produção de lixo e a prática das relações sexuais.” (ROBAINA, 2015, p. 51); e o desenvolvimento de dispositivos físicos que atrapalham a apropriação do espaço, denominados de arquitetura *anti-homeless*³².

No Rio de Janeiro, um caso mais recente do que os arquitetos chamam de arquitetura hostil, é mostrado na matéria do Globo de 22 de setembro de 2021, sob o título “Prefeitura de Caxias faz intervenção em obra de Niemeyer e fecha marquise do Teatro Raul Cortez”. Apesar de não mencionar na chamada, a matéria explica que a Prefeitura colocou um muro embaixo da rampa em um prédio projetado por Oscar Niemeyer porque pessoas em situação de rua estavam usando-o como abrigo.

Em nota de rodapé, Snow e Anderson questionam:

Tampouco o conceito de espaço público trata de suas [dos moradores de rua] necessidades. Afinal de contas, os parques são realmente públicos se um regulamento municipal proíbe os moradores de rua de dormir neles? As calçadas são públicas se a polícia se mobiliza, em nome dos interesses comerciais, para tirar os moradores de rua das ruas, como se tentou no Drag e na Sixth Street? (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 171)

Além dessa violência por parte do Estado e agentes dominantes, há a dimensão da apropriação privada do espaço público, devido à exposição que é viver nas ruas. O trabalho elaborado pelas organizadoras Vieira, Bezerra e Rosa (1992) a partir do censo municipal da população em situação de rua de São Paulo já discutia isso:

³¹ Os estudos apresentados pelo autor são majoritariamente estrangeiros, principalmente norte-americanos e europeus. No entanto, nos ajudam a perceber o controle do Estado sobre a vida das pessoas em situação de rua.

³² Cf. ROBAINA, 2015, p. 51-52.

Morar na rua implica ter aí seu habitat, o que promove uma reutilização dos espaços públicos, conferindo-lhes novos significados. Passa a se realizar no domínio da rua o que habitualmente faz parte do domínio da casa. O que é privado, comer, dormir, lavar-se, é agora público, feito diante de todos. Essa inversão tem uma outra consequência: ao tornar público o que é privado também privatiza o que é público. [...] Essa apropriação privada do espaço público subverte uma regra social básica de uso do espaço, o que torna conflitiva a ocupação das ruas como moradia. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 131)

Nesse momento, faz-se necessário lembrar que se o espaço urbano, e consequentemente o espaço público, são produzidos por diversos atores que vivenciam a cidade e disputam seus sentidos, aqueles que possuem mais recursos – ou capitais, para nos remetermos a Bourdieu – têm mais chances de ter suas intenções impostas na produção do espaço, criando isotopias. Há diversos grupos minoritários – ou excluídos – que conseguem se organizar e, dentro desses espaços isotópicos conseguem fundar suas heterotopias. Esses grupos possuem algum recurso, algum tipo de capital, ainda que pouco. A população em situação de rua, no entanto, é o grupo mais despossuído que existe em nossa sociedade. A sua luta se dá pela sua própria existência.

Ainda que reconheçamos a importância desta luta e a relevância da formação das territorialidades a partir de grupos com forças e capitais diferentes, vale romper com algumas noções do senso comum que podem tornar superficial nossa discussão. Primeiramente, é necessário ter muito cuidado para não romantizarmos o viver nas ruas devido à sua apropriação do espaço público e, consequentemente, como uma atitude de questionamento das estruturas capitalistas. Ocupar um espaço público, vivenciar uma heterotopia, não significa dizer que seja um ato progressista ou revolucionário. Ao tratarmos de população em situação de rua, é muito perigoso – e até irresponsável, diria – ver o morar nas ruas de forma romântica, como um uso possível do espaço público e das ruas e/ou uma escolha, como um ato anticapitalista, de quem procura viver fora do sistema. Não é o fato de estar na rua – o suprasumo do lugar de encontro das diferenças – que faz dessa forma de vida uma experiência positiva. Como procuramos demonstrar até aqui e ainda demonstraremos ao longo deste trabalho, é mais complexo do que isso. O fenômeno da população em situação de rua é gerado pela reprodução e acumulação do capital. Sua presença escancara as crises e a exclusão sistêmicas do capitalismo. Mas não é por opção ou ideologia ou por ser uma forma de vida possível, mas, na maioria esmagadora dos casos, porque foi a última alternativa que restou.

Em segundo lugar, ao contrário do que pensa o senso comum, a “vida cotidiana da pessoa moradora de rua típica, entretanto, é muito mais restrita do que pode parecer à primeira vista” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 130). Pessoas em situação de rua normalmente não se deslocam ao acaso, não são livres. A experiência de vivência nas ruas permite um maior conhecimento de fatores que são importantes na sua sobrevivência, como pontos de distribuição de recursos, trabalho e segurança. Isso faz com que o deslocamento e os pontos de dormir estejam associados aos espaços de distribuição desses recursos. A centralidade, portanto, acaba sendo uma tendência na ocupação dos espaços por essa população, devido justamente a concentração de recursos, como identificaram Vieira, Bezerra e Rosa:

A concentração na área central não ocorre por acaso. A presença de diferentes instituições religiosas, administrativas/públicas, financeiras e de transportes, atrai para a proximidade de seus prédios a população que procura abrigo para o pernoite. [...] Além disso, há lugares deteriorados, de onde já saíram os moradores originais, ocupados por população de baixa renda, onde é menor a força de pressão junto ao poder público para retirada de ocupantes. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 109)

Nessa distribuição espacial, também é fundamental levar em conta os diferentes agentes e campos de força (TELLES, 2010) que vão agir sobre o território e, conseqüentemente, sobre as vidas das pessoas que o vivenciam da forma mais crua possível e observar os múltiplos agenciamentos que as pessoas precisam traçar para sobreviver no espaço. Ou seja, é necessário considerar a ação dos ilegalismos no espaço urbano. Segundo Telles, há algumas noções que precisam ser explicitadas sobre os ilegalismos:

Não se trata de universos paralelos, muito menos de oposição entre o formal e informal, legal e ilegal. Na verdade, é nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual. (TELLES, 2010, p. 102)

[...]

Ilegalismos: um “instrumento de análise”, como diz Lascoume, que, no uso que se estamos fazendo da noção, permite rastrear essa transitividade entre o ilegal, o informal e o ilícito, que foi nosso ponto de partida. (Ibidem, p. 103)

[...]

Em cada qual, jogos situados de escalas. Configurações diferentes dos campos de força nos quais e através do quais os ilegalismos fazem o traçado da vida urbana. (Ibidem, p. 104)

A partir de “histórias minúsculas” de diversos personagens da vida cotidiana, Vera Telles busca traçar as teias e redes que levam a uma visão mais ampla do que é e como se organiza o mercado informal, o mercado de drogas, entre outros. Essa metodologia, muito baseada em Foucault, permite ver, inclusive, como essas redes se territorializam. Dessa forma, considerando o estudo que pretendemos realizar aqui sobre população em situação de rua e suas relações com o espaço e agentes que agem no espaço, faz-se necessário considerar também os ilegalismos, os campos de força que agem sobre o Centro do Rio de Janeiro, as relações com a polícia, com o comércio, com os circuitos de circulação de riquezas e drogas, já que o espaço também é constituído e atravessado por esses campos de forças e agenciamentos. No último capítulo deste trabalho, essa perspectiva será trabalhada a partir da pesquisa de campo.

Neste capítulo, tratamos primeiramente da exclusão sistêmica de determinados grupos sociais pela reprodução do capitalismo global. Vimos que é inerente à acumulação de capital que exista desigualdade e, portanto, que existam grupos vulnerabilizados, e, dentre esses grupos, destacamos a existência da população em situação de rua historicamente nas cidades e centros urbanos. Sendo assim, vimos que não é um fenômeno novo ou recente, mas tem sido adensado e se tornado mais grave conforme o capitalismo se aprofunda e se renova, causando crises econômicas e sociais cada vez piores. A população em situação de rua tem sido largamente afetada e possui um perfil característico marcado pela heterogeneidade, ainda que algumas especificidades mudem ao longo do tempo.

Vimos, também, que a produção do espaço urbano a partir dos grupos excluídos pode ser pensado em três dimensões principais: a) o tensionamento da noção de espaço público a partir da relação da população em situação de rua com este espaço. As pessoas em situação de rua dependem do espaço público para sua reprodução social e, ao mesmo tempo, colocam em cheque o caráter desse espaço público a partir da sua apropriação e dos conflitos em torno disso; b) o rompimento com uma possível romantização dessa vida nas ruas, partindo do pressuposto que parte da sociedade vê isso como um ato anticapitalista e/ou como um ato de liberdade e; c) a dimensão dos ilegalismos na produção do espaço público e os agenciamentos entre a população em situação de rua e outros grupos da sociedade, necessários para sua sobrevivência.

No próximo capítulo, trataremos de grandes questões que atravessam a existência e a vida das pessoas em situação de rua e que podem refletir na apropriação do espaço urbano.

3. A VIDA NAS RUAS: PRINCIPAIS DIMENSÕES DA EXISTÊNCIA

O terceiro capítulo aborda quatro grandes questões sobre a população em situação de rua no Brasil: i) um *retrato* da população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro; ii) as políticas públicas para pessoas em situação de rua; iii) trabalho e desemprego e; iv) como a mídia opera em relação à população em situação de rua. Dessa forma, esse capítulo é organizado em quatro seções, buscando aprofundar e complexificar as formas de viver da população em situação de rua, além de reconhecer os possíveis motivos para deslocamentos dessa população.

3.1 A população em situação de rua no Brasil e no município do Rio de Janeiro

No Brasil, há uma enorme falha na produção de dados e pesquisas oficiais³³ sobre o fenômeno da população em situação de rua. Até o presente momento, não tivemos um censo dessa população a nível nacional. Os censos do IBGE não possuem, até o momento, metodologia para contagem da população em situação de rua. O CadÚnico – hoje um dos poucos registros públicos para essa população – é sabidamente subnotificado, além de ter dados apenas de 2012 em diante. Os censos a nível municipal são frequentemente contestados por grupos que atuam e trabalham com população em situação de rua.

Apesar da insuficiência de dados oficiais, há instituições que buscam realizar esta pesquisa utilizando diferentes metodologias. Isso se dá principalmente no período pós-pandemia, pelo crescimento exponencial de pessoas vivendo nas ruas das cidades e uma percepção de que se faz urgente contabilizar essas pessoas para maior efetividade das políticas públicas que já existem voltadas a essa população e elaboração de novas.

A nível brasileiro, atualmente contamos com a *Rua: aprendendo a Contar. Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua* (2009) e os dados do IPEA, *Estimativa da População em Situação de Rua* (2021-2022). Como mencionamos anteriormente, o IPEA realiza essa pesquisa fundamentada em bases de dados públicas e projeta, através disso, a quantidade de pessoas em situação de rua para cada período analisado. O mesmo relatório, no entanto, ressalta a necessidade de se produzir um censo a nível nacional, visto que o resultado deste

³³ Por oficiais, entendemos dados produzidos pelos governos municipais, estaduais ou federal.

trabalho é apenas um número estimado de pessoas em situação de rua. Como diz Natalino (2023):

No caso da população em situação de rua, há questões específicas presentes no formulário do cadastro – por exemplo, o tempo que a pessoa está na rua – que podem e devem ser mais bem utilizadas pelo poder público. Dito isso, considerando o sub-registro de pessoas em situação de rua no CadÚnico, bem como a multiplicidade de causas e fatores interconectados na situação de rua, resultando em uma realidade complexa e diversa, o cadastro não substitui a necessidade de ser realizado um novo estudo nacional de grande escopo dessa população, quase quinze anos passados desde a realização da pioneira pesquisa Aprendendo a Contar. (NATALINO, 2023, p. 13).

Além disso, o relatório também estima que o crescimento da população em situação de rua entre 2019 e 2022 foi de 211%, ao passo que a população geral do país, em uma década, cresceu 6,5%.

No caso do município do Rio de Janeiro³⁴, tivemos dois censos lançados até o presente momento. Os dois foram realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) e pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), com a mesma metodologia: consulta e confirmação de base de dados preexistentes, desde o final de 2018 e com o levantamento de novos dados, a partir de uma metodologia denominada mapeamento participativo³⁵, que possui engajamento de diferentes atores que não apenas funcionários que trabalhassem diretamente com abordagem social. A pesquisa do primeiro censo ocorreu em 2019 e 2020 (tendo abarcado um período da pandemia do COVID-19, o que pôde ser colocado no censo) e os resultados foram divulgados em janeiro de 2021. O segundo tem coletas em 2021 e 2022 e foi lançado no primeiro semestre de 2023.

Segundo os resultados, foram identificadas 7.272 pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro no primeiro censo e 7.865 pessoas no segundo censo, significando um aumento de 8,15%. Alguns desses dados, já foram apresentados e discutidos no segundo capítulo deste trabalho: em relação ao número de homens e, desses, homens pretos e pardos, idade média, o principal motivo de ter ido para as ruas, tempo de permanência nas ruas, aquelas que foram para as ruas devido à

³⁴ Não estamos tratando do estado do Rio de Janeiro visto que, à nível estadual, não há censo nem pesquisa de instituições sobre população em situação de rua.

³⁵ GRAND JUNIOR, João; GONZAGA, João Gabriel Gomes; ALMEIDA, Thácio Henrique's. Mapeamento da população em situação de rua no Rio de Janeiro: uma proposta metodológica. 2020.

pandemia, local de origem e fontes de renda. O segundo censo, no entanto, não possui a pergunta relacionada à COVID-19, feita no primeiro censo, “Você foi para a rua depois que a Pandemia do Coronavírus começou? Por quê?” e, portanto, mantivemos a resposta dada no censo de 2020.

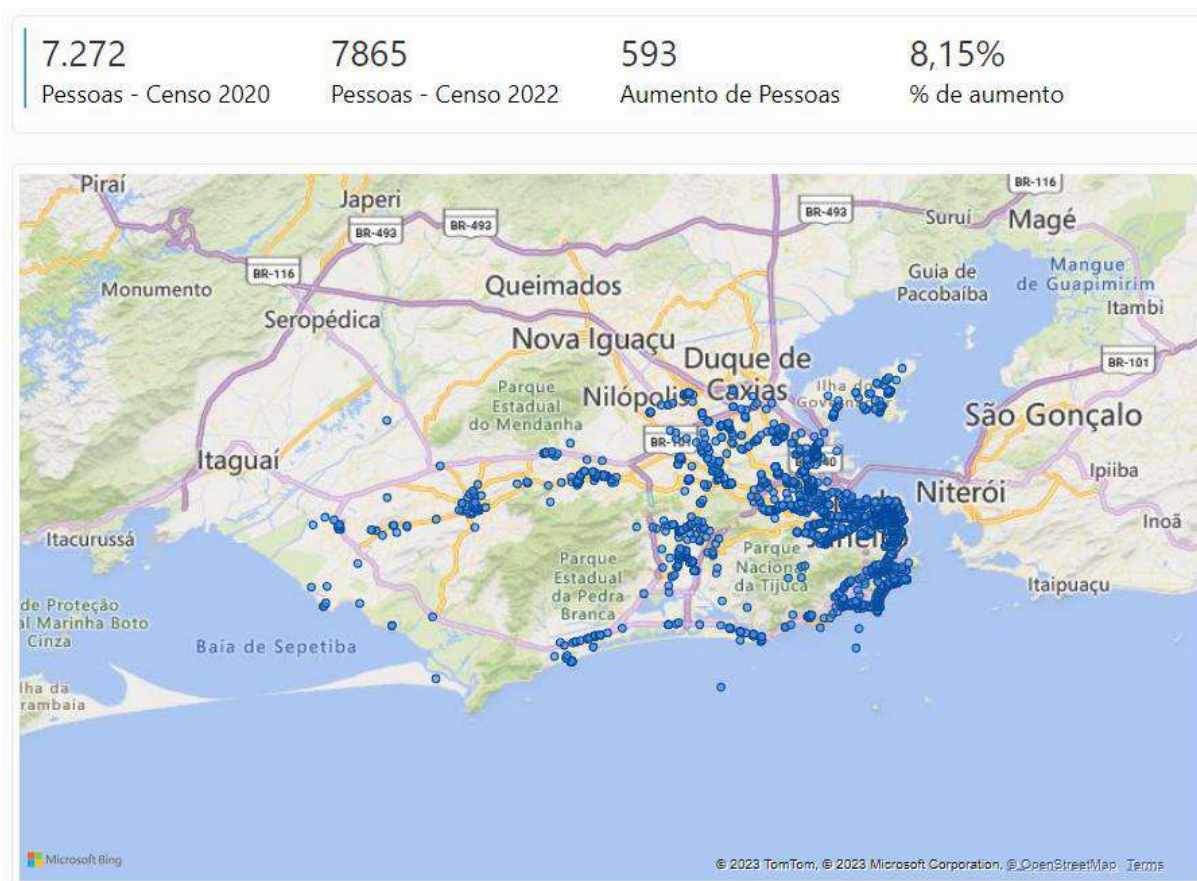


Figura 02: Comparação de pessoas em situação de rua no censo de 2020 e no censo de 2022. Os pontos azuis no mapa indicam os locais onde foram encontradas pessoas em situação de rua. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

A maior parte dos censos realizados até então, dividem o total de pessoas em situação de rua em: pessoas que estavam nas ruas (considerando rua, casas de uso e hospitais e CAPS) e pessoas que estavam em centros de acolhida (considerando unidades de acolhimento/abrigos e comunidades terapêuticas). No Rio de Janeiro não foi diferente e foram contabilizadas 6.253 pessoas nas ruas e 1.612 pessoas em centros de acolhida.

A pesquisa foi dividida em cinco áreas de planejamento, sendo AP1 Centro (Zona Portuária, Centro, Santa Teresa, Rio Comprido e São Cristóvão) que concentra a maior parte das pessoas, 2.220; AP2 Zonal Sul (Botafogo, Copacabana, Lagoa e Rocinha) e Tijuca (Vila Isabel incluso), que concentra 1.463 pessoas; AP3

(Ramos, Méier, Madureira, Inhaúma, Penha, Pavuna e Ilha do Governador), 2.380 pessoas; AP4 (Jacarepaguá e Barra da Tijuca), 745 pessoas e; AP5 (Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz), 1057 pessoas.

Importante ressaltar que nas APs 1 e 2 houve diminuição da quantidade de pessoas nas ruas. Em 2020, na AP 1, foram identificadas 2.317 pessoas e na AP 2, 1.482 pessoas, enquanto na AP 3 houve um aumento expressivo, visto que antes havia 1.927 pessoas em situação de rua na região.

Em diversos desses bairros, não foram computados dados sobre pessoas em hospitais e CAPS, unidades de acolhimento ou em comunidades terapêuticas. Aliás, no caso das comunidades terapêuticas, são apresentados dados apenas no Méier, Madureira, Penha, Ilha do Governador, Bangu, Campo Grande e Guaratiba, deixando claro que as comunidades terapêuticas existentes na cidade neste momento são afastadas do Centro ou da Zona Sul.³⁶

Nos questionamentos sobre as unidades de acolhimento, ao serem perguntados sobre já terem dormido em abrigos ou não, 49,2% dos respondentes dizem que “sim, mas deixei de dormir”, 41,4% dizem “não” e apenas 8,6% respondem que “sim, e continuo dormindo sempre ou de vez em quando”. Ao utilizar o filtro referentes às APs, na plataforma onde os dados estão disponíveis, percebemos que essa porcentagem muda pouco. No entanto, a AP1 é que a mostra mais respostas positivas em relação ao uso positivo e continuado das unidades de acolhimento, sendo 16,4%, demonstrando também menos pessoas que nunca usaram um espaço deste, sendo 30,3%.

³⁶ Trataremos mais a frente neste capítulo sobre a situação das comunidades terapêuticas.

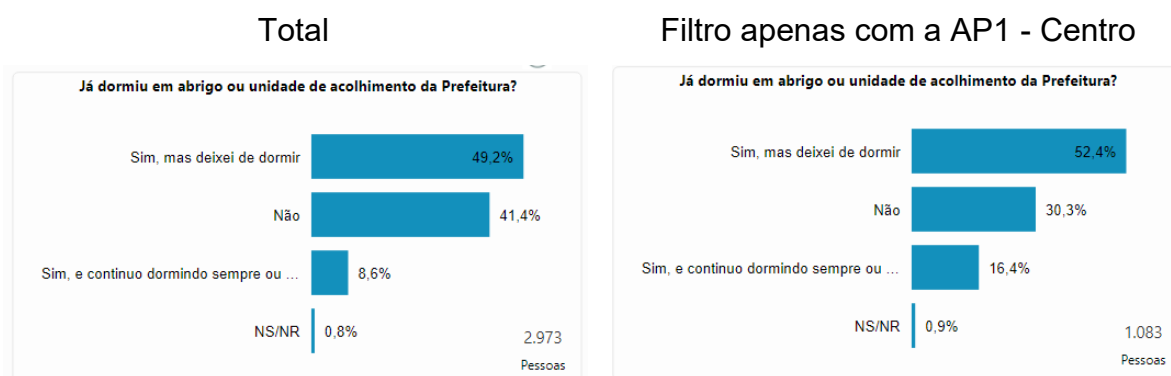


Figura 03: Utilização de abrigos da Prefeitura, total e com filtro apenas considerando a Área de Planejamento 1. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

As respostas para a indagação “Em sua opinião, os abrigos ou unidades de acolhimento da Prefeitura apresentam problemas?” no entanto, entram em contradição com as respostas anteriores. 52,8% respondem que não e 37,5% respondem que sim. Isso pode se dar devido à aplicação dos questionários ter sido feita por técnicos da Prefeitura através da SMASDH e do IPP. Sobre “Você tem dificuldades para arrumar vagas em abrigos ou unidades de acolhimento da Prefeitura?”, 68,6% responderam que não, 17,2% responderam que sim e 10,3% nunca procuraram esses serviços. Em contraste com a AP1, ao serem indagados com a mesma pergunta, 23,2% disseram ter dificuldades em conseguir vagas.

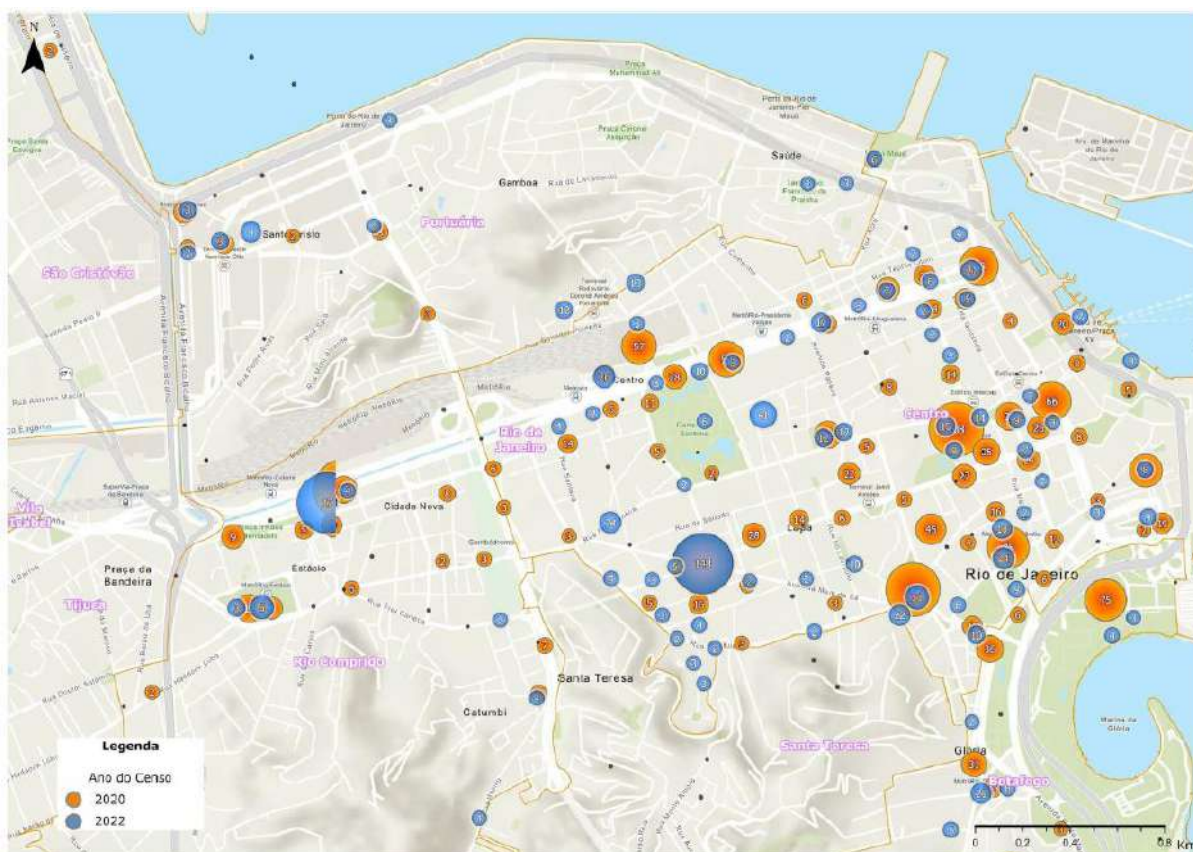
Sobre os principais problemas dos abrigos e unidades de acolhimento: 17,7% respondem sofrer por dificuldade de relacionamento, ameaças ou violência por parte de outros abrigados; 15,3% falta de limpeza ou conforto; 14,2% a falta de liberdade (sem flexibilidade de horários e regras); 11,6% a falta de infraestrutura nos edifícios; 11,5% dificuldade de relacionamento, ameaças ou violência por parte dos funcionários. Ao aplicarmos o filtro para a região do Centro, o principal problema passa a ser falta de limpeza e/ou conforto nos abrigos (18,4%), seguido de dificuldade de relacionamento, ameaças ou violência por parte de outros abrigados (14,3%) e falta de liberdade (sem flexibilidade de horários e regras) (13,7%). Há também a opção “dominação por facção criminosa que não me permite ficar ali”, porém a porcentagem de respostas é baixa, variando entre 0,6% e 3,9% em cada área de planejamento, enquanto as respostas “outros” e “não sei/não respondeu” é

alta, principalmente na AP 4 (Jacarepaguá e Barra da Tijuca) onde 15,5% respondem “outros”.

Temas como uso de drogas, escolaridade, saúde, documentação, entre outros também são abordados. Entretanto, esses dados não apresentam exatamente uma novidade em relação ao que já conhecemos das populações em situação de vulnerabilidade (baixa escolaridade, problemas de saúde, perda ou falta de documentos etc.) e por isso não serão analisados neste momento.

Na pergunta “O que você mais precisa para sair da situação de rua?”, 41,2% respondem que é emprego, 17,5% moradia, 7,1% dinheiro e 8,3% outros. Considerando o que vimos até aqui com este trabalho, o alto número de resposta para “outros” nos leva a acreditar que responder apenas uma das opções anteriores não dá conta de resolver a situação de rua daquela pessoa. No período atual brasileiro, é muito difícil conseguir um emprego, seja em qual área for. Para aqueles que se encontram em condições precárias de vida, torna-se quase impossível. Pensando também nos baixos salários, um emprego pode não necessariamente tirar alguém da rua, já que os custos com alimentação, aluguel, passagem etc. são muito altos na cidade do Rio de Janeiro. As questões específicas sobre renda e trabalho serão abordadas mais à frente.

Em relação à concentração da população em situação de rua, o relatório destaca que:



Obs. Os tamanhos dos círculos correspondem ao número de pessoas dentro da área demarcada. As cores representam os anos, 2022 em azul e 2020 em laranja.

Figura 04: Concentração da população em situação de rua na área central. Para melhor visualização, o mapa está disponível na Nota Técnica do Censo de População em Situação de Rua – 2022. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro

Em comparação aos resultados de 2020, observou-se uma mudança no comportamento de deslocamento dessas pessoas pelo Centro. Houve uma redução na concentração de pessoas nas áreas da Carioca e Cinelândia, e agora há uma dispersão espacial mais ampla desse público. (Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro - 2022, 2023, p. 15)

Uma possível explicação para esse deslocamento pode estar relacionada ao retorno da gestão de Eduardo Paes à frente da Prefeitura do Rio. Em 2021, a Prefeitura lançou o decreto nº 48806/2021 que “determina a realização de intervenção especial de ordenamento urbano em área da Avenida Rio Branco e na Praça Floriano, no Centro da Cidade”. Neste decreto, a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) pode realizar operações para prevenir e coibir, entre outras, “guarda ou armazenagem de quaisquer bens, mercadorias, móveis e objetos de uso pessoal” e “usos de moradia”. Em 2022, a Prefeitura amplia a realização da intervenção espacial com o decreto nº 50.174/2022, considerando como sucesso o reordenamento espacial do decreto anterior e colocando novas áreas para esta intervenção, como o Largo da Carioca e outras ruas de concentração de população

em situação de rua. Ou seja, a tendência é que esse deslocamento continue acontecendo devido às ações da SEOP juntamente com a Guarda Municipal.

Entre o que foi analisado no capítulo 2 deste trabalho e o que foi analisado neste item, temos um quadro geral do perfil da população em situação de rua no Rio de Janeiro, onde se concentram e quais suas principais questões. Algumas outras questões, no entanto, permanecem. A apresentação dos dados sobre os abrigos e unidades de acolhimento é um tanto confusa: a maioria diz já ter usado e não voltar mais nos abrigos, enquanto em outras perguntas a maioria diz não ter dificuldade de vagas nesses espaços e diz não ter problemas. Se fôssemos interpretar apenas por esses dados, poderíamos dizer que aparentemente as pessoas preferem estar nas ruas. Mas anteriormente vimos que não é exatamente uma questão de escolha, e mais por estar associado a outras questões, como, por exemplo, uma situação tão ruim no abrigo que é melhor estar na rua. Também há um problema sobre a não exemplificação do que seria uma resposta “Outros” que, em várias perguntas, tem porcentagens tão altas quanto outras respostas e isso nos atrapalha de entender e interpretar alguns dados.

O censo é constantemente criticado por grupos que trabalham com população em situação de rua e por algumas pessoas em situação de rua. O foco geralmente é a subnotificação. Em uma reunião do Fórum Permanente de Pessoa Adulta em Situação de Rua, uma mulher que trabalha como enfermeira do Consultório na Rua afirmou sobre o censo “Eu costumo dizer que precisa de 1.000 atendidos para abrir um consultório na rua. Se temos 12 no município do Rio de Janeiro, né...”. Segundo a informação dela, apenas esse dado já indicaria que existem pelo menos 12.000 pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro. Essa subnotificação não é exclusividade do Rio de Janeiro, acontecendo em outros municípios também, como ilustra a chamada sobre São Paulo: “Padre Julio Lancellotti critica censo: ‘Mostra um dado abaixo do real’” (SBTNews, 24 jan. de 2022).

Na mesma reunião do Fórum, uma outra mulher que trabalha com a Pastoral do Povo de Rua menciona que há uma questão de falta de confiança da população em situação de rua com os agentes que aplicam o censo, e por isso muitas das respostas dadas no censo não são verdadeiras. Além disso, ela levanta que é impossível que o censo tenha sido realizado na Zona Oeste toda em apenas um dia, devido à extensão dessa região e também da quantidade de pessoas em situação

de rua que vivem lá atualmente. Após essas falas, o coordenador do Fórum, Claudio Santos, questiona: “A gente sabe que não tem só 7.000 pessoas. Mas ainda que tivessem só 7.000, qual a política pública que o município aplica para essas pessoas?”. Sendo essa uma pergunta retórica, já que uma das principais lutas do Fórum é justamente a implementação das leis já existentes no município e de que o censo sirva para pautá-las.

Por esses motivos, acreditamos que a pesquisa de campo poderá responder de fato às questões mais delicadas – e talvez não respondidas verdadeiramente no censo – e possibilitar a análise mais aprofundada das condições de vida e do acesso aos serviços públicos disponibilizados a essa população. Continuaremos analisando o cenário da população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro, nas próximas seções, focando em: políticas públicas, desemprego e precarização do trabalho e estigmatização.

3.2 Análise das políticas públicas e programas para população em situação de rua no Brasil e no Rio de Janeiro

Em 2004, acontece em São Paulo o crime que ficou conhecido como chacina da Praça da Sé, do qual foram vítimas sete pessoas em situação de rua. A revolta e manifestações das pessoas em situação de rua e grupos de apoiadores que trabalham com essa população, levaram à criação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR em São Paulo e Belo Horizonte. O lançamento do movimento se deu oficialmente em 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania, organizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O MNPR tem como bandeiras de luta moradia digna, atendimento à saúde, resgate da cidadania através de trabalho digno e salários suficientes para o sustento.³⁷

O MNPR é estruturado a partir de uma Coordenação Nacional que abrange as representações regionais (de estados e/ou municípios) que integram o movimento. A coordenação nacional é eleita a cada dois anos, no Congresso Nacional do movimento, tendo sido o primeiro em 2012. Segundo Melo (2017, p. 32),

³⁷ Essas informações foram retiradas da Cartilha para a Formação Política “Conhecer para Lutar” do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

o Rio de Janeiro só passa a ter representação após o terceiro congresso, que foi realizado em 2016. Ainda segundo o autor, “Existem muitas semelhanças no que diz respeito às formas como cada núcleo se estabelece localmente. Na maioria dos casos, existe a presença de alguma entidade apoiadora que dá suporte à organização e que motiva as pessoas em situação de rua a iniciarem a militância.” Podemos dizer que no caso do Rio de Janeiro – assim como em diversas outras cidades em que o MNPR tem atuação – a entidade que oferece apoio ao movimento é a Pastoral do Povo da Rua da Igreja Católica.

Âmbito Federal

Como um dos resultados das ações e pressões do MNPR, foi lançado o Decreto 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. O decreto estabelece que:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto 7.053/2009)

Ainda que o decreto tenha sido um ganho para a luta do MNPR e todas as pessoas em situação de rua, ele não é vinculativo, ou seja, estados e municípios não são obrigados a aderir suas diretrizes, princípios e objetivos. Por esse motivo, foi criado o projeto de lei 5740/2016 que visa transformar o conteúdo do decreto em lei, tornando obrigatório que a União, estados e municípios se adequem aos princípios e diretrizes do decreto, caso a lei seja promulgada.

Como objetivos do decreto 7.053/2009, destaco os seguintes:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; (*Ibidem*)

Como podemos observar até aqui, o cumprimento desses objetivos, a nível federal e local, é ainda insuficiente. Com isso, e após o período da pandemia, que ampliou os problemas da população de rua e colocou em evidência diversas violências sofridas por essa população, foi lançado o projeto de lei 1635/2022, que “Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências.” Se promulgada, os entes federativos terão um ano, a partir da publicação da lei, para aderir ao Estatuto da População em Situação de Rua.

Na busca por retomar a proximidade com movimentos sociais e dar andamento a políticas para grupos em situação de vulnerabilidade social que foram esquecidos no período de 2016 a 2022, uma das primeiras ações do governo Lula em 2023 foi o lançamento do decreto nº 11.414 de 13 de fevereiro de 2023. Esse decreto institui um programa para catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis que visa, entre outras coisas, reconhecer esses trabalhadores como “protagonistas no processo de reciclagem” e diversas ações para a melhoria das condições de trabalho destes. Além disso, cria o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras que ficará responsável pela implementação do programa dos estados e municípios que aderirem. Mais uma vez, em sendo um decreto, a adesão desses entes é voluntária. Considerando que, no que diz respeito à busca de recursos, a maior parte da população em situação de rua é catador ou catadora, conforme visto anteriormente neste trabalho, esta também se torna uma política pública relevante para essas pessoas. Para aprofundar a questão do trabalho e da precarização deste, também teremos uma sessão dedicada a isso.

Também como movimento de apoio à população em situação de rua, no mês de julho de 2023, assistimos ao lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, liderada pelo deputado federal Reimont (PT). O deputado já foi vereador na cidade do Rio de Janeiro, período no qual também foi apoiador das lutas de grupos em situação de vulnerabilidade social, como trabalhadores ambulantes e pessoas em situação de rua. Na ocasião do

lançamento desta Frente, esteve presente Sílvia Almeida, à época ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, e realçou que “Estar em situação de rua é estar em uma situação permanente de violação de direitos”.³⁸ Nesse evento, o ex-ministro também disse estarem fazendo esforços para a garantia desses direitos e anunciou um pacote de ações nesse sentido, a saber: a regulamentação da lei 14.489/2022, chamada Lei Padre Júlio Lancelotti, que veda o uso de arquitetura hostil em espaços de uso público; o lançamento do programa Moradia Primeiro; e outros programas voltados para saúde e emprego.

Além disso, um acontecimento muito comemorado por grupos e instituições que trabalham com pessoas em situação de rua foi a publicação em julho de 2023 da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 976, que teve como relator o Ministro Alexandre de Moraes. O documento reconhece que a situação atual vivida pelas pessoas em situação de rua em todo o Brasil fere diversos preceitos da constituição federal e atribui a responsabilidade ao poder executivo e ao poder legislativo, ademais, lista 29 ações concretas que os poderes executivos federal, estaduais e municipais deverão assumir. Para andamento dessa ADPF, o Ministro Alexandre de Moraes determinou realização de audiência pública, que ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro, na qual participaram importantes instituições, pessoas que já viveram em situação de rua e grupos apoiadores. As transcrições de muitas falas dessa audiência compõem a ADPF e destaco aqui a de Vânia Rosa, também coordenadora do Fórum Permanente de Pessoa Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro e com trajetória de rua, na sessão que diz respeito à aporofobia da ADPF:

Há dezenas de relatos, de xingamentos, empurrões, chutes, pisadas em pessoas que dormem nas calçadas, além de socos e tapas na cara, revelando, assim, a face mais dura e cruel da violência institucional, que também é simbólica, já que os pertences das vítimas são considerados, literalmente, como lixo e depositados nos caminhões da Comlurb, Busca-se, assim, Senhor Ministro, estigmatizá-las como inservíveis às sociedades e, assim, criar um sentimento de aporofobia social - a aversão, o medo e o desprezo pelos pobres.

(...)

³⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/silvia-almeida-participa-do-lancamento-da-frente-parlamentar-mista-em-defesa-dos-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=%E2%80%9CEstar%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua,situa%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%2C%20disse%20o%20ministro.>

Nessa caçamba, não estão só os documentos, não estão indo só os pertences, as roupas, uma dentadura, que é o que ele reclama principalmente nesse vídeo. Está indo vida, está indo dignidade, está indo o orgulho ferido de alguém, está indo tudo o que uma pessoa humana tem, ou a única coisa, que é a sua dignidade, está indo junto naquela caçamba. E ali é só uma representação de quantos, milhares que estão acontecendo, que muitas das vezes a gente nem toma conhecimento.³⁹

A ADPF estabelece um prazo de 120 dias para que o poder executivo federal elabore um plano de ação e monitoramento para a efetiva implementação da política nacional para a população em situação de rua o mesmo prazo para que estados e municípios façam um diagnóstico da população em situação de rua em seus territórios. Além disso, outra importante determinação foi a proibição do recolhimento forçado de pertences e remoção compulsória dessa população. Espera-se, com essa proibição, retroceder ações violentas de recolhimento de bens da população em situação de rua e inclusive tornar inconstitucional a recente lei promulgada em Belo Horizonte, que autoriza a prefeitura de Belo Horizonte a recolher pertences das pessoas em situação de rua.

Mais um importante ponto levantado pela ADPF (p. 17):

A despeito desse comando e passados mais de treze anos desde a edição do Decreto que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, **os objetivos ainda não foram alcançados. Esse grupo social permanece ignorado pelo Estado, pelas políticas públicas e pelas ações de assistência social.** Em consequência, a existência de milhares de brasileiros está para além da marginalização, beirando a invisibilidade.

A partir da ADPF, foi lançado pelo Governo Federal o Plano Ruas Visíveis⁴⁰ em 2024. O plano estabelece ações para efetivação e monitoramento das políticas para pessoas em situação de rua, baseado em sete eixos: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados. Cada eixo tem um orçamento inicial e somam quase R\$1 bilhão de reais. Ainda é cedo para fazermos uma análise da aplicação deste plano, porém, destacamos o lançamento do Painel de Dados sobre a População em Situação de Rua, como sendo a primeira vez em que o governo federal levanta e divulga dados sobre pessoas em situação de rua, baseado nos cadastros do CadÚnico.

³⁹ Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>

⁴⁰ Disponível para consulta em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>

Sabemos da importância do estabelecimento de leis e decretos a favor da garantia dos direitos da população em situação de rua. No entanto, assim como este decreto federal é ainda ineficiente, são também outros, como os decretos do município do Rio de Janeiro, que veremos mais a frente. Até a execução e implementação dessas leis, há ainda muita luta a ser feita. E, como disse Anderson Miranda (Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua – MNLDPSR), atualmente Coordenador-Geral do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional Para a População em Situação de Rua, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, “O que salva a rua é emenda parlamentar, não podemos mais aceitar isso, precisamos entrar no orçamento. Temos leis, mas elas não são implementadas.”⁴¹

Luta por Moradia

Nacionalmente e em algumas cidades brasileiras, os movimentos que lutam pela população em situação de rua têm tido como pauta prioritária a questão da moradia. Com o retorno de Lula à presidência, em julho de 2023 foi publicada a Lei 14.620 que retoma o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, operado pelo Ministério das Cidades. Apesar de a lei impor, no art. 8º, que serão priorizadas para fins de dotação orçamentária, pessoas em situação de rua (entre outros grupos), as formas de acesso ao PMCMV para a população em situação de rua estão em discussão e até o momento não foram definidas. A exclusão das pessoas em situação de rua no Programa já vem sendo questionada desde o seu início, visto que ainda que estivesse previsto na lei anterior o acesso para rendas entre 0 e 3 salários mínimos, este grupo não era priorizado no contexto do programa (NONATO; DIAS, 2016).

Atualmente, os movimentos nacionais têm dado mais atenção à luta pela institucionalização e implementação do *Housing First*, ou Programa Moradia Primeiro como é chamado no Brasil. O *housing first* surge nos Estados Unidos, na década de 1990, a partir de metodologia de Sam Tsemberis, baseada na percepção de que as políticas de atendimento a pessoas em situação de rua eram transitórias (como a situação dos abrigos) e não davam conta de um grande contingente de pessoas que

⁴¹ Fala de Anderson Miranda no dia 27 de junho, em participação no Grupo de Estudo de Racialização da Luta por Moradia com a População em Situação de Rua (POLOS/UFMG).

dependiam dessas políticas de forma recorrente. A ideia fundamenta-se em oferecer moradia⁴² primeiro e, posteriormente, trabalhar com as outras necessidades, como problemas com drogas e álcool, problemas de saúde mental, desemprego, entre outras questões que perpassam a situação da rua. Para os criadores, o princípio do programa é garantir o acesso imediato à moradia especialmente para àquelas pessoas que teriam mais dificuldades de superar a situação de rua (como pessoas com muito tempo de trajetória de rua, alcóolatrás, pessoas com deficiência, entre outras), o que permite a redução de danos, maior autonomia e recuperação da pessoa beneficiária.

Com os bons resultados a partir da aplicação do programa piloto nos Estados Unidos, o modelo tem sido estudado e aplicado em outros locais, como cidades da Europa e, mais recentemente, na América Latina. Em 2022, o governo brasileiro lançou o Guia Brasileiro de Moradia Primeiro⁴³ que apresenta o programa e o resume da seguinte forma:

De modo sucinto, o modelo Moradia Primeiro (Housing First) se estabelece como uma alternativa ao sistema progressivo de abrigo e casas transitórias. Ao invés de deslocar as pessoas em situação de rua por diferentes níveis de abrigo e produzir lentamente a autonomização do sujeito em etapas, o pressuposto do modelo objetiva a alocação imediata das pessoas para um local estável, seguro, com autonomia e privacidade. Enquanto as questões e desafios que comumente afetam a permanência e manutenção do domicílio são administradas pelo indivíduo (morador ou moradora) em conjunto com a equipe de suporte técnico que auxiliará na manutenção do domicílio e demais possíveis desafios. (Governo Federal, 2022, p. 34)

O programa tem como princípios:

- O acesso imediato à moradia, sem estabelecimento de condições prévias (exemplo: não precisa estar abstêmio para participar);
- Escolha do beneficiário, ou seja, participar do programa deve ser discutido e escolhido pela pessoa beneficiária (sem internações compulsórias, por exemplo);
- Serviço orientado para recuperação. Estando na moradia, essa pessoa será acompanhada por uma equipe de profissionais para que, a partir das suas demandas, possa ser auxiliado na sua recuperação;

⁴² Moradia adequada e permanente, até o momento em que a pessoa beneficiária queira sair.

⁴³ Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/Guia_Brasileiro_de_Moradia_Primeiro_V3.pdf

- Suporte individualizado e guiado pelo beneficiário. A equipe auxiliará individualmente aquela pessoa beneficiária em específico, a partir de visitas domiciliares, contato constante, e suporte na utilização das políticas circundantes (ex.: CRAS, SUS, SUAS, empregos etc.);
- Integração social e comunitária, através do estímulo à criação de vínculos sociais entre os moradores.

No Brasil, assim como em diversos outros países, assumimos uma política pública etapista, no que diz respeito à assistência social de pessoas em situação de rua. As pessoas seriam primeiramente atendidas pelos Centro POP's⁴⁴ da cidade em que está localizada e encaminhada a abrigos, locais para retirada de documento, entre outros. Nessa lógica, as pessoas seriam atendidas primeiramente por um abrigo para terem tempo de se “recompor”, migrariam para locais onde elas pudessem pagar seu próprio aluguel (com baixos valores, acessando repúblicas ou políticas como aluguel social) e, posteriormente, acessariam sua moradia definitiva, sem precisar de subsídios estatais.



Figura 05: Desenho do Modelo Etapista. Fonte: Guia Brasileiro de Moradia Primeiro, p. 22

Nesse caso, os abrigos funcionariam como um atendimento emergencial que auxiliaria na autonomização das pessoas, em uma lógica de progressão ascendente, tratando-se “de um modelo ideal e que muitas cidades brasileiras nem mesmo conseguiram estruturar os serviços com todas estas modalidades de atendimento” (Guia Brasileiro de Moradia Primeiro, 2022, p. 22). Atualmente, a pessoa que é atendida por um Centro Pop ou abrigo, não tem para onde ir depois. As vagas em abrigos são diárias, ou seja, ela precisa sair do abrigo e entrar em uma fila para conseguir outra vaga para o dia seguinte. Assim como o percebido por Sam

⁴⁴ O Centro Pop é uma política nacional, sendo um espaço que atende população em situação de rua, oferecendo alguns serviços. Os Centros Pops possuem unidades espalhadas em diversos municípios brasileiros.

Tsemberis, no Estados Unidos, nossas políticas são transitórias e não dão conta de um grande número de pessoas em situação de rua que acessa essas políticas de forma recorrente.

No Brasil, há um projeto piloto do Moradia Primeiro em Curitiba, iniciado em 2021, organizado pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – INRua e pelo MNPR, financiado pela Mitra da Arquidiocese de Curitiba, que atende 5 pessoas⁴⁵, e tem ajudado a escalar essa pauta de forma nacional. A partir disso e de estudos feitos sobre o Moradia Primeiro, em outubro de 2023 o governo nacional lançou um edital para contratação de consultoria sobre o Moradia Primeiro.

Apesar do avanço dessa pauta, é explícito que faltam políticas habitacionais voltadas para pessoas em situação de rua. Poucos municípios e estados incluem este grupo em auxílios de aluguel social. Esta política também nasce como transitória e com o objetivo de auxiliar no pagamento de aluguéis para famílias que foram removidas de suas casas, com o objetivo de serem reassentadas posteriormente. Porém, como em muitos casos essas pessoas não são reassentadas, o benefício do aluguel social vai se prolongando. Alguns municípios e estados, como Fortaleza (auxílios de R\$420,00) e Goiás (auxílios de R\$350,00), fizeram a inclusão de pessoas em situação de rua como beneficiárias das políticas de aluguel social de cada um desses lugares.

Já sobre políticas de locação social⁴⁶, a prefeitura de São Paulo tem apresentado experiências através do Programa de Locação Social (com o edifício Mário de Andrade com 34 unidades habitacionais para pessoas em situação de rua) e as Vilas Reencontros (programa que, em teoria, baseia-se na metodologia do Moradia Primeiro). Este último, no entanto, vem sendo criticado por não cumprir os princípios da metodologia, criando diversos problemas para os beneficiários.⁴⁷

⁴⁵ Apesar de essa informação constar no Guia Brasileiro de Moradia Primeiro, publicado em 2022, não há informações atualizadas disponíveis sobre o projeto piloto.

⁴⁶ As políticas de locação social se diferem das políticas de aluguel social, visto que “a locação social vem sendo proposta como um dos componentes de políticas habitacionais mais amplas e, em seus desenhos institucionais, abrange não só o acesso à moradia pelo seu beneficiário por meio do aluguel ou pagamento de taxas, mas também a produção e gestão destas unidades habitacionais pelo poder público ou mesmo sistemas de subsídios para acesso às moradias por meio do aluguel de imóveis privados” (XIMENES, 2023, p. 10-11).

⁴⁷ Cf.: PINHO; MARTINES, 2024, p. 177-182.

O caso do Rio de Janeiro é ainda mais dramático. Apesar de apresentar um dos maiores números de pessoas vivendo nas ruas da cidade, a prefeitura não possui nenhuma política habitacional voltada a essa população e as poucas políticas públicas que possui estão em disputa desde sua homologação, como veremos a seguir.

Âmbito Municipal

Em maio de 2018, foi publicada a lei municipal nº 6.350 que institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP Rua. A lei tem autoria do, à época vereador, Reimont, mencionado anteriormente. O texto cita o decreto federal nº 7.053/2009 e os princípios, diretrizes e objetivos são condizentes com o decreto federal. Também em maio de 2018, é publicada a lei 6.355, de autoria também de Reimont e da vereadora Luciana Novaes (PT, atualmente presidente da Comissão da População em Situação de Rua na Câmara Municipal) que dispõe sobre a reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua. Em agosto do mesmo ano, foi lançado o Decreto Municipal nº 44.857/2018 que também institui a política municipal para a população em situação de rua e o CIAMP Rua. O decreto também tem autoria de Reimont e foi alterado pelo decreto 47.238/2020, para seguir as diretrizes do decreto federal.

Na prática, o texto da lei 6.350/2018 e dos decretos se parecem muito na definição do grupo social da população em situação de rua e nos princípios e objetivos. No entanto, nenhum deles, nem a lei 6.355/2018 foram implementados ou executados, ainda que o município do Rio de Janeiro tenha realizado dois censos, um em 2021 e outro em 2023, e constatado a situação precária de vida em que se encontram essas pessoas.

Todavia, no que diz respeito à repressão e criminalização da pobreza urbana, a Prefeitura do Rio de Janeiro tem implementado os decretos 48.806/2021, 48.987/2021, 50.174/2022 e 53.816/2023. O primeiro “Determina a realização de intervenção especial de ordenamento urbano em área da Avenida Rio Branco e na

Praça Floriano, no Centro da Cidade” e é objeto da intervenção especial de ordenamento urbano para prevenir e coibir, entre outros:

III - usos de moradia;

IV - preparação de alimentos para quaisquer finalidades;

V - condutas e práticas que, por sua natureza ou interesse, tenham por efeito prejudicar as funções reservadas a bancos de uso coletivo, abrigos de ônibus, acessos do metrô, canteiros, monumentos, escadarias e calçadas em geral, ou inibir o perfeito compartilhamento de quaisquer equipamentos e espaços com outros cidadãos;

Os decretos 48.987/2021 e 50.174/2022 ampliam a área de atuação da intervenção especial de ordenamento urbano para áreas como Largo da Carioca e ruas perpendiculares à Avenida Rio Branco, que são de grande concentração de pessoas em situação de rua.

Já o decreto 53.816/2023, “estabelece as diretrizes do Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação das Ações de Proteção à População em Situação de Rua e institui o Programa ‘Seguir em Frente’”. Apesar de ter medidas importantes para a população em situação de rua como a determinação de um prontuário único, compartilhado entre Secretaria de Assistência Social e da Saúde e a previsão de que os abrigos devem receber também os animas de estimação das pessoas em situação de rua (pauta recorrentemente solicitada por eles), ele foi extremamente criticado entre grupos que trabalham com a população em situação de rua por permitir a possibilidade da internação compulsória (art. 6º, §3º): “No caso de necessidade de internação involuntária, a critério médico, a Secretaria Municipal de Saúde deverá informar ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização.” O decreto ainda estabelece o programa “Seguir em Frente” que visa “a saída qualificada da situação de rua, através da reinserção produtiva para a população em situação de rua, conforme nível de autonomia de cada indivíduo, mediante ações articuladas com o objetivo de desenvolver geração de renda própria, reinserção no mercado de trabalho formal e autonomia ocupacional.” (Art. 7º).

Apesar deste decreto determinar que não haja qualquer barreira para receber uma pessoa em situação de rua em um abrigo⁴⁸, ele não apresenta nenhuma

⁴⁸ O artigo 4º do decreto 53.816/2023 determina que todas as barreiras de acesso aos abrigos devem ser eliminadas e lista: “§ 1º Todas as barreiras de acesso e impedimentos nos albergues, abrigos, hotéis, unidades de acolhimento, unidades de saúde e pousos devem ser eliminadas e o direito ao acolhimento deve se sobrepor e ser garantido por todo agente público. § 2º Todo agente

obrigação, por parte dos abrigos, de oferecer ambientes higienizados, com condições mínimas para pernoite de uma pessoa. Em diversos momentos de realização da pesquisa de campo, houve muita reclamação sobre a condição dos abrigos, como a existência de percevejos e as péssimas condições de infraestrutura dos locais. Logo, há de questionar se este decreto estabelece uma política favorável às pessoas em situação de rua ou se abre brecha para que elas sejam internadas compulsoriamente – como durante o período do Choque de Ordem que veremos mais a frente – e para que aceitem serem levadas para um abrigo, já que não haveria mais “desculpas” para a não aceitação (como não poder entrar com animais de estimação) e já que as vagas estariam garantidas, “ainda que ausentes, no momento, as condições ideais” (art. 4º, §3º).

Em mais um ataque à população em situação de rua (e apesar da ADPF/976, supracitada), o prefeito Eduardo Paes, em janeiro de 2025, vetou integralmente o PL 3.639/2024, aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em dezembro de 2024, que propõe a alteração da lei municipal nº 6.350/2018, reestruturando o CIAMP Rua, importante comitê para fiscalização das políticas públicas voltadas a essa população. Em nota de repúdio, o Fórum Permanente da Pessoa Adulta em Situação de Rua manifestou:

As sucessivas tentativas de a prefeitura inviabilizar a instalação do CIAMP Rua comprova, de forma cabal, a existência de práticas institucionais discriminatórias que refletem o racismo estrutural na estrutura das instituições públicas, herança colonial da escravidão no Brasil. Essas tentativas pretendem não só invisibilizar as pessoas em situação de rua, mas criar estereótipos a fim de higienizar a cidade e alijá-las do acesso aos direitos fundamentais. Esse tipo de racismo internalizado na cultura do povo contribui assim, para a perpetuação de desigualdades e violações.

O mais trágico é que enquanto o prefeito veta totalmente a instalação do CIAMP Rua, os serviços públicos para atendimento dessa população

público deve respeitar e acolher as pessoas independentemente da ausência de documentação civil, das condições de higiene, da identidade de gênero, da orientação sexual, por código de vestimentas, raça, etnia, nacionalidade, religião e idade. § 3º Em caso de falta de vaga para abrigamento na unidade, o agente público deve receber a pessoa em espaço provisório e dar todo o apoio necessário até o seu encaminhamento em outra unidade em que exista vaga disponível, ainda que ausentes, no momento, as condições ideais. § 4º Todas as unidades de abrigamento devem receber os animais de estimação e com vínculo com as pessoas em situação de rua e garantir o direito ao cuidado vacinal, castração e microchipagem. § 5º Todos os albergues, abrigos, hotéis, unidades de acolhimento, unidades de saúde e pousos devem garantir a guarda dos bens das pessoas em situação de rua, preferencialmente em armários fechados e de fácil acesso, por períodos superiores à estadia na unidade. § 6º Todos os albergues, abrigos, hotéis, unidades de acolhimento, unidades de saúde e pousos devem receber as pessoas independentemente do horário, enquanto estiver com vagas disponíveis. § 7º Todos os albergues, abrigos, hotéis, unidades de acolhimento, unidades de saúde e pousos devem garantir disponibilização do leito por um período mínimo de 17 horas diárias.”

continuam precários; a quantidade de abrigos, consultórios na rua e de centros de referência especializados e de atendimento psicossocial para tratamento do uso abusivo de álcool e drogas é insuficiente para atender a demanda dessas pessoas; vários restaurantes populares continuam fechados na cidade; o conceito de arquitetura hostil se expande pelos espaços públicos e as ações de zeladoria urbana, são marcadas por agressões, humilhações e violações de direitos, como a retirada forçada de pertences pessoais e de documentos que, indiscriminadamente, são jogados nos caminhões de lixo da COMLURB. (2025)

Vale acrescentar que, em termos de políticas habitacionais para essa população, há hoje a previsão de um programa de Locação Social e um programa de Moradia Assistida dentro da lei do Reviver Centro (Lei Complementar nº 229/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 51.134 de 2022). “O Programa Reviver Centro, em síntese, tem por objetivo incentivar o uso habitacional na região central, promovendo a mistura social com a residência de populações de diferentes rendas. Para alcançar este objetivo, o programa prevê a implementação de vários projetos e mudanças na legislação que visam viabilizar economicamente empreendimentos residenciais.”⁴⁹

O programa de locação social e de moradia assistida, no entanto, não são uma contrapartida obrigatória aos agentes do mercado imobiliário que demonstram interesse pelo Reviver Centro e sim, benefícios fiscais. Até o presente momento, das 4.117 unidades residenciais licenciadas, nenhuma delas prevê porcentagem para locação social e/ou moradia assistida. Segundo Jaenisch:

Há uma predominância de edifícios residenciais compostos por microapartamentos, que buscam emular uma linguagem arquitetônica contemporânea apropriada de grandes centros urbanos dos países do norte global, abertamente direcionados para investidores privados. Chama a atenção o alto valor do metro quadrado anunciado, reforçando o caráter elitista dessa produção. (JAENISCH, 2024, p. 79)

O cenário das políticas públicas para a população em situação de rua do Rio de Janeiro é de políticas que não são executadas, ignorando a existência e impedindo a participação da população em situação de rua e, por outro, decretos que criminalizam sua existência e seus usos dos espaços da cidade. Como veremos adiante, esse tratamento dado à população em situação de rua, que por um lado a invisibiliza e por outro a criminaliza, é uma visão compartilhada entre os órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Reviver o Centro. Para quem? Análise preliminar sobre o programa apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (FIDALGO; TERRA; SANTOS JUNIOR, 2021)

3.3 Formas de (sobre)viver nas cidades

Como vimos anteriormente neste capítulo, 41,2% das pessoas em situação de rua do Rio de Janeiro (entrevistadas pelo Censo 2022) entendem que precisam de emprego para saírem das ruas, seguido de 17,5% que acreditam precisar de moradia para saírem dessa condição. Sabemos, no entanto, através da pesquisa de campo, que muitas vezes essas respostas vem integradas: precisa-se de emprego para ter meios de pagar por uma moradia. Essas duas temáticas são as pautas que aparecem mais frequentemente nos movimentos de luta da população em situação de rua: trabalho está mais expressivamente na pauta do Fórum da Pessoa Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro e moradia está mais fortemente na agenda dos movimentos de âmbito nacional.

A dimensão do trabalho possui também uma relação estreita com o estigma criado sobre as pessoas em situação de rua. Como discutido no capítulo anterior, a imagem do “homem como provedor” é muito constituinte de nossa organização social, tendo um grande peso na imagem do indivíduo sobre si mesmo, mas também na percepção da sociedade como um todo sobre aquele indivíduo. Nesta seção, trataremos do trabalho para, a seguir, discutir estigmatização.

Segundo Polanyi, supracitado no capítulo anterior, vivemos em um sistema de mercados, sendo o trabalho uma das principais mercadorias desse sistema. Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho tem um lugar fundamental na formação dos sujeitos, como também entende Maria Lucia Lopes da Silva (2009, p. 40):⁵⁰

Desse modo, o trabalho humano, como atividade do processo de produção social dos meios de vida dos seres humanos, é um elemento estruturante da sociabilidade humana e um distintivo dos seres humanos em relação aos demais seres, sendo central na formação de sua consciência e na determinação de seu modo de vida.

Em semelhante linha de argumentação, David Harvey em *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas* (1982), procura analisar os conflitos e contradições gerados na e pela produção do ambiente construído a partir da ideia de que a sociedade capitalista precisa construir espaços a sua imagem e semelhança, sendo um processo repleto de tensões. Na base desta argumentação, encontram-se as

⁵⁰ Importante ressaltar que a autora não parte de Polanyi, mas de Marx e Engels para chegar nessa conclusão.

esferas do viver e do trabalhar. O autor demonstra que a terra é uma condição para viver e, portanto, uma condição para o trabalho. Há toda uma organização do sistema urbano que é responsável pelo ambiente da vida do trabalhador: mobilidade, lazer etc. Entretanto, há uma incompatibilidade entre os salários recebidos pelos trabalhadores e os preços para morar, o que resulta em uma “sucessão de batalhas no ambiente de viver” (p. 9).

Soma-se a isso o cenário do desemprego e do trabalho precário brasileiro. Com o neoliberalismo se intensifica o desemprego, a precarização do trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas. Para sobreviver às crises nesse modelo, o mercado do trabalho assume outras formas para continuar existindo sendo centralidade na sociedade. Borin (2001) e Silva (2009) remontam o quadro do mercado de trabalho no Brasil, ressaltando alguns aspectos: a formação de uma mão-de-obra excedente durante e após o período de industrialização que, incapaz de ser absorvida, leva a um desemprego estrutural no Brasil; a desestruturação do mercado formal de trabalho, a partir da década de 1980, levando a um cenário de baixos salários, aumento da precarização do trabalho, diminuição da quantidade de profissionais com carteira de trabalho e da proteção trabalhista e crescimento da informalidade e do subemprego. Esse quadro brasileiro tem levado a “expansão da superpopulação relativa e do correspondente agravamento da situação e pobreza da classe trabalhadora” (Silva, 2009, p. 222).⁵¹

Grande parte da população em situação de rua, no entanto, não é contabilizada em pesquisas sobre desemprego. Algumas nunca tiveram uma carteira de trabalho. E, já que essa população geralmente não está no mercado formal de trabalho, o que ela faz para sobreviver e como?

Em *Desafortunados*, Snow e Anderson analisam as formas de sobrevivência e de ganhar algum dinheiro das pessoas em situação de rua de Austin (Texas, Estados Unidos) em meados da década de 1980. Os autores elaboram uma diferenciação entre os diversos tipos de trabalhos encontrados entre essa população:

⁵¹ Para maiores informações sobre a relação desse quadro com a população em situação de meados dos anos 2000, conferir o trabalho de Maria Lucia Lopes da Silva (2009).

- Trabalho remunerado: Segundo Snow e Anderson, “o próprio desabrigo resulta em parte de problemas e tendências associadas com o mundo do trabalho remunerado” (p. 185). Nessa análise, eles dividem trabalho remunerado em dois tipos subsequentes:
 - Trabalho regular: É o trabalho que conhecemos normalmente com uma remuneração por um serviço prestado, geralmente regulado ou negociado. Nesse caso, no entanto, é a falta ou a dificuldade de acesso a um emprego regular que está presente entre a população em situação de rua. Os autores apontam dois motivos principais que levam a esse cenário. O primeiro tem a ver com a baixa – ou nenhuma – qualificação das pessoas em situação de rua. O segundo é uma série de desvantagens em relação a outras pessoas que procuram empregos, devido à própria situação de rua, como a falta de dinheiro para deslocamento, falta de referência de outros empregadores, comprovante de residência, celular, vestimenta e falta de higiene pessoal. Outro ponto relevante é que, mesmo quando a pessoa em situação de rua consegue um trabalho dito regular, a remuneração não é suficiente para que ela possa sair das ruas, pagando aluguel, alimentação etc.
 - Trabalho de um dia: Caracteriza-se por um trabalho que possui horários e frequência irregulares, locais diferentes e baixa remuneração. No caso brasileiro, poderíamos chamar esse tipo de trabalho de “bico” que é o mais comum entre a população em situação de rua. Sobre isso, a pesquisa e censo de 1992 de São Paulo diz:

Nos trabalhos temporários e bicos os trabalhadores são aliciados geralmente por empreiteiros, os *gatos* urbanos, e submetidos, muitas vezes, a condições de trabalho escravo: trabalho pesado e sem segurança, sem garantia trabalhista, extremamente mal-remunerado. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 83)

Aqui vale mencionar casos como o da empresa T4F ENTRETENIMENTO S.A. (Time For Fun) que é alvo de inúmeras denúncias de contratação pessoas em situação de rua, com trabalhos análogos à escravidão em São Paulo. As denúncias têm relação com a realização do festival Lollapalooza e remontam pelo menos aos

anos 2018, 2019 e 2023⁵², mencionando condições como o trabalho pesado (carregamento e montagem das estruturas do festival), remuneração de aproximadamente R\$50,00 e uma marmita para uma jornada de 12 horas de trabalho.

Situações como essa acontecem repetidamente, levando a uma forte descrença do mundo do trabalho, como identificam as autoras:

Encontram-se desgastados e, portanto, em precárias condições de competição no mercado de trabalho. Muitos se dão conta da extrema exploração a que são submetidos no trabalho temporário, a única possibilidade a que têm acesso, e alguns se recusam a submeter-se a tais condições. Sentem-se derrotados e desmoralizados por serem recusados e desvalorizam as atividades que desempenham, considerando-as bicos e não trabalho.

Efetivamente o emprego se torna cada vez mais difícil. Até mesmo as firmas de trabalho temporário resistem à contratação de trabalhadores com carteira profissional limpa, que evidencia inexperiência ou pode indicar uma carteira nova que oculta períodos longos de desemprego ou muita rotatividade. Essa situação sem saída aprofunda nesses trabalhadores a percepção de si como fracassados. Na prática restam-lhe as atividades que o mundo da rua oferece como possibilidade. (Ibidem, p. 87)

Snow e Anderson identificam o mesmo cenário: as condições exploratórias e muitas vezes humilhantes dos empregos temporários, solapam a crença no mercado de trabalho, principalmente daqueles que vivem há mais tempo nas ruas. E, por esse motivo, apresentam outra categoria que denominam “trabalho à sombra”.

- Trabalho à sombra: “Não se trata de trabalho tal como concebido tradicionalmente, com certeza. Mas é trabalho, pois em cada caso a atenção e a energia se concentram na obtenção de dinheiro ou de outros bens materiais para uso pessoal ou troca.” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 238). O trabalho à sombra geralmente não possui nenhuma regulação e é baseado em estratégia de sobrevivência, podendo ser combinado com outros trabalhos. Os autores subdividem essa categoria em:
 - Venda e comércio

⁵² As notícias podem ser encontradas respectivamente em: <https://www.intercept.com.br/2018/03/29/moradores-em-situacao-de-rua-contam-que-foram-contratados-de-forma-irregular-para-erguer-palcos-do-lollapalooza/>, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/morador-de-rua-ganha-r-50-por-12h-de-trabalho-para-montar-palco-do-lollapalooza.shtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/morador-de-rua-ganha-r-50-por-12h-de-trabalho-para-montar-palco-do-lollapalooza.shtml>

- Venda e comércio de refugos e objetos pessoais: Esse tipo de venda ocorre normalmente entre pessoas em situação de rua e, por isso, os preços são mais baixos do que o mercado. É muito comum, no entanto, considerando o caráter de emergência de se conseguir algum dinheiro. Na nossa pesquisa de campo (e no período prévio, em Niterói), entre as pessoas em situação de rua do Centro do Rio de Janeiro, percebemos que objetos como cobertores (dados por instituições em períodos frios), doses de cachaça, cigarros, entre outros objetos, são vendidos e negociados entre eles.
- Venda de mercadorias e serviços ilegais: Essa subcategoria concentra principalmente os trabalhos ligados a tráfico de drogas e prostituição. Não identificamos, em nosso campo, esse tipo de trabalho. Isso não quer dizer que não exista, apenas que em não sendo o foco da pesquisa, seria de fato mais difícil observar esse tipo de trabalho.
- Venda de plasma: Em Austin – onde a pesquisa de Snow e Anderson acontece – é comum a venda de plasma entre a população em situação de rua, como uma forma “certa” de ganhar um dinheiro. A cidade possui dois centros de plasma e é permitido que eles “vendam sangue” duas vezes por semana, ganhando 18 dólares em uma semana e, quando completam a sétima doação, ganham mais 20 dólares. No Brasil, não há essa possibilidade. E, entre a população em situação de rua acompanhada nessa pesquisa, não observamos nenhum tipo de venda parecida com essa.
- Solicitação de doações em locais públicos: Pedir dinheiro é uma atividade geralmente de pessoas que estão há mais tempo nas ruas. Os autores argumentam que isso se dá devido ao sentimento de vergonha que isso causa principalmente em indivíduos que estão ainda muito imbuídos de uma ética trabalhista. No censo do Rio de Janeiro (2022), 2,9% dos entrevistados apresentaram pedir dinheiro como uma forma de obter renda.

- Catar lixo: No caso norte-americano, catar lixo é procurar em meio a detritos algum objeto de valor para vender posteriormente. Os exemplos são de roupas, bolsas ou outros objetos que podem ter algum valor de venda. No entanto, no caso brasileiro, “catar lixo” não é um trabalho à sombra. Em quase todas as pesquisas e censos, a maior parte das pessoas em situação de rua é catadora de material reciclável. Em 2023, ao voltar à presidência da república, Lula retomou o diálogo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, tendo lançado o Decreto 11.414/2023 que institui o Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Apesar do reconhecimento, é sabido que as condições de trabalho dos catadores são ainda muito precárias, visto que o recurso a ser recebido é baixo e não possui regulamentação que iguale as relações de trabalho, deixando à cargo do proprietário do centro de reciclagem.
- Furto: Através da etnografia feita e de análise de dados, Snow e Anderson conseguem identificar que cerca de um terço das pessoas acompanhadas em pesquisa por eles já foram detidas por furto ou assalto a residências. E, boa parte desse grupo, eram pessoas que estavam vivendo mais tempo no abrigo local, ou seja, pessoas que viviam há mais tempo em situação de rua. No nosso estudo, identificamos apenas ocorrência de furtos entre a população em situação de rua, a partir de relato de um entrevistado. Mais uma vez, não estamos dizendo com isso que furto à sociedade no geral, como forma de obter dinheiro, não aconteça, apenas que não observamos em nossa pesquisa devido ao próprio caráter ilegal da atividade.

Os autores apresentam ainda uma terceira categoria, denominada Assistência Institucionalizada que não destrincharemos aqui devido às diferenças das políticas públicas norte-americanas para o caso brasileiro. Todavia, vale mencionar que é possível nos Estados Unidos, pessoas em situação de rua trabalharem em um abrigo por um período determinado, recebendo um salário fixo e um local para

dormir. No Brasil, isso ainda não é possível. Nas reuniões que acompanhamos do Fórum Estadual de Pessoa Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, a discussão passava geralmente pela não execução, por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, da lei 6.355/2018, citada na seção anterior, que ofereceria oportunidades em serviços gerais e obras para pessoas em situação de rua. Na reunião de 18 de julho de 2023, houve uma forte defesa por parte de uma pessoa com trajetória de rua e de uma assistente social que haja vagas para pessoas em situação de rua trabalhem em abrigos, visto que há muitas denúncias de violência por parte desses espaços contra a população de rua.

Ao contrário do que pensa o senso comum, as pessoas que vivem nas ruas procuram muito um emprego ou trabalho regular antes de se submetem a outras formas de ganhar dinheiro. Por cansarem ou ficarem desesperançosas, o senso comum as vê como preguiçosas. Em pesquisa de campo realizada no dia 09 de julho de 2022, tivemos a oportunidade de conversar com assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro, presentes na Praça da Cruz Vermelha no dia em questão. Nessa conversa, fica muito explícita uma visão conservadora em relação às pessoas em situação de rua. Apesar de trabalharem com população em situação de rua há muitos anos, eles defendem que essa população não quer trabalhar e não quer casa, já que não querem morar longe⁵³, afirmando que as pessoas em situação de rua querem *conforto*.

Conforto. O incômodo que causa uma pessoa habitar um espaço público é distorcido, criminalizado e estigmatizado a ponto de virar... conforto. Como afirmam Vieira, Bezerra e Rosa (1992, p. 100):

Assim como morar na rua viola uma regra social de uso do espaço, a forma de sobrevivência dessa população – que se faz apenas secundariamente pelo mercado, seja o de trabalho seja o de bens – subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que o trabalho aparece como a forma legítima de garantir o sustento.

A resposta da sociedade para quem não se enquadra é o estigma: *vagabundo*, *malandro*, *vadio* ou quando muito *coitado*; ele é o *outro*, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado. No entanto, o morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Sente-se um *fracassado*, um *caído*. (Grifos das autoras)

⁵³ Na conversa, a assistente social menciona um programa que dava casa para essas pessoas. Entendemos que, provavelmente, trata-se do Minha Casa Minha Vida.

3.4 Estigmatização sobre a população em situação de rua e violência

Um dos assuntos mais importantes relacionados à população em situação de rua são os estigmas e as diversas formas de violências sofridas por esse grupo. Nesta seção, nosso objetivo é discutir esse estigma a partir de uma perspectiva teórica baseada em Pierre Bourdieu (1997 e 2006), Norbert Elias (2000) e Loïc Wacquant (2004) e as formas de violência suscitadas pela estigmatização desse grupo.

Como ponto de partida para entendimento da teoria social de Bourdieu, é necessário, antes, explicitar algumas questões. Bourdieu utiliza de três modelos epistemológicos: positivismo, historicismo e o materialismo-histórico. Seu objetivo não é negar esses modelos, mas trabalhá-los conjuntamente, de forma a realizar uma análise crítica do mundo social. Dessa forma, Bourdieu busca compreender a sociedade e os indivíduos de forma relacional e dialética, ou seja, a noção de que a sociedade estrutura os indivíduos, bem como é também estruturada por esses.

Outra questão importante de se perceber na obra de Bourdieu é a praxiologia ou teoria prática. O autor defende que, para uma análise da sociedade e melhor apreensão das lógicas de reprodução do mundo social, torna-se fundamental uma perspectiva teórica tanto quanto uma imersão no campo a ser estudado, com identificação detalhada dos agentes, suas posições, condições, disposições e tomadas de posição. Essa proposição metodológica visa quebrar a formulação do senso comum sobre fatos sociais, além de desmascarar formas de dominação simbólica imanentes das posições sociais existentes no espaço social.

Além disso, o caráter histórico faz-se também muito presente na obra de Bourdieu. Essa observação permite mapear as posições e condições dos agentes que participam e estruturam determinado campo, quem são eles, como se relacionam, quais tipos de capital acionam e como, dentro do campo, competem, concorrem e lutam por aquele tipo de capital. Sendo assim, nos estudos de Bourdieu são levados em conta tanto as formações estruturais de um sistema social macro, quanto as estruturas micro, no contexto dos indivíduos, mantendo o aspecto relacional, com outros agentes, outros campos, outras estruturas etc.

O fato de o mundo social ser formado por agentes que possuem diferentes tipos de capitais, que estruturam e são estruturados por diferentes campos, que,

consequentemente, geram diferentes *habitus*, cria uma inevitável hierarquia social com concentração e distribuição desigual de poder. Isso faz com que existam grupos dominantes e grupos dominados. Considerando esse cenário, o poder simbólico está normalmente atrelado aos grupos dominantes, pois são eles que detêm os meios de legitimação de imposição de poder e construção de estereótipos sobre os grupos dominados. Quanto mais invisível e difícil de detectar é o poder simbólico, mais forte é. Ele se enraíza por meio de arcabouço instrumental da violência simbólica que, da mesma forma, enquanto não percebida como tal é extremamente forte. Para Bourdieu, o Estado é, usualmente, o ente oculto e invisível que concentra as ações tanto da violência física (mais visíveis) quanto da violência simbólica. Entretanto, em “As estruturas sociais da economia” (2006), Bourdieu nos chama atenção para o fato de que o Estado é também influenciado por outros grupos sociais dominantes e, sendo assim, não é o único a exercer dominação simbólica.

A criação de símbolos e estereótipos, como instrumentos de comunicação e de poder, possibilitam a construção de determinados consensos. Em *Decivilizing and demonizing: the remaking of the black American ghetto*, Loïc Wacquant explica o processo de criação do termo *underclass* que contribuiu para a demonização, estigmatização e marginalização da população negra dos guetos norte-americanos. O termo apareceu primeiro na mídia e em livros de jornalistas, passando posteriormente a ser usada por alguns acadêmicos. Com a disseminação do termo através de muitos materiais publicados, *underclass* vira uma ferramenta para a demonização que justifica que os negros dos guetos sejam simbólica e fisicamente isolados e, por isso, que as ações do Estado – quando existem –, sejam fortemente repressivas.

Norbert Elias também pensa a teoria social de forma relacional. Desenvolveu a ideia de interdependência considerando que a sociedade não existe anteriormente aos indivíduos, o “nós” não existe sem o “eles”. Da mesma forma, os indivíduos não são anteriores a sociedade, o “eu” não existe sem o “eles”. As cadeias de interdependência, tendo sido expandidas pela criação da moeda, perpassam todos os indivíduos. Dessa forma, ele propõe as noções de psicogênese e sociogênese: um olhar atento para os sujeitos, individualmente, e suas ações e reações e um olhar atento às instituições e estruturas.

Esses conceitos são essenciais para pensar o processo civilizador. Na sociedade ocidental, o processo civilizador é mais disseminado com a formação da sociedade de corte, a centralização do poder real, a expansão do comércio e a monetarização. Com essas questões e consequente aumento das funções sociais, expandem-se as cadeias de interdependência, aumenta-se o autocontrole e a competição. Em “Mozart, sociologia de um gênio”, Elias também coloca a vergonha como um elemento do processo civilizador. Esse sentimento só existe quando se considera o “outro”, e esse “outro” como igual “a mim”, no sentindo de humanidade e reconhecimento. O processo civilizador é limitante, é o que permite a convivência em sociedade dos diferentes indivíduos de forma funcional.

Wacquant, no artigo supracitado, defende que os guetos negros norte-americanos, dos anos 1960 aos anos 1990, passaram por uma transformação que foi resultado de vários processos. Entre eles, o processo descivilizador porque acontece, justamente, na contramão do que Elias definiu como processo civilizador. Uma série de ações do Estado – ou ausência delas – contribui na quebra dos limites, das cadeias de interdependência, do contato com os vizinhos e da ocupação dos espaços públicos. Para além disso, a criação do termo *underclass* e a imagem que foi criada dos moradores do gueto nesse processo – que tem como características sexualidade desenfreada, altas taxas de abandono escolar, consumo e tráfico de drogas com tendência ao crime, dependência de programas públicos, desemprego, isolamento espacial com alta densidade de problemas familiares etc. – colaborou no aumento da violência, por exemplo. Elias e Scotson, em “Os estabelecidos e os outsiders”, dizem “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 30).

Para que se firme tal grau de estigmatização, Elias e Scotson dizem ser necessários uma alta coesão e integração entre um grupo que o confere a possibilidade de ser um grupo estabelecido, dominante. Toma forma um desequilíbrio de poder entre o grupo estabelecido e um grupo de menor poder, dominado, os *outsiders*:

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Os grupos *outsiders* tem uma tendência a incorporarem a estigmatização. A imagem do “nós” faz parte de uma imagem do “eu”, de como o indivíduo se vê. Logo, passado um tempo, eles mesmos se veem da forma como foram estereotipados. Para uma associação com Bourdieu, isso é agregado ao *habitus*. Podemos dizer que, por isso, o *habitus* nos mantém submetidos às formas de dominação simbólica.

Os autores falam também sobre linguagem, termos, palavras e imagens que ajudam na estigmatização do grupo outsider, remetendo-nos ao termo *underclass* estudado por Wacquant. No geral, os sintomas de inferioridade são produzidos no grupo *outsider* pela humilhação e opressão dessa relação. Pelos olhos dos *outsiders*, a inferioridade de poder acaba por se igualar a uma noção de inferioridade humana.

No sentido de capital de Bourdieu, podemos dizer que a população em situação de rua é despossuída de, praticamente, quaisquer tipos de capital. Elias e Scotson nos chamam atenção para o fato de que a questão econômica não é a única que estabelece relações estabelecidos-*outsiders*, mas, assim como no caso de Winston Parva (nome fictício da cidade estudada pelos autores), outros fatores podem estar muito presentes nesse desequilíbrio de poder. Para as pessoas que vivem na rua, o campo econômico é o mais óbvio, porque são despossuídos de capital econômico a ponto de precisar habitar as ruas. Entretanto, outros motivos, como a falta de capital cultural e capital social, também podem ser de grande relevância.

Arrisco dizer que as pessoas em situação de rua são um grupo *outsider* por “excelência”. São excluídos do convívio social – e às vezes, até mesmo do convívio entre seus pares –, são esquecidos pelas políticas públicas, são estigmatizados, podem sofrer opressão de quaisquer grupos sociais que detenham mais capitais que eles, são humilhados a todo momento etc.

Sem dúvida, no caso extremo dos grupos humanos expostos à fome prolongada, o desejo intenso de comida ou, em termos mais gerais, de sobrevivência física pode realmente ter prioridade sobre todas as outras metas. [...] O alimento, a satisfação das necessidades materiais, é realmente básico. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 34)

Pessoas em situação de rua encontram-se em um cenário de urgência para suas necessidades de sobrevivência mais básicas, teoricamente garantidos a todos

os cidadãos. Entretanto, encontram-se nesse grupo *outsider*, inferiores de poder – e, portanto, são considerados também inferiores humanamente – em um processo muito semelhante ao que Wacquant descreve nos guetos negros norte-americanos, um processo descivilizador, porque mina as formas mais básicas sociais, humanas e de sobrevivência.

Como Wacquant percebe, o Estado concentra a violência simbólica e a violência física contra essas pessoas. Por um lado, é a ausência do Estado: a Prefeitura do Rio de Janeiro se retira em relação às políticas públicas de proteção das pessoas em situação de rua e de prevenção, para que elas não cheguem a viver nas ruas. Por outro lado, o Estado se faz presente de forma violenta, física e simbolicamente.

Violência simbólica

Resende e Mendonça (2019), partindo da perspectiva de que o discurso e a linguagem influenciam na estigmatização das pessoas em situação de rua, apresentam dados sobre como essa população é vista em jornais de grande circulação – no caso do estudo delas, a Folha de São Paulo. Em suas análises, identificaram que as vozes mais acionadas para falar do tema em reportagens são as do governo, seguida por vozes de ativistas e religiosos e, apenas em quinto lugar, ouve-se a própria população em situação de rua. Como ressaltado pelas próprias autoras, não é surpreendente que o governo seja mais acionado quando se fala em políticas públicas voltadas a essa população. Entretanto, ele é acionado quase seis vezes mais do que a própria população de rua, a quem essa política é voltada e deveria atender.

No geral, segundo as autoras, as pessoas em situação de rua são avaliadas negativamente pela maioria das vozes acionadas pelo jornal – quando não do próprio autor do texto. Palavras como “indesejáveis”, “perigosas”, “viciadas” foram encontradas diversas vezes nas 105 reportagens deste jornal. Normalmente, essas expressões saem de vozes de empresários, moradores e trabalhadores locais. Como as autoras citam, “Obviamente, avaliações depreciativas recorrentes acabam por servir de reforço e justificativa para operações de ‘remoção’ e de restrição do espaço público e do direito à cidade.” (RESENDE; MENDONÇA, 2019, p. 15),

configurando uma motivação econômica ao caracterizar a população em situação de rua.

Em uma matéria publicada em 2010 pela Revista Piauí, no período do Choque de Ordem no Rio de Janeiro, a jornalista Paula Scarpin demonstra a visão dos moradores de Ipanema sobre a população em situação de rua:

Segundo Bruno Ramos, o roteiro das operações de retirada dos pobres da rua é em boa parte definido a partir de reclamações de moradores, que entram em contato com a ouvidoria por telefone ou e-mail. A ouvidoria, no entanto, enviou-me uma nota oficial informando que, entre dezembro de 2009 e abril de 2010, recebeu “cerca de 33 reclamações sobre moradores de rua”, o que equivale a menos de 6% das queixas no período.

Às vezes, as reclamações vão direto para o endereço eletrônico do prefeito Eduardo Paes. Seis meses depois de sua posse, ele recebeu um e-mail iracundo da Associação de Moradores do Leblon, bairro que faz fronteira com Ipanema e onde mora o governador Sérgio Cabral. Ela reclamava que, quase 200 dias depois de o prefeito tomar posse, as calçadas ainda estavam cheias de mendigos. (SCARPIN, 2010)⁵⁴

Como etapa de pesquisa sobre população em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro no Grupo de Pesquisa Direito à Cidade do Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro, fizemos um levantamento no jornal *O Globo* de janeiro de 2009 a junho de 2022 com foco em matérias que demonstravam conflitos em relação à população em situação de rua. Nesse período, foram identificadas e analisadas 71 reportagens que fazem referência ao nosso objetivo de pesquisa. A maioria delas (23) ocorreram somente no ano de 2009.

A primeira notícia é de 04 de janeiro de 2009 – apenas três dias após a posse de Eduardo Paes no seu primeiro mandato como prefeito do Rio de Janeiro – e é uma das mais relevantes por apresentar como a população em situação de rua do Rio de Janeiro e outros grupos em situação de vulnerabilidade social, como ambulantes e moradores de ocupações, seriam tratados pela Secretaria de Ordem Pública sob gestão de Rodrigo Bethlem, construindo a visão que o mandato teria sobre essa população naquele período. A direção editorial do jornal *O Globo* no ano de 2009 é marcada pela desumanização das pessoas em situação de rua e pela criminalização deste grupo, através da utilização da palavra “desordem”, em uma espécie de pacto com a ação “Choque de Ordem” da Prefeitura, e de recursos de

⁵⁴ A notícia está disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/morar-na-rua-em-ipanema/#:~:text=Ainda%20que%20todos%20sejam,doentes%20mentais%20abandonados%20pela%20fam%C3%ADlia>

linguagem que generalizam, classificando-os como um problema urbano, tal qual acúmulo de lixo e estacionamento irregular. Para ilustrar, destacamos alguns trechos:

No quesito desordem urbana, a população de rua é a principal queixa dos moradores do Rio e será um dos dois maiores desafios do Secretário Especial de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem. O secretário – que também considera a desocupação dos espaços públicos a sua outra grande meta – anuncia que a prefeitura não permitirá que as pessoas acampem e durmam em calçadas, praias e embaixo de viadutos. Ele afirma que, nas operações de choque de ordem que começam amanhã, aqueles que se recusarem a ir para abrigos terão que circular.

(...)

- Na primeira semana da operação Copacabana (iniciada pelo estado e que, agora, passou a ser coordenada pela prefeitura), cinco pessoas que estavam foragidas foram presas – exemplifica o secretário (O Globo, 04 de janeiro de 2009, p. 12)

No primeiro dia das operações de choque de ordem da prefeitura, o secretário de Ordem Urbana, Rodrigo Bethlem, admitiu que o combate às irregularidades será um trabalho árduo e pediu a colaboração da população. Ontem, além das demolições no Recreio, houve trabalhos em outros sete bairros, com o apoio da PM e da Polícia Civil. O saldo final foi de 50 toneladas de mercadorias apreendidas, 144 veículos multados e 48 moradores de rua acolhidos.

_ É muito importante que as pessoas mudem a sua postura. Dar dinheiro a crianças na rua, jogar papel no chão ou parar o carro em cima da calçada são hábitos que precisam ser combatidos. (O Globo, 06 de janeiro de 2009, p. 11)

Enxugando gelo: a desordem volta a reinar. Área de demolição no Recreio vira garimpo com carroceiros na rua e mendigos ocupam de novo calçadas da Tijuca (O Globo, 07 de janeiro de 2009, p. 11).

A desordem reage. Confirmando que estão fora da ordem, ambulantes reagiram ontem à ação da prefeitura na orla da Barra: espalharam pelo asfalto cadeiras de praia, interrompendo o tráfego. (O Globo, 20 de janeiro de 2009, capa).

Cidade Nova com 18 mendigos a menos: Recolhimento da população de rua não livra a área de outros problemas, como o lixo. (O Globo, 07 de abril de 2009, p. 11)

População em situação de rua e ambulantes são frequentemente associados entre si e no entendimento de que fazem parte dos elementos da “desordem”, assim como objetos e problemas urbanos, como lixo e veículos estacionados de forma irregular. A desumanização se dá através deste recurso, mas também pelo fato de não haver espaço de fala ou histórias desses grupos e pela ausência de críticas

sobre as condições em que essa população vive. Pelo contrário, o espaço é “quem sofre” com a presença dessa população: “Parque Guinle escapa do choque de ordem e vira acampamento de mendigos” (O Globo, 06 de fevereiro de 2009, p. 12); “Nos jardins do MAM, só espinhos: Plantas destroçadas e muito morador de rua” (*Idem*); “No aniversário do Municipal, Cinelândia sofre: Enquanto um dos seus símbolos comemora 100 anos, região sofre com população de rua e vira banheiro a céu aberto” (O Globo, 11 de julho de 2009, p. 16), “A Lapa dos contrastes: Obras de reurbanização convivem com sujeira e população de rua” (O Globo, 14 de janeiro de 2012, p. 22). Há também a constante associação entre abandono de um espaço e – ironicamente – a presença da população em situação de rua, como ilustra a imagem da notícia de 18 de março de 2014:

► **Leia também nesta edição**

Religiosos e historiadores analisam relação de igrejas com a ditadura

Enquanto alguns pastores e bispos enfrentaram o regime, outros foram omisso ou colaboraram com os militares, até mesmo entregando colegas. **PAÍS, PÁGINA 8**

Gastos com diárias de senadores crescem 148% em dois anos

Em 2013, foram pagos R\$ 499 mil para bancar despesas em viagens oficiais de senadores no Brasil e no exterior. Há dois anos, valor era de R\$ 201 mil. **PAÍS, PÁGINA 5**

MP pede transferência de mensaleiros para cadeia federal

Promotora investiga regalias que teriam sido concedidas aos condenados do mensalão e diz que o governo do DF não está colaborando. **PAÍS, PÁGINA 6**

Malásia muda versão sobre fim de comunicações com avião sumido

Malaysia Airlines diz agora não saber quando sistema de troca de informações foi desligado, o que dá margem à possibilidade de desvio accidental de rota. **MUNDO, PÁGINA 25**

Associação Mundial de Jornais vê ameaças à imprensa britânica

Após missão inédita visitar o Reino Unido, a associação cobrou do governo garantias à liberdade de expressão e ao trabalho dos jornalistas. **ECONOMIA, PÁGINA 21**

Botafogo faz do Maracanã trunfo por classificação na Libertadores

Líder do Grupo 2, alvinegro enfrenta Independiente del Valle, do Equador, às 22h, e espera apoio da torcida com estádio cheio. **ESPORTES, PÁGINA 30**

MARCUS FAUSTINI

Seria importante saber o que pensam sobre cultura os candidatos a cargos majoritários. **SEGUNDO CADERNO, PÁGINA 2**



Visões

Passeio pelo abandono

FOTO: GUITO MORETO

Moradora de rua dorme junto a estátua no **Passeio Público** local frequentado pela nobreza no século XIX. O aspecto de **abandono** extrapola o gradil que cerca o jardim. No prédio histórico do Automóvel Club, parte do teto ruíu. **Leia mais na PÁGINA 9** • **ROLLAND GIANOTTI, rolland@oglobo.com.br**

Figura 06: Recorte de notícia. **Fonte:** Jornal O Globo

Em uma matéria de 15 de março de 2009 sobre catadores de lixo no Centro do Rio de Janeiro, uma das poucas que trazem falas de grupos em situação de vulnerabilidade social⁵⁵, diz:

⁵⁵ Nesse levantamento de jornais O Globo que compreende o período de 14 anos, apenas sete matérias contêm espaços para citações de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O lixo do Centro é o mais rico da cidade. Por isso, tem que ter muita atenção na hora de selecionar. Eu já achei R\$3 mil, e tenho um amigo que encontrou R\$20 mil. Esse parou de trabalhar, claro. – garantiu Geraldo Tavares, catador no Centro há seis anos. – Sei que isso que a gente faz é uma **desordem**, mas não tenho outra opção para sustentar minha filha de 05 anos – acrescentou, apontando para a montanha de papel que se formava junto à grade de proteção da praça. (O Globo, 15 de março de 2009, p. 22, grifo meu)

A palavra recorrentemente utilizada pelo jornal, entra aqui na fala do próprio entrevistado, como um “reconhecimento” da condição do que faz. Como discutimos no início desta seção a partir de Elias e Scotson, esse “reconhecimento” é uma tendência dos grupos outsiders a se enxergarem pelas lentes da estigmatização produzida por grupos hegemônicos. Os autores complementam:

Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos outsiders não apenas como **desordeiros**, que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos. (...) O sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos outsiders contamina, observado pelos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira.

[...]

No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos outsiders **são comumente tidos como sujos e quase inumanos**. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 34, grifos meus)

Para além do tom desumanizante das notícias d'O Globo do período estudado, há também a criminalização das pessoas em situação de rua, visto que sua presença é recorrentemente associada a um lugar inseguro e/ou ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Essa questão se amplifica quando o jornal passa a noticiar a existência de cenas de uso de crack em outubro de 2009, como demonstra a frase “Menores, aparentemente drogados, dormem em frente a uma loja no Flamengo: especialistas dizem que 90% dos moradores de rua são dependentes de crack.” (O Globo, 28 de outubro de 2009, p. 12). Durante a matéria, no entanto, não há menção a quem são os especialistas que fazem tal afirmação. Destacamos alguns exemplos a seguir:

Estação Cracolândia. Jovens assaltam pedestres impunemente na movimentada Avenida Presidentes Vargas, bem perto do Comando Militar do Leste (CML), da Secretaria Estadual de Segurança e da Central do Brasil, mostrou reportagem veiculada ontem no “Jornal Nacional”, da Rede Globo. Na vizinhança, funciona uma Cracolândia que reúne adultos e até crianças. (O Globo, 10 de abril de 2012, p. 2)

Com faca na mão e livre para atacar. Com uma faca em punho, rapaz circula tranquilamente pelo Aterro, perto do MAM, onde grupos que atacam pedestres no Centro se reúnem para dividir a mercadoria roubada e consumir drogas. O flagrante expõe problemas de segurança a região que ganhou novo modelo de policiamento esta semana. (O Globo, 08 de maio de 2015, p. 8)

Pega e solta no Aterro: Dos 38 detidos, só um ficou preso. Para Beltrame, é preciso 'pensar bem' ao chamar a polícia.

(...) Como O Globo noticiou, bandos de ladrões que agem na região têm usado a área como uma espécie de quartel-general, onde dividem produtos roubados e consomem e vendem drogas. Eles também se misturam à população de rua, tornando mais difícil combatê-los. (...) Ao comentar ontem o fato de integrantes da gangue do Aterro terem sido soltos, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que o problema envolve questões legais e sociais, porque moradores de rua e usuários de droga também ocupam o parque.

– É pega e solta, pega e solta. Esses caras têm faca. Tudo bem. Não tem problema nenhum. Ele vai numa ferragem aqui na esquina e compra uma faca muito boa. Se isso não é condição para ele responder perante o estado, de uma maneira exemplar, então pensem bem antes de chamar a polícia – disse.

– Em determinados horários, há uma verdadeira legião de pessoas que se acomodam ali, para dormir ou se drogar. Quando acordam, têm fome e buscam uma solução para o seu problema.

(...)

Morador do Flamengo, o engenheiro Célio Matoso costuma caminhar no parque de manhã e contou já ter ouvido várias histórias de violência.

– **Nunca presenciei nenhum assalto de manhã, mas já escutei muitos relatos.** Há muitos criminosos misturados a esses moradores de rua. É muita gente misturada: ex-presidiários, assaltantes, menores de idade. Há inclusive violência entre eles.

Acostumada a caminhar no Aterro todas as manhãs, a aposentada Elizabeth Santoloni, de 61 anos, teme a violência e costuma passar apenas pelos pontos mais movimentados. Segundo ela, há assaltantes entre os sem-teto:

– Moradores de rua portam facas e porretes para assaltar. Quando eles são levados para a delegacia, até debocham, porque sabem que não ficam presos. (O Globo, 12 de maio de 2015, p. 7, grifos meus)

São muitos os possíveis destaques para falar de criminalização da pobreza. As matérias escolhidas visam: a) demonstrar a constante associação entre uso de drogas e violência e, por consequência, a associação com a população em situação de rua já que, em matérias anteriores, foi levantado que 90% das pessoas em situação de rua usam crack; b) o espaço para fala que é frequentemente permitida aos moradores dos bairros em questão, pessoas de classe média e classe média alta. Uma fala que estrutura e é estruturada pela argumentação do jornal, ainda que seja uma afirmação leviana, sem comprovação, como a alegação da aposentada na

última matéria citada; c) mais uma vez, o reforço da visão de desprezo do poder público por essa população, tratando-a como um caso de segurança pública.

As matérias mantêm esse tom que temos demonstrado aqui, desde janeiro de 2009 a 2016, exceto por pouquíssimas exceções. Das 71, são 48 matérias nessa época. Importante ressaltar que, nesse período, houve grandes eventos sediados pela cidade do Rio de Janeiro: a Rio +20 em 2012, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. É sabido que a gestão de cidade de Eduardo Paes envolve a preparação do Rio de Janeiro para esses eventos, passando pelo estabelecimento da ordem e consequente apagamento da desordem que, como vimos até aqui, inclui ambulantes e população em situação de rua. No entanto, a relação entre essa política higienista e os grandes eventos é mencionada apenas uma vez nas matérias, na edição do jornal de 11 de maio de 2012 que diz “Mendigos dormem de dia no Campo de Santana, um dos vários parques que, em vez de oferecer áreas verdes, viraram abrigo a céu aberto da população de rua e de usuários de crack, na cidade que vai abrir a Rio +20.” (p. 20). Ironicamente, em 11 de agosto de 2011, em entrevista ao Globo, Paes afirma “Não gosto da perspectiva higienista sobre a população de rua. A gente tem que acolher as pessoas, independentemente se elas dormem na praça ou na rua.” (p. 22).

A primeira matéria depois desse período é de 21 de maio de 2017 que destoa profundamente das anteriores: a reportagem apresenta pessoas em situação de rua, nomeando-as, contando suas histórias e dando voz a elas. A partir dessa data, há algumas matérias com esse mesmo tom. Dos 23 textos jornalísticos que compreendem o período de 2017 a meados de 2022, há, por um lado, 10 que possuem uma narrativa mais branda e, às vezes, mais crítica a situação dessas pessoas (aqui inclui-se o período da pandemia do COVID-19) e, por outro lado, em outras matérias volta o termo “desordem” se referindo à população em situação de rua. Uma das entrevistadas da matéria de 21 de maio de 2017 diz: “Não desejo uma gravidez na rua nem para um cachorro. Sofri todo tipo de preconceito. As pessoas me chamavam de mendiga e cracuda, porque hoje em dia, para a sociedade, **todo mundo que dorme na calçada é viciado em crack** – diz Erika, cuja família vive no Morro da Formiga, na Tijuca. – O mais difícil é voltar para casa. Bate a vergonha dos parentes e dos vizinhos.” (p. 14, grifos meus). Mais uma ocasião em que há a

percepção da situação da pessoa que vive na rua com uma imagem que a própria direção editorial do jornal ajudou a construir.

As matérias a partir de março de 2020 a fevereiro de 2021 tratam da população em situação de rua como um grupo que, para além do sofrimento da doença do coronavírus em si, também sofre com o aumento da fome, a escassez de material de reciclagem para trabalhar e de produtos de higiene, trazendo pela primeira vez uma crítica aos abrigos, que são sujos e superlotados. Nesse período, são também apresentadas algumas ações voltadas para esse público, na tentativa de mitigar a fome. Através da pesquisa de campo, sabemos que após os primeiros meses de pandemia, muitas instituições e pessoas físicas começaram a realizar um trabalho de doação de alimentos a pessoas em situação de rua. Com a reabertura das atividades após a pandemia, no entanto, as doações caíram muito e muitos grupos pararam de prestar esse serviço às pessoas em situação de rua. No caso trabalhado por Snow e Anderson, em *Desafortunados*, quando discutem a época de Ação de Graças⁵⁶ e Natal, dizem:

Desse modo, exceto por um período de dois a três meses, os moradores de rua tendem a ser beneficiários apenas da atenção negativa, completamente ignorados, ou tratados de maneira segregada e sanitizada que sublinha seu status estigmatizado.

A tarefa que os moradores de rua enfrentam de resgatar o eu não é fácil, especialmente porque, para onde quer que se voltem, são lembrados de que estão no nível mais baixo do sistema de status. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 326-327)

Violência física

Assim que encontramos com Jonas, no Escadinha, percebemos que ele estava abalado. Andando rápido e falando rápido. Disse que haviam matado um homem em situação de rua de madrugada ali na Cinelândia à garrafada e ele tinha ido correndo ver se era um amigo dele. (09 de julho de 2022)⁵⁷

⁵⁶ Feriado norte-americano, conhecido como um dia para ser grato. Nesse período, muitas pessoas optam por fazer ações voluntárias.

⁵⁷ Trecho do diário de campo da autora, 09 de julho de 2022.

Uma pessoa em situação de rua está vulnerável a muitos perigos e sua segurança física é um deles. Nosso principal interlocutor neste trabalho, Jonas, nos relatou mais de uma vez sobre essas violências, sendo o trecho acima apenas um exemplo.

Para além das violências simbólicas perpetradas pelo Estado e pela mídia das quais falamos na seção anterior, há também o uso de força bruta, através dos agentes estatais, como polícia e guarda municipal principalmente. Das matérias levantadas e citadas anteriormente, é fácil observar que para a “retirada” ou “remoção” de pessoas (trabalhadores informais ou em situação de rua) de locais públicos, é necessária a ação de guardas municipais ou policiais. É sabido que o choque de ordem foi extremamente violento com a população pobre residente ou trabalhadora do Centro e de diversos outros bairros do Rio de Janeiro e as ações repercutiram ao longo dos dois primeiros mandatos de Eduardo Paes. Nessas ações, inclui-se um período de internações compulsórias, como ilustra a chamada “Tratamento forçado: Com ação na Av. Brasil, prefeitura começa a internação voluntária de adultos viciados” (O Globo, 20 de fevereiro de 2013, p. 12).

Esse período levou a uma ação civil pública, movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ, em 2014, contra Eduardo Paes e Rodrigo Bethlem, pelos atos do Choque de Ordem, em 2009, sobre a população em situação de rua. No documento, o MPRJ descreve as circunstâncias da investigação e reconhece a violência da gestão da Prefeitura durante o Choque de Ordem:

A essa altura, as investigações levadas a cabo pelo Ministério Público já demonstravam que, ao contrário do informado pelo demandado RODRIGO BETHLEM, as operações realizadas em detrimento da população de rua da Cidade revestiam-se de violência e arbitrariedade. Nesse sentido são os depoimentos e documentos que instruem a presente [...], os quais apontam, em suma:

- a utilização de armas e equipamentos de "choque" nas operações realizadas pela SEOP (Secretaria de Ordem Pública);
- a prática de violência durante as operações, sobretudo pela Guarda Municipal;
- o extravio e a destruição dos pertences e documentos das pessoas abordadas;
- a participação da COMLURB em tais operações;
- a insalubridade dos abrigos e o uso de drogas em seu interior;
- a presença de pacientes psiquiátricos no interior dos abrigos sem qualquer tipo de cuidado médico. (MPRJ, 2014, p. 325).

As agressões enumeradas pela ação civil pública de 2014 são as mesmas reclamações das pessoas em situação de rua até o período da elaboração deste trabalho, como demonstrado em diversos relatos das reuniões do Fórum da Pessoa Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro e nas duas audiências públicas em que estivemos presentes (28 de abril de 2022 e 14 de agosto de 2023): os pertences e documentos das pessoas em situação de rua continuam sendo recolhidos; os abrigos do município seguem em grande estado de precarização; as pessoas em situação de rua ainda relatam serem abordadas não apenas por agentes da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, mas também por agentes da Guarda Municipal e Comlurb; e a tendência de aumento da violência após a aprovação das internações compulsórias previsto pelo Decreto 53.816/2023 (o decreto “Seguir em Frente”) da Prefeitura do Rio de Janeiro, conforme falado anteriormente. Apesar da ADPF 976/2023 e das obrigações impostas aos estados e municípios pelo STF, o cenário ainda é de muitos ataques contra as pessoas em situação de rua pelo Estado.

Muitas das internações compulsórias realizadas nesse período encaminhavam as pessoas “recolhidas” para as chamadas Comunidades Terapêuticas – CTs, que apresentam um outro quadro problemático nas práticas de violência contra as pessoas em situação de rua. As CTs são instituições sem fins lucrativos, que fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), recebendo financiamento público, e sendo um espaço de internação de pessoas viciadas em álcool ou drogas ilícitas. No Brasil, a maior parte das CTs registradas até hoje (2.000 unidades espalhadas por várias regiões) são administradas por associações religiosas e “chama-se atenção para o fato de a realização do tratamento nestas instituições implicar, na maioria das vezes, a aceitação do usuário e de sua família à base religiosa da instituição.” (PASSOS *et.al.*, 2020, p. 128). Em 2020, o MPRJ lançou um relatório técnico sobre as CTs e relata que, apesar de as CTs funcionarem no âmbito das RAPS – e, portanto, do SUS – “estas instituições se apresentam de modo muito diversificado, com grande variação de funções sociais e práticas não condizentes com as recomendações previstas pela saúde em relação ao uso prejudicial de álcool e drogas.” (MPRJ, 2020, p. 3). O relatório traz ainda uma relação de violações de direitos humanos e civis dos internos, considerando: o isolamento social a que são submetidos, com restrição à liberdade; trabalho não

remunerado para manutenção do espaço e para que peçam doações ou dinheiro na cidade; obrigatoriedade em participar de atividades religiosas da instituição (geralmente evangélicas⁵⁸); castigos físicos, entre outros.

Apesar da investigação do MPRJ e de outras, como a Inspeção Nacional de Comunidades Terapêuticas (2017)⁵⁹, que contou com a participação do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério Público Federal – MPF, em julho de 2023 o Ministério da Saúde anunciou o aumento dos recursos para expansão das instituições do RAPS. No mesmo ano, o jornal The Intercept Brasil deu início a uma série de reportagens, intitulada Máquina de Loucos⁶⁰, sobre as comunidades terapêuticas, com relatos de ex-internos de agressões, tortura, entre outras violações de direitos. A série de reportagens menciona as comunidades terapêuticas de São Paulo, no entanto, através do relatório do MPRJ supracitado, observamos que essas condições são comuns a diversas comunidades terapêuticas do Brasil.

Neste relatório, há ainda uma nota específica sobre o atendimento de pessoas em situação de rua no período da pandemia do COVID-19. A Portaria nº 69/2020 da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS “orienta os gestores locais de assistência social à estabelecerem fluxos de encaminhamento de pessoas em situação de rua para as comunidades terapêuticas” (MPRJ, 2020, p. 33). No entanto, o relatório ressalta que pessoas em situação de rua não são público das comunidades terapêuticas visto que, através do SUS e do SUAS há atendimentos específicos para essa população e que:

Não se pode presumir que toda a população que se encontra em situação de rua seja necessariamente usuária de drogas e que possua problemas decorrentes deste uso. Não cabe, portanto, supor de imediato que toda pessoa em situação de rua seja público para as comunidades terapêuticas, sendo inadequado que o estabelecimento de fluxo direto de encaminhamento desta população para estas instituições. Na contramão desta observação, diferentes iniciativas, como o “Programa Resgate Solidário” e a “Marcha pela Cidadania”²⁵, ambas realizadas no Rio de Janeiro, ilustram bem o apoio do poder público a este tipo de ação. Embora governamentais, elas contam com a participação ativa de representantes de grupos religiosos e políticos ligados às comunidades terapêuticas, com

⁵⁸ Segundo pesquisa realizada pelo IPEA (2017, p. 20) a maior parte das comunidades terapêuticas se assumem evangélicas e, mesmo aquelas que dizem não terem uma religião, tem fortes práticas religiosas em suas ações. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf

⁵⁹ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>

⁶⁰ Disponível em: <https://www.intercept.com.br/especiais/maquina-de-loucos/>

objetivo explícito de encaminhar pessoas para estas instituições. Estas ações têm sido questionadas pelo MPRJ e por outros órgãos que atuam na defesa dos direitos da população em situação de rua porque se sobrepõem à serviços já existentes no âmbito do SUAS e do SUS, mas, principalmente, **porque se identifica nestas ações viés, claramente, higienista e violador de direitos.** (MPRJ, 2020, p. 34, grifos meus)

Para além das violências perpetradas pelo Estado, há também as violências cometidas por outros grupos da sociedade como podemos identificar no trecho do diário de campo no início desta seção. No levantamento realizado das notícias d'O Globo, identificamos 3 matérias que podem ilustrar situações como essa: “Morador de rua é espancado em Ipanema” (02 de maio de 2016, p. 10. A notícia informa que bandidos teriam cometido esta violência, visto que o morador de rua em questão também foi roubado); “Espécie de chuveiro instalado em marquise causa polêmica: Sistema serviria para afastar moradores de rua de prédio em Copacabana” (07 de agosto de 2017, p. 16); e “Polícia acusa estudante de medicina e lutador de MMA de terem assassinado moradora de rua” (16 de novembro de 2017, p. 8). Este tipo de violência é também confirmado por Jonas. No nosso terceiro encontro, ao caminharmos pelo Centro do Rio de Janeiro e passarmos pela região da Uruguaiana, ele nos diz que, há um tempo, pessoas dormiam na esquina da Rua da Uruguaiana com a Rua do Ouvidor. No entanto, houve um atentado em que atearam fogo nas pessoas e nunca mais foram encontradas pessoas dormindo ali. Além disso, os seguranças do Saara são muito intolerantes com a presença da população de rua. Essa intolerância⁶¹ expande-se para outros grupos, como nos mostra a matéria d'O Globo de 28 de janeiro de 2016, “Vídeo mostra seguranças torturando grafiteiros no Saara: Vítimas pedem ajuda à OAB; um dos jovens sofreu fraturas na perna” (p. 13).

Nesse contexto, vale mencionar duas grandes violências contra pessoas em situação de rua: a primeira, o Massacre da Sé em São Paulo, do qual tratamos anteriormente e que permitiu a fundação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua diante da revolta causada por este acontecimento. No Rio de Janeiro, houve também a violência que ficou conhecida como Chacina da Candelária. Em 1993, dois carros pararam em frente à Igreja da Candelária e os ocupantes assassinaram oito jovens que dormiam naquele local. A investigação

⁶¹ Esta palavra e seu antônimo, intolerância/tolerância, foram utilizadas pelo interlocutor Jonas nos nossos encontros. Falaremos mais deste vocabulário no próximo capítulo.

indiciou sete pessoas responsáveis pelo atentado. Três foram presas, mas hoje já estão soltas.

A pesquisa de campo aponta também para violências entre as pessoas em situação de rua. As brigas se dão por disputas por alimentos, território, bebida, dinheiro, entre outras coisas. Em nosso quarto e último encontro com Jonas, enquanto estávamos na Praça da Cruz Vermelha conversando com uma assistente social da Prefeitura, ela informa que há brigas dentro dos abrigos. Jonas concordou e afirmou que é por esse motivo que ele prefere não ficar em abrigos. Os conflitos acontecem, geralmente, por furtos de pertences das pessoas abrigadas e esses relatos aparecem em falas de outras pessoas presentes das reuniões do Fórum da Pessoa Adulta em Situação de Rua. Vieira, Bezerra e Rosa (1992) afirmam:

A pessoa que usa o espaço público para pernoite sofre violência também de seus iguais, dada a diversidade de segmentos que compõem o mundo da rua. Dormir em grupo, portanto, representa segurança, num certo sentido. Entretanto, quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança, provocadas por possíveis algazarras, bebedeiras etc. (p. 58)

Há, portanto, uma enorme vulnerabilidade em habitar as ruas: estar sozinho pode significar tornar-se alvo de violência de seus iguais e de setores da sociedade, como a classe média. Estar em grupo, por outro lado, pode significar tornar-se alvo de violência do Estado e, também, de outros setores da sociedade.

Essas dimensões, da estigmatização e da violência, estão muito associadas aos conflitos que motivam deslocamento da população por ruas, esquinas e bairros da cidade, da qual trataremos com maior profundidade no próximo capítulo.

4. DISCUSSÕES EM TORNO DA VIDA COTIDIANA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

Como exposto no segundo capítulo deste trabalho, vimos que a produção do espaço urbano se dá a partir de conformações e disputas de sentidos e usos sobre o espaço entre os grupos que o vivenciam. Geralmente, esses usos são determinados pelos agentes mais “fortes” dessa equação, ou seja, os atores hegemônicos (normalmente associados ao Estado e aos atores privados que incidem diretamente sobre o território). Para além disso, vimos que existe uma lógica de exclusão inerente ao sistema capitalista, que gera ganhos para uma determinada parte da população e perdas para outra. No contexto da Revolução Industrial Inglesa, Marx e Engels chamaram esse contingente excedente, que permanece lutando pela sua sobrevivência à margem do sistema capitalista, de “exército industrial de reserva”.

Harvey (2014) explica:

Podemos concluir que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escola geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade. (p. 59)

Diante desse cenário, é fácil entendermos que a produção do espaço urbano é conflituosa, visto que coloca em evidência os diferentes interesses dos diferentes atores em relação a uma cidade, um lugar, um edifício. Santos Junior (2021), considera que os conflitos urbanos possuem duas dimensões: uma dimensão material, objetiva, baseada no valor de troca de um espaço e outra simbólica, subjetiva, baseada no valor de uso de um determinado território. “Em outras palavras, é possível dizer que existe um conflito entre a mercantilização e a desmercantilização da cidade.” (SANTOS JUNIOR, 2021, p. 19).

A luta da pessoa em situação de rua passa pelos direitos mais básicos, como direito à moradia, direito à saúde, direito à educação esbarra, consequentemente, no direito à cidade. A sua reprodução social acontece nos espaços públicos da cidade, a olhos vistos de todo o restante da população, significando que sua própria existência escancara as contradições do sistema capitalista. Há, no entanto, disputas pelo uso dos espaços da cidade. De um lado a população em situação de rua se apropria dos espaços para sua reprodução social. De outro, o Estado e o

mercado imobiliário e financeiro estão disputando a imagem da cidade para sua venda (Harvey, 2014, Sanchez, 2010, Arantes, 2014).

A simples existência de pessoas em situação de rua, todavia, atrapalha na construção de uma imagem de cidade que se pretende vender. Para ter compradores e investidores, o espaço não pode aparentar ser *sujo* ou *desordenado*, para utilizar termos e ideias acionados pelo jornal O Globo ao tratar da população em situação de rua. Mas para além da influência na paisagem urbana, a convivência entre pessoas em situação de rua e domiciliados⁶² incomoda este último grupo, como colocam Snow e Anderson (1998):

À medida que os moradores de rua se infiltram nas reservas espaciais de outros cidadãos e suas respectivas rotinas começam a se cruzar, entendimentos territoriais tradicionais são violados e um senso de “mal-estar urbano” começa a se desenvolver. Pessoas que são percebidas fora de seu lugar, sempre geraram medo e ansiedade naqueles que têm um forte senso de lugar. (p. 176)

Essa sensação de medo e ansiedade somada às construções narrativas de jornais e políticas públicas sobre a presença de pessoas em situação de rua, levam a muitos conflitos pela permanência ou expulsão dessas pessoas em determinados locais. Portanto, este capítulo tem como objetivo analisar como os conflitos propiciados por diferentes atores sociais contribui e promove os deslocamentos da população em situação de rua, e está organizado em duas seções: a primeira seção debate a dimensão do conflito, os outros, os indesejáveis e as suas lutas pela apropriação dos espaços. E a segunda apresenta a pesquisa de campo sobre população em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro, apresentando as vivências que foram observadas no período do desenvolvimento deste trabalho.

4.1 Conflitos, Territorialização e Desfiliação: a luta pela apropriação do espaço urbano

Como demonstrado no capítulo anterior, o incômodo que domiciliados sentem com a presença da população em situação de rua, pode ultrapassar o medo e a ansiedade devido à imagem de que essa população é criminosa, e muitas vezes pode chegar a ações de violência física e assassinato de pessoas em situação de rua por ódio e desumanização⁶³. Além disso, viram alvos de reclamações

⁶² Termo utilizado por Snow e Anderson (1998) para falar da população que mora em casas.

⁶³ Enquanto este capítulo estava sendo escrito, um caso (não inédito, porém sempre chocante) ocorreu no Rio de Janeiro em 2025: um adolescente incendiou um homem em situação de rua que

associadas a problemas urbanos. Se a população em situação de rua está na rua, ela automaticamente não está dentro do esperado delas socialmente. Para compreender este conflito, é importante recorrer à reflexão de Feltran (2014), que argumenta que:

(...) a oposição central na qual parece situar-se o conflito social contemporâneo é, justamente, a clivagem moral que opõe a figura do trabalhador, compreendido então como um “homem de bem”, partícipe da comunidade em seus anseios de progresso, daquela do “bandido” ou do “drogado”, do “noia”, do “presidiário”, enfim, do inimigo que, em sua simples existência, ameaça essa mesma comunidade. Nas diferentes figurações do outro a combater, o conflito inscrito na questão social se plasma agora em torno de uma ameaça essencial à ordem pública, subjetivada em corpos, territórios e palavras claramente definidos e internos aos territórios onde se vive. Não mais os inimigos estrangeiros: a ameaça vem de dentro, vem de perto, o inimigo é interno.

Já não se trataria, apenas, de admitir a “vulnerabilidade social” de moradores de rua, presidiários ou usuários de crack, para, em seguida, pautar sua necessária “reintegração” (Melo, 2014). Trata-se de equacionar essa “vulnerabilidade” ao potencial risco que eles representam. Como contrapartida, a depender da performance moral de cada sujeito ou grupo, oferecem-se doses (sempre tentativas, trata-se de um momento de transição) da mistura proteção social e controle, expandindo direitos e privações, atendimentos e disciplinarização, postos de saúde e criminalização, autoridade legítima e repressão violenta.” (FELTRAN, 2014, p. 499-500)

A noção de que o outro – pobre, vulnerabilizado socioeconomicamente, distante socialmente da classe média – é o inimigo, permite uma série de violências por parte do Estado. Achille Mbembe, no ensaio “Necropolítica” (2016), irá trabalhar com as noções de biopoder de Foucault, estado de sítio e estado de exceção para formar a concepção de soberania que dá ao Estado o direito de matar aqueles que forem considerados inimigos. O racismo está totalmente atrelado ao biopoder, visto que a partir dele, permite-se traçar uma separação entre grupos que seriam subordinados, nesse caso, usando a “justificativa” biológica. Para o autor, “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2016, p. 128). Esse direito de matar também passa pela construção dessa outra vida como uma “vida selvagem”, uma vida diferente da vida humana e, portanto, fora de compreensão. Prosseguindo, ele afirma que “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (*Ibidem*, p.

estava dormindo, com dois coquetéis molotov, na Zono Oeste. O crime foi transmitido ao vivo pela plataforma Discord e 141 pessoas estavam assistindo. Poucos meses depois, um grupo de três jovens foi preso por planejar um outro assassinato a pessoas em situação de rua, na mesma plataforma.

135). Em seu texto, Mbembe está analisando os processos da colonização, imperialismo e apartheid na África do Sul, porém muito se aplica à realidade e à história brasileiras. Soma-se ao fato de termos sido colônia, o fato de termos estabelecido um processo de escravidão perdurou oficialmente até 1888, com a assinatura da Lei Áurea. No entanto, a violência contra pessoas negras escravizadas não parou com o fim da escravidão, apenas surgiram novas formas de negação de direitos a essa população, como a Lei de Terras que restringe acesso à terra em determinadas áreas a pessoas negras.

As formas de violência estatais contra pessoas negras e pobres permanecem até hoje. Para além do que vimos falando sobre as violências simbólicas e físicas, podemos dizer que há também uma política de morte direcionada a essas pessoas *indesejáveis* e *descartáveis* porque são negras e não produtivas ao capitalismo, como Forrester afirma em “O horror econômico”, defendendo que uma multidão de pessoas já não é mais necessária ao capitalismo e, portanto, são excluídas e não tem “razão razoável para viver neste mundo” (FORRESTER, 1997, p. 27). Em semelhante raciocínio, torna-se fundamental a discussão de Robert Castel (2015) sobre como os problemas que surgem com o desemprego – ou, ainda, com a precariedade do emprego e de contratos de trabalhos por tempo determinado – desembocam na questão social da exclusão, que para o autor é a nova questão social. O trabalho, que historicamente é construído como sendo estruturante da coesão social e base fundante da identidade social dos indivíduos, vai perdendo a sua centralidade e esse contexto cria um contingente de pessoas que ele chama de supranumerários: pessoas tornadas socialmente “inúteis” já que o sistema econômico não consegue mais absorvê-las. Essa condição se reflete em laços sociais (família, escolas etc.) e territoriais (relações de vizinhança, pertencimento ao território) quebráveis e frágeis levando também a um isolamento social, além de uma degradação econômica. Esse processo, para o autor, é a desfiliação: uma progressiva perda de vínculos, da qual a população em situação de rua é a expressão mais visível e radical.

Essa desfiliação não acontece de uma hora para outra. Ela é produzida por uma série de exclusões cotidianas e estruturais. Casamentos terminam pela falta de emprego e consequentemente de dinheiro, a escola deixa de fazer sentido para alguns grupos, o acesso ao trabalho digno se torna quase impossível, e as políticas

públicas não alcançam — ou quando alcançam, fazem isso por meio da repressão e da violência. O que sobra é o isolamento, o abandono e o estigma, sujeitos “inúteis” ou *descartáveis*. Podemos olhar para as pessoas em situação de rua como despossuídas de três tipos de vínculos que são base para um indivíduo social: os vínculos familiares (e de sociabilidade); os vínculos de trabalho (por estarem fora do mercado de trabalho formal); e os vínculos territoriais (perda da referência de residência fixa e dos laços de pertencimento).

Com isso, não estamos querendo dizer que essas pessoas não possuem absolutamente nenhum desses vínculos. Como Castel defende, não existem indivíduos “fora” da sociedade. Há, sim, pessoas excluídas — do sistema, das políticas, do mercado de trabalho, das relações familiares —, mas que estão dentro da sociedade e, por esse motivo, precisam encontrar meios de sobreviver, ainda que, na maioria das vezes, isso seja feito em condições de extrema precariedade e vulnerabilidade. Feltran (2014) discute que há uma agregação analítica entre a população pobre e que, diferentes grupos com diferentes recursos, são colocados na mesma análise. Mas há de considerar que:

As perspectivas de vida de cada um, seus pertencimentos territoriais, familiares e religiosos, seus códigos de conduta e os programas sociais que chegam até eles, vindos de ONGs, governos ou igrejas, bem como os tipos de inscrição nos mercados e os modos como a “violência urbana” toca suas vidas, sendo por eles administrada, são muito divergentes. (*Op. Cit.*, p. 496)

A população em situação de rua está contida nesse grupo dos pobres urbanos que é heterogêneo em suas relações e vivências, como demonstra Feltran. Nesse sentido, é importante enfatizar que a própria população em situação de rua também é um grupo heterogêneo. Esta pode parecer uma constatação óbvia: toda a sociedade é heterogênea, todos os grupos sociais são heterogêneos. E, no entanto, os pobres urbanos e a população em situação de rua são geralmente colocados sob análise pelos mesmos parâmetros, que os homogeneizam. Como veremos na próxima seção deste capítulo, os diferentes vínculos, agenciamentos e pertencimentos que as pessoas em situação de rua constroem e/ou mantêm⁶⁴, as permitem vivenciar a rua de formas diversas.

Para além da vulnerabilidade e da precariedade, há uma outra dimensão nas vidas pobres urbanos e, especialmente, da população em situação de rua. Em

⁶⁴ Lembremos, construídos e/ou mantidos na extrema vulnerabilidade e precariedade.

“Expressividades dos invisíveis: Morar, trabalhar e viver no Centro do Rio de Janeiro”, Terra, Ribeiro e Fidalgo (2023), ao apresentarem suas pesquisas sobre população em situação de rua, moradores de ocupações e trabalhadores informais no Centro do Rio de Janeiro defendem que, mesmo com a forte presença desses grupos nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, essa população é constantemente invisibilizada quando o Estado trata o Centro como “vazio” e impõe significativas alterações urbanas – privilegiando sempre a venda da cidade, como é o caso mais recente do Reviver Centro, que vimos anteriormente. E essa invisibilização, paradoxalmente, está diretamente atrelada à violência com a qual essa população é tratada (RIBEIRO; TERRA; FIDALGO, 2023, p. 7).

A maior semelhança entre esses grupos, abordados pelas autoras, está na cor da pele – visto que a maioria dos moradores de ocupações e da população em situação de rua é negra – e na resistência em ocupar, através da moradia e/ou do trabalho, o centro da cidade. Desde o século XIX, escravos libertos já ocupam o centro da cidade como espaço de moradia, assim como foi o primeiro bairro a contar com a construção de “asilos” (hoje chamamos de abrigos)⁶⁵. Segundo Abrantes (2012):

Os dados até aqui apresentados já permitem levantar questões relevantes para a temática da moradia de libertos e livres de cor, quais sejam: a) a maioria dos libertos constituiu suas moradias no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em um cenário de adensamento populacional típico desse Rio de Janeiro oitocentista; a alforria não garantia ao ex-escravo facilidades para morar. Trata-se, antes de tudo, de um problema vivenciado por toda a população, mas que recaía no grupo social mais frágil: os próprios libertos. [...]; b) a preeminência do asilo de mendigos como local de moradia de libertos e livres de cor aponta para a possibilidade de interferência do aparato público no que diz respeito às moradias dos egressos do cativo. Da mesma forma, havia resistência na entrada ao asilo, sinal de que os libertos defendiam-se, como podiam, da intromissão do Governo no seu cotidiano; c) embora a maioria residisse no Centro, não foram poucos os libertos que constituíam moradia longe das freguesias centrais, como por exemplo Irajá, Niterói e mesmo São Cristóvão, que serão discutidos com intensidade no próximo capítulo; d) os libertos podiam morar com outros libertos, mas também experimentaram modos de morar com escravos e com pessoas livres. Tudo isso acontecia nas ruas mais movimentadas do Rio, como as ruas da Alfândega e do Hospício (ABRANTES, 2012, p. 112)

⁶⁵ As formas de ocupação do Centro pela população negra destacadas neste texto (moradia, trabalho e cultura) não são feitas sem repressão por parte do Estado e conflitos. Cf.: “Viver sobre si” na Corte Imperial: sobre as moradias com escravos, libertos e livres de cor na segunda metade do século XIX. (ABRANTES, Gustavo Dantas, 2012); Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica (RÜCKERT, Fabiano Quadros, 2019); e Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque (CHALHOUB, Sidney, 2012).

O Rio de Janeiro também foi o local da proliferação de diversos bicos e trabalhos informais que ainda hoje conformam boa parte dos trabalhadores do Centro do Rio de Janeiro, devido à diversos fatores, mas especialmente pela concorrência à qual os escravos libertos foram jogados após abolição da escravidão e a incapacidade de absorção dessa nova mão-de-obra nesse “mercado capitalista em formação na cidade” (CHALHOUB, 2012, p. 62), como vimos no segundo capítulo deste trabalho. Chalhoub argumenta que milhares de pessoas “sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc.” (*Idem*).

Além da intensa utilização do Centro para moradia e trabalho, é possível observar também uma forma de resistência no campo da cultura. Chalhoub apresenta como as formas de lazer – sobretudo o botequim – eram associadas a mecanismos de repressão direcionados à população negra que estivesse usufruindo de momentos de descanso. O tempo ocioso dessa população era motivo de preocupação das autoridades, justificando políticas de controle e violência. Ainda assim, a cultura popular negra, desenvolvida no Centro do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX, foi construída apesar das imposições da cultura dominante e do projeto hegemônico de branqueamento da população. Podemos ver esse processo de forma mais evidente no território que Heitor dos Prazeres chamou de Pequena África, uma parte do Centro do Rio de Janeiro com uma forte história e cultura negras. Como destaca Renato dos Santos:

A presença negra nas décadas iniciais do século XX se materializava em diversas práticas laborais, culturais, religiosas, entre outras, conectadas a ativismos e sociabilidades negras. Essa ambiência social engendrou fortes resistências negras num contexto histórico de hegemonia do projeto nacional de branqueamento da população (MOURA, 1988; SEYFERTH, 2002) e também a formação de práticas culturais que se tornaram símbolos identitários não apenas das populações negras, mas da cidade e da nação, como o samba e os desfiles das escolas de samba. (SANTOS, 2022, p. 214)

Há de se considerar, portanto, a presença negra e de suas resistências desde – pelo menos – o século XIX, no Centro do Rio de Janeiro, configurando as “urbanidades negras” (*Ibidem*, p. 215). Este fato impacta profundamente na organização do território, como argumentam Santos Júnior, Werneck e Novaes (2020):

O que sugerimos aqui, é a necessidade de levar em consideração a diáspora africana e a cultura negra, bem como seus impactos sobre as práticas sociais e espaciais da população afrodescendente, para se compreender a conformação e as características da ordem urbana híbrida, desigual e combinada do Rio de Janeiro, suas contradições e conflitos. Nessa perspectiva, a favela e o cortiço, o comércio de rua, os territórios reivindicados pelos quilombolas e os terreiros, o batuque e a roda de samba, podem ser interpretados como produções espaço-temporais vinculados a esta experiência. [...] Toda essa historicidade vai se refletir nos conflitos contemporâneos em torno da apropriação física e simbólica desse território. Esta ordenação urbana, com sua espaço-temporalidade afrodescendente, tem importância fundamental na compreensão das contradições e conflitos envolvendo o experimento neoliberal e as tentativas de promover a certificação periférica.

Os conflitos pela produção do espaço urbano do centro do Rio de Janeiro nascem juntamente com – e como parte de – um processo de apropriação dos espaços da cidade pela população negra e pobre. Voltando ao diálogo com Castel e Feltran, ainda que existam semelhanças entre os pobres urbanos, essa apropriação do espaço é feita de forma diferente, de acordo com os diferentes agenciamentos, sociabilidades e vínculos que cada grupo e indivíduo possui, resultando também em diferentes usos da cidade, havendo conflitos dentro do próprio grupo de pobres urbanos.

Há, no entanto, muita mobilidade entre população em situação de rua, moradores de ocupação e trabalhadores informais, devido à situação de alta precariedade em que esses grupos vivem. Castel argumenta que:

Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos mal aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente mas sabem que correm o risco de não terminar... Os “excluídos” são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam “por um fio” e que caíram. (Op. Cit., p. 569)

Essa mobilidade entre situações faz parte da trajetória de muitas pessoas em situação de rua, como veremos na próxima seção deste capítulo. Neste momento, é importante trazer ainda mais um elemento: habitar as ruas é viver em extrema precariedade e instabilidade e, sendo assim, desterritorialização e reterritorialização são processos permanentes e de alta precariedade na vida de uma pessoa que está nas ruas. A desterritorialização pode acontecer – e acontece – a qualquer momento, seja por “recolhimento” compulsório, seja por coerção para mudar de local, seja por violência e estabelecimento do medo, ou porque o território deixou de ter recursos para a sobrevivência daquela pessoa (distribuição de comidas, material para ser

recolhido e levado à reciclagem, entre outros). Já a reterritorialização não necessariamente se completa. É uma frequente busca de um espaço que seja “seu”, uma recorrente disputa pela territorialização. Aqui é interessante introduzir a abordagem de Michel Agier em torno do refúgio. O autor (2015) considera que o refúgio “é, primeiramente, um abrigo criado em um contexto hostil de guerra, de violência, de rejeição xenófoba ou racista” (AGIER, 2015, p. 33) e defende a condição de refúgio como “ansiosogênico e paranóico, um lugar cujos ocupantes são animados por uma tensão permanente em face do risco próximo da violência, da destruição, da expulsão.” (*Idem*)

Certamente, o clima político influencia nesse aspecto. Ao pesquisar a população em situação de rua em Austin na década de 1980, Snow e Anderson afirmam:

Não importa a cidade em que os moradores de rua se encontrem, suas rotinas cotidianas e opções de sobrevivência provavelmente serão afetadas por um clima político que desliza num continuum que vai da generosidade à hostilidade. Numa ponta da escala, os moradores de rua são objetos de compaixão, vistos como vítimas das forças sociais e do azar. Na outra, são objeto de medo e desprezo porque se considera terem escolhido esse modo de vida e que portanto deveriam ser expulsos da cidade ou pelo menos restringidos ecologicamente para que não contaminem os cidadãos respeitáveis. Ambas as orientações podem ser encontradas na maioria das comunidades (*Op. Cit.*, p. 159)⁶⁶

Expulsos para não contaminarem. Essa ideia passa tanto pela imagem do estigma que já trabalhamos nesta tese – sujos, perigosos, adjetivos que contaminam pessoas e lugares –, quanto pela noção de que a simples existência da população em situação de rua a obriga a circular, a não se assentar em um território. A luta pela apropriação do espaço urbano, no caso das pessoas que vivem na rua, é também uma luta por saúde, por moradia, por trabalho e pela sua reprodução social. É uma luta por sobrevivência que é, necessariamente, uma luta pelo espaço urbano. E já que o conflito é intrínseco à apropriação do espaço urbano pela população negra e despossuída, os *inúteis* para o mundo, os *desfiliados*, os *descartáveis*, não há aqui reprodução social e sobrevivência sem conflito e sem luta.

⁶⁶ Essa noção reforça a ideia de Castel de como a questão social atual diferencia-se do pauperismo do século XIX, em que a pobreza é vista como algo do destino e não por escolha individual.

4.2 Vivências da população em situação de rua no contexto urbano do Rio de Janeiro

As políticas públicas deveriam ser os meios de proteção a essa população tão despossuída. No entanto, ao ser criminalizada – como se a escolha pela precariedade e vulnerabilidade fossem individuais, e não sociais –, os pobres urbanos passam a ser perseguidos e removidos. E os agentes estatais são um dos grupos que contribuem para a expulsão (ou desterritorialização) da população em situação de rua, através da violência e de políticas higienistas.

Ao analisar a localização dos dois maiores abrigos para pessoas em situação de rua da cidade Rio de Janeiro (CRAF Tom Jobim na Ilha do Governador e Rio Acolhedor em Paciência), Raquel Carriconde constata:

Ainda sobre essa localização, importante destacar que ambas Centrais estavam incrustadas em regiões fronteiriças da dominação territorial por grupos armados: de um lado, o tráfico de drogas; de outro, milícias. Na “ilha”, ainda, somava-se a essas duas forças armadas, a Aeronáutica. Essa localização belicosa não passou despercebida nos Relatórios abordados acima⁶⁷, que denunciavam essa territorialidade como “risco” para as pessoas levadas para lá, deixando-as expostas a outras ordens – do tráfico e da milícia. Penso, contudo, como propõe Ferguson, que um olhar mais proveitoso sobre essa localização não seria tomá-lo como uma falha administrativa, de gestão, mas tomá-la pelo que, de fato, ela produz: a exposição à morte.

[...]

Não se tratou de retirá-las das ruas e confiná-las em instituições de acolhimento, cujas vagas seriam sempre insuficientes. Tratou-se de mantê-las em movimento, deixando que elas escoassem pelos buracos, em um trânsito permanente. Tratou-se de não as deixar sedentarizar em espaços reivindicados como “espaço público”. Não se trata de despreparo, falta de infraestrutura, erro de cálculo ou *falha* das políticas governamentais. Aquilo que os relatórios produzidos por órgãos fiscalizadores traziam como denúncia parece ser a base sobre a qual se sustentou essa gestão: a exposição à circunstâncias mortíferas e à produção de uma circulação permanente. *Inassentáveis*: condenadas a viver por temporadas em vagas transitórias e instáveis. (CARRICONDE, 2020, p. 98-99)

Essa obrigação de circular, como diz Carriconde, passa não apenas pela exposição à morte, mas também – e, talvez principalmente – pela forma como se dão as políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Como discutimos

⁶⁷ “Relatório de visita aos abrigos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, 2012); Relatório de visitas realizadas junto aos abrigos municipais para População em Situação de Rua (Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia – Conselho Regional de Serviço Social, 2010); Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital, *Ação Civil Pública no. 11.499*, Rio de Janeiro, 2013.” (CARRICONDE, 2020, p. 96)

no capítulo anterior, a lógica etapista das políticas que temos hoje, torna as vagas em abrigos instáveis. Assim,

As fronteiras físicas e simbólicas da cidade foram sendo redefinidas pelo traçado da expansão das fronteiras dos mercados, provocando desacomodações (ou desterritorializações), especialmente dramáticas entre os pobres. *Circulação* de pessoas, coisas e capitais se tornou a tônica dos discursos oficiais, assumindo (ainda mais) destaque nas racionalidades das gestões governamentais. (*Ibidem*, p. 88)

Apesar disso, é fato que, ainda que de forma breve, pessoas estão sobrevivendo nas ruas e precisam arrumar meios para que essa *territorialização temporária* seja vivida de alguma forma. Com Castel defende, há pessoas excluídas, mas não há pessoas “fora” da sociedade. Por mais que se queira apagá-las, elas estão sobrevivendo – em muitos casos, de forma extremamente precária.

Essa seção, portanto, busca apresentar a pesquisa de campo feita para este trabalho e demonstrar como a sobrevivência da população em situação de rua no Rio de Janeiro acontece de forma conflituosa devido à apropriação que fazem dos espaços públicos para que esta sobrevivência seja possível.

Descrição da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi feita com base em 2 principais frentes. A primeira delas foram as idas à campo que nos permitiram identificar espaços de maior concentração da população em situação de rua; vocabulários utilizados por essa população; grupos ou pessoas que faziam algum tipo de doação ou serviço para a população em situação de rua, os quais chamamos de grupos mediadores; e possíveis conflitos que envolvessem essa população e outros grupos sociais. As idas a campo ocorreram majoritariamente no ano de 2022, tendo o primeiro contato se dado em 25 de janeiro daquele ano, por meio de um encontro com Jonas, nosso principal interlocutor e conhecido de Orlando, orientador desta pesquisa, pela realização de bicos no Samba Brilha⁶⁸. Com Jonas, realizamos quatro encontros: esse primeiro, um para entrevista e outros dois para andar com ele pelas ruas do Centro, ouvindo-o. A partir das informações que ele nos trouxe nesses encontros, elaboramos um roteiro para ir aos pontos mencionados por ele, em horários e turnos variados, observar e, se possível, identificar outras pessoas em situação de rua que

⁶⁸

Roda de samba que acontece na Rua Alcindo Guanabara, no Centro do Rio de Janeiro.

pudessem e quisessem ser entrevistadas.⁶⁹ Foi assim que conhecemos Célia que vive na Praça Virgílio de Melo Franco – mais conhecida entre a população de rua como Praça do Bolsão de Automóveis – com seu amigo e seus cachorrinhos de estimação. Entrevistamos também Maria, por indicação de Jonas, que hoje vive em uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro, mas que possui uma longa trajetória de rua e tinha acabado de conseguir uma vaga nesta ocupação (para a qual ela contribuía financeiramente, de forma semelhante a um aluguel de quarto).

Assim, entrevistamos três pessoas em situação de rua. São muitos os desafios para nos aproximarmos das pessoas que vivem na rua e conseguir estabelecer um diálogo. Para além de problemas como o alcoolismo e uso de drogas – do qual falaremos um pouco mais a frente –, há muitas situações em que a pessoa não confia o suficiente para falar com um estranho ou não tem vontade de falar sobre a sua situação de rua. Em alguns casos, houve uma aceitação inicial para dar a entrevista, mas não foi possível concretizar o encontro, seja por dificuldades em agendar um horário, seja pela ausência da pessoa no momento combinado, ou pela falta de resposta para conseguirmos marcar um horário.

As idas à campo possuíam uma ficha de observação para anotação do que se via naquele dia, horário e local e consta como apêndice ao final deste trabalho, assim como as perguntas norteadoras para as entrevistas. Além disso, foi feito um diário de campo para melhor expressar o que foi visto e o que aconteceu nessas idas, servindo também como material de análise.

Para apresentar as discussões neste trabalho, tentamos aprofundar o quanto foi possível essas poucas entrevistas – cujos perfis eram diferentes, reforçando a heterogenia das ruas – e atuamos em uma segunda frente: espaços institucionais de luta da população em situação de rua ou de organização para atuação em políticas públicas voltadas a essa população. Dessa forma, acompanhamos como ouvinte o encontro direito à moradia da população em situação de rua⁷⁰; acompanhamento de uma reunião da Comissão Especial da População em Situação de Rua, da câmara dos vereadores do Rio de Janeiro em 28 de abril de 2022; acompanhamento de

⁶⁹ Nesses momentos, também estiveram presentes Sueli Nascimento e Paula Carvalho, bolsistas do Grupo de Pesquisa Direito à Cidade do Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro, para suporte na pesquisa de campo.

⁷⁰ Evento preparatório para a Conferência Popular pelo Direito à Cidade de 2022.

audiência pública, coordenada por esta mesma comissão em 14 de agosto de 2023; acompanhamento da Missão-Denúncia, em setembro de 2022⁷¹; e acompanhamento das reuniões do Fórum Estadual da Pessoa Adulta em Situação de Rua – Fórum Pop. Rua, pelo período de 6 meses durante o ano de 2023.

Essa segunda frente nos permitiu conhecer outros atores importantes para este trabalho: aqueles que não necessariamente tem trajetória de rua, mas atuam ativamente com a população em situação de rua (como é o caso de Helena da Pastoral do Povo da Rua e de Cláudio do Fórum Pop. Rua) e pessoas que tem trajetória de rua, hoje vivem domiciliadas e possuem projetos para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade (como os casos de Vânia Rosa e Betânia). No caso de Vânia Rosa e Betânia, suas situações de vida são muito diferentes, nos lembrando de que os agenciamentos e vínculos que essas pessoas tecem fazem variar muito suas possibilidades de vida.

Através das idas à campo e do preenchimento das fichas de observação, realizamos um mapeamento dos principais pontos de concentração das pessoas em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro, conforme a figura 07. O mapa construído é interativo⁷² e permite a sobreposição de três camadas: os principais pontos de concentração das pessoas em situação de rua, grupos mediadores que realizam trabalhos com população em situação de rua e áreas de forte controle e intolerância, dos quais falaremos com maior profundidade ainda neste capítulo. Vale ressaltar, no entanto, que o deslocamento faz parte da vida na rua. Como falamos anteriormente, a população em situação de rua vive uma territorialização que não chega a se completar, que é instável e transitória. Alguns deslocamentos são feitos com a possibilidade de voltar para o mesmo local que se ocupava anteriormente, como o caso de sair para pegar água e comida, para utilizar algum serviço público (CRAS, CREAS, UPA, Consultório na Rua, entre outros) e para pequenos bicos. Em outros deslocamentos, o motivo se dá por expulsão, por ameaça ou insegurança, e nesse cenário, não há possibilidade de voltar, necessitando arrumar outro lugar para

⁷¹ A Missão-Denúncia é organizada pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, em parceria com as instituições Campanha Despejo Zero, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Plataforma DHESCA – Plataforma brasileira de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, Observatório das Metrópoles, Habitat para a humanidade, entre outros.

⁷² Disponível em https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1wesfUNmJc-_fEVId4eiWXL2isMGn41Y&ll=-22.906828114389175%2C-43.18308982076263&z=16

ficar. Logo, o mapa que desenvolvemos é um retrato do momento em que realizamos o campo e pode mudar a qualquer momento. Há lugares que aparecem com frequência na fala dos entrevistados e que são conhecidos há bastante tempo pela grande concentração da população em situação de rua, como a Avenida Presidente Vargas e a Praça da Cruz Vermelha. Mas há outros que já foram mais ocupados, como a Cinelândia e o Largo da Carioca que, no momento da pesquisa, estavam sendo fortemente controladas pela prefeitura, devido especialmente ao projeto do Reviver Centro.

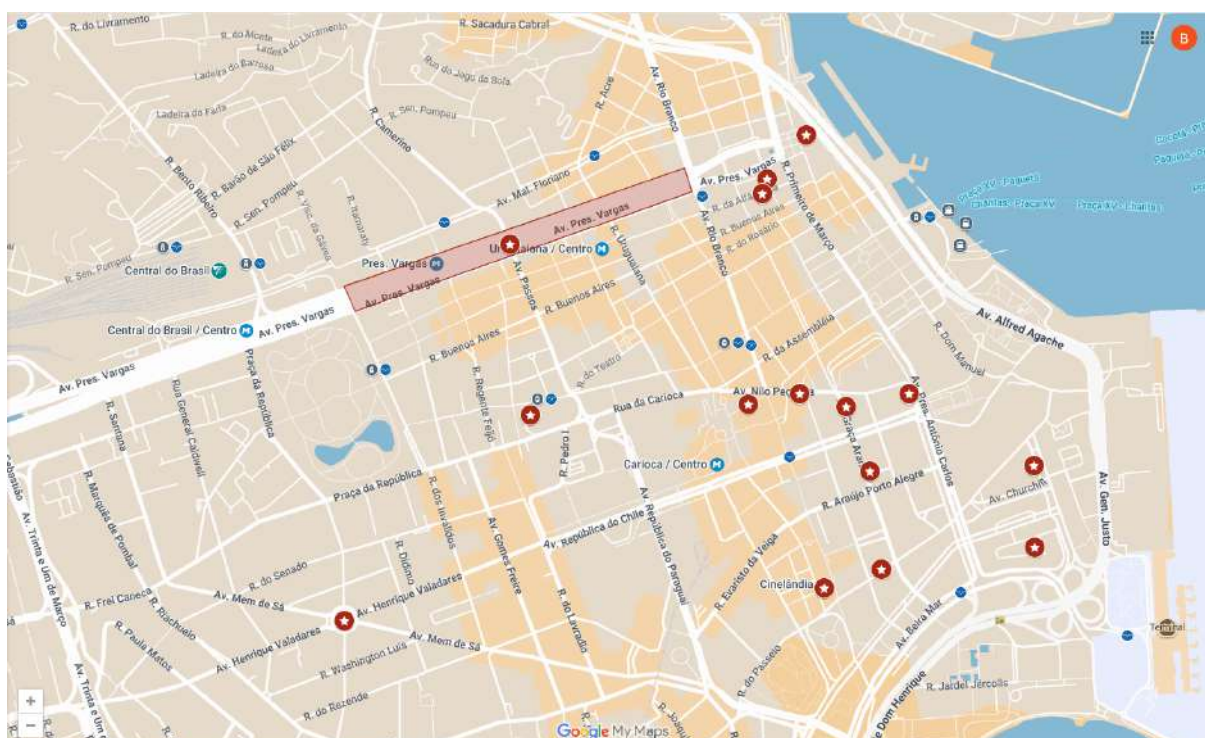


Figura 07: Mapa dos principais pontos de concentração da população em situação de rua. Fonte: MyMaps Google, elaboração da autora e Bruno Frazão (Grupo de Pesquisa Direito à Cidade, Observatório das Metrôpoles).

Antes de tratarmos das entrevistas e nas notas do diário de campo propriamente ditos, vale passar rapidamente pelo vocabulário recorrentemente usado pela população em situação de rua. Trata-se de expressões que aparecem em diferentes momentos desta pesquisa, especialmente nas conversas com Jonas, com quem tivemos mais oportunidades de contato, mas também em diálogos com outras pessoas em situação de rua, moradores de ocupações e em produções sobre esse tema, como o livro de Vieira, Bezerra e Rosa (1992).

Burrinha é o carrinho usado pelos catadores para colocar o material recolhido. Essa expressão apareceu pela primeira vez na entrevista com Maria, juntamente

com a expressão “manguear”, que eu já tinha ouvido antes e que serve como sinônimo para “pedir dinheiro”. Na fala de Maria:

BT - O Jonas falou para a gente que o domingo é o dia mais difícil para ter carreata.

E - É, (...) só no último domingo mesmo que tem aquela comida certa, porque domingo mesmo se não for para a feira caçar, pegar uma pele, pegar uma xepa não tem não, vai passar fome, vai ficar com a barriga vazia.

BT - Rola de pegar xepa de feira?

E - Pega, eu mesma vou lá pegar *burrinha*, lá na minha ocupação nós vai caçar. Lá, pega tomate, cebola, alho. Um amigo meu *mangueia* no mercado e às vezes traz macarrão, que eu adoro macarrão. (MARIA, entrevista concedida à autora)

Caça-tralha é o caminhão da Comlurb, geralmente acompanhado da Guarda Municipal, que passa recolhendo os pertences da população em situação de rua (inclusive mochilas com documentação e itens pessoais). Jonas nos falou dessa expressão quando estava nos explicando outra expressão importante: a demarcação do território, que consiste em colocar papelão, roupa, ou algum item para marcar que ali já é um lugar ocupado e a pessoa voltará em breve. Jonas explica “que cada um tem seu espaço, ninguém mexe quando está *demarcado*. A não ser quando é o *caça-tralha*, o caminhão da Prefeitura que vem com Guarda Municipal e policial tirando os pertences da população em situação de rua.”⁷³ (Figura 08)

Carreata e “carreteô” denotam distribuição de comida. Carreata são os grupos que fazem doação de comida e carreteô é o grito utilizado para avisar outras pessoas que estejam mais distantes de que há um grupo distribuindo comida, como é demonstrado na fala de Maria:

Porque aí o cara fala assim: “carreteô!” aí aparece um montão de mendigo, um montão de mendigo correndo né? Desesperado, com fome, igual na África, a gente tem a nossa África aqui, a África brasileira. É a Cinelândia, é a Cruz Vermelha, é a Presidente Vargas, é a nossa África brasileira. Porque o cara grita ali, se eu gritar ali: “carreteô!”, vai vir um montão aqui, correndo, com fome. (MARIA, entrevista concedida à autora)



Figura 08: Território demarcado na Praça Virgílio de Melo Franco, conhecida entre a população em situação de rua como Praça da Bolsa de Automóveis. Fonte: Acervo, tirada em 19 de fevereiro de 2022.

Trajetórias de rua

Nosso primeiro encontro com nosso interlocutor Jonas aconteceu em 25 de janeiro de 2022. Não conseguimos realizar a entrevista nesse dia, mas iniciamos nosso planejamento e explicação da nossa pesquisa. Jonas tinha celular, o que nos permitia uma certa liberdade para fazer combinados com ele. Porém, não era sempre que ele estava em posse de um aparelho. Muitas vezes o número mudava ou ele ficava um tempo sem acesso. No dia 04 de fevereiro o encontramos pela manhã, no bar Escadinha⁷⁴, um local muito amigável a ele, pois todos o conhecem e

⁷⁴

O bar fica localizado na Rua Francisco Serrador, 90, Centro.

ele consegue beber e comer, de graça ou fiado. Em algumas situações, também consegue que paguem algo para ele. Nesse dia, realizamos uma entrevista.

Jonas é um homem negro, de 56 anos, que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e vive pelas ruas ao redor da Cinelândia. Atualmente, trabalha com bicos – como o que mencionamos no Samba Brilha – e estudou até o primeiro ano do Ensino Médio. Em 1981, quando tinha entre 11 e 12 anos, se perdeu do irmão quando foram a um jogo de futebol. Conseguiu chegar ao Centro do Rio e foi ficando por lá. Em diversos momentos, foi recolhido pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM (hoje Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA) e fugia. Mesmo na rua, frequentou a escola durante um tempo. Às vezes, o motorista de ônibus dava carona para ele, mas às vezes não. Recordou de uma situação em que ficou preso na porta do ônibus “os cadernos tudo no chão, na lama...”.

Durante a nossa conversa, Jonas nos diz que hoje ele tem contato com as irmãs a quem visita em Sepetiba de vez em quando, mas que não tem vontade de morar com elas. Ele não se aprofunda muito na questão familiar, nem em como se sentiu ao se perder do irmão com apenas 12 anos e ter que passar a dormir nas ruas. Com mais de 40 anos de trajetória nas ruas, esse espaço tornou-se sua referência de vida. O fato de não querer morar com as irmãs tem relação com ter que mudar todo o seu modo de viver atual e todos os seus referenciais, além de afastar-se do Centro, onde já possui suas relações estabelecidas e maiores possibilidades de arrumar bicos. Vieira, Bezerra e Rosa dizem que:

Nesse contexto a rua ganha cada vez mais importância. É o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda sorte. O cotidiano passa a ser pautado por referências como as *bocas de rango*, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento, como pensões baratas, albergues, depósitos de papelão e casas de parentes.

[...]

Ser morador de rua não significa apenas estar submetido à condição de espoliação, enfrentando carências de toda sorte, mas significa, também, adquirir outros referenciais e vida social, diferentes dos anteriores baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares. (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p. 95-96)

Com todos esses anos, viver na rua passa a ser um modo de vida e não mais uma situação temporária. Jonas conhece mais a forma de viver na rua do que como

domiciliado. Um lugar em que ele precisaria manter um emprego, para pagar um aluguel. Ou morar com as irmãs, num bairro mais afastado do Centro, onde além delas, ele não possui relações de amizade ou que o permita conseguir bicos, como forma de conseguir algum recurso. A vida na rua passa a representar seus valores e tecer sua identidade enquanto indivíduo.

Ele já dormiu em abrigos, mas nos conta que em alguns abrigos, como o de Santa Cruz, dorme-se no chão e é muito lotado. Em outros abrigos, já presenciou brigas e roubos. Nesse sentido, ele prefere a rua porque pode ficar sozinho, não gosta de *aglomeração*. Mas reconhece que “a rua é perigosa demais. Você tá dormindo e uma pessoa de fora mija em você ou te chuta”⁷⁵ ou, como na ocasião em que fomos encontrá-lo e ele estava preocupado porque havia ocorrido um assassinato de um homem em situação de rua e ele queria conferir se era um amigo dele.

A bebida alcóolica aparece várias vezes nas nossas conversas com Jonas. Ele nos diz que o álcool é o companheiro da maioria das pessoas na rua e que a bebida é compartilhada, é um momento de lazer entre eles. Entretanto, dada sua importância, a bebida também é motivo de conflito entre as pessoas em situação de rua e moeda de troca para conseguir outras coisas. Snow e Anderson observam que algumas pessoas passam a beber ao irem para a rua, porque a bebida é um traço subcultural – já que é muito comum entre as pessoas em situação de rua –, mas também por tédio, ócio. Mas, segundo os autores “o fator explicativo mais frequentemente citado pelos moradores de rua que ficamos conhecendo é psicológico. Numa palavra – é fuga, não tanto do tédio mas das labutas e angústias da vida de rua, ou do passado, ou talvez de ambos.” (SNOW, ANDERSON, 1998, p. 337). Uma mulher em situação de rua com quem conversamos brevemente em uma das idas à campo, nos conta que o álcool é muito mais disponível do que a comida.⁷⁶

Em alguns outros casos, o alcoolismo já acompanhava a pessoa antes de ela ir para a rua, como é o caso de Vânia Rosa. Com cerca de 30 anos, Vânia perdeu uma irmã de quem era muito próxima e muito companheira. Nessa época, ela entrou

⁷⁵ Jonas em entrevista concedida à autora, em 04 fev. 2022

⁷⁶ Trecho do relatório de ida à campo realizado por Sueli e Paula, em 31 mar. 2022.

em depressão e começou a beber. Dois anos depois, seu pai morreu. E mais dois anos depois, sua mãe morreu. Ela diz:

Pronto, aí eu desmoronei acabei de vez. Em muito pouco tempo eu já estava na calçada, na marquise, no papelão e era insuportável. E aí é claro que eu fui alcoólatra na rua. Na rua eu... claro que eu conhecia antes, mas eu tive mais facilitadores para que eu pudesse me drogar mais, beber mais e me destruir mais, conseqüentemente, porque fazia uso de todos eles.⁷⁷

Vânia ficou cerca de 20 anos vivendo nas ruas. Passou por 11 reabilitações, CRAS, Centro Pop, AA, NA. Faz questão de dizer que as políticas públicas de assistência social e o fato de ter encontrado boas pessoas nesses lugares, transformaram a vida dela, como no trecho da entrevista:

Eu cheguei em 2009, no primeiro CAPS AD [Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas] em São João do Meriti, que é o meu município de origem, eu nasci e me criei em São João de Meriti, foi lá mesmo que eu, já com trajetória de rua, do álcool e das drogas, derrotadíssima, alguém me apresentou aquele equipamento ali, aquela política da saúde mental fora do comum, maravilhosa e que está destruída. Mas eu dei sorte, eu cheguei com ela novinha, porque foi justamente quando, no governo Lula, isso eu vim sabendo depois, em 2009 é que foi assinado o Decreto-Lei 7053/2009 que institui todas as políticas públicas especificamente para essa galera de rua e eu estava lá, fui usuária, usuária do equipamento, dessas políticas, desse decreto, de tudo que tem direito. (VÂNIA, entrevista concedida à autora)

Apesar de falar com frequência sobre o bem que as políticas públicas fizeram a ela, o momento definitivo em que ela conseguiu, de fato, superar o vício e sair das ruas, foi quando decidiu que não queria mais viver daquela forma, que queria recuperar os vínculos familiares e sua dignidade. Ela pediu ajuda a uma das irmãs que respondeu “vou acreditar em você de novo”. Conseguiu passar os primeiros meses na casa da irmã e lembra “27 de maio de 2017, foi a última vez que eu peguei uma *bojudinha*, uma cápsula de pó, uma pedra de crack, que ainda estava dentro da minha bolsinha lá na calçada, joguei para o outro lado da rua e eu fiz, literalmente, eu levantei, sacudi a poeira e dei a volta por cima, estou aqui, fazendo sete anos, vai fazer de sobriedade, só por hoje.” Importante ressaltar que se a irmã não a tivesse recebido em sua casa, Vânia não teria um lugar para ficar pelo período de 6 meses (que foi o tempo que ela levou para sair da fase mais complicada do vício) de forma recorrente, a não ser uma comunidade terapêutica. E, sobre as comunidades terapêuticas, Vânia tem duras críticas: “onde já se viu colocar nas

⁷⁷ ROSA, Vânia. Entrevista. Rio de Janeiro, 23 out. 2023. Entrevista concedida a Beatriz Terra.

comunidades terapêuticas, pastores evangélicos, nada contra a religião, para tratar de pessoas tecnicamente, cientificamente comprovado, doente, adoecido.”

Além de sua trajetória na rua, Vânia já apareceu citada neste trabalho, no capítulo anterior, pela sua atual trajetória: a de pessoa que luta pela população em situação de rua. Ela participou da audiência que resultou na ADPF 976, que teve como relator o ministro Alexandre de Moraes. Vânia foi a representante do estado do Rio de Janeiro – pelo Fórum Pop. Rua – e o vídeo, apresentado por ela, assim como sua fala, foram citados no texto da ADPF 976. Para além disso, desenvolve ações com seu projeto Coletivo Rua Solidária, que oferece serviços (como banhos) e doações para pessoas em situação de rua. Conheci Vânia Rosa na primeira reunião da Comissão Especial da População em Situação de Rua da câmara dos vereadores em 28 de abril de 2022, da qual participei. Me chamou bastante atenção porque todas as pessoas a conheciam e cumprimentavam e sua fala foi bastante assertiva na cobrança por programas públicos que resolvessem a questão da fome entre a população mais vulnerabilizada.

Vânia Rosa também esteve na ocupação Morar Feliz em setembro de 2022, durante uma reunião entre os moradores e as instituições envolvidas na elaboração do Relatório Missão Denúncia, do Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU. Nessa ocasião, Vânia também foi reconhecida e cumprimentada por várias pessoas. Essa situação nos mostrou mais uma vez a proximidade da relação entre população em situação de rua, moradores de ocupações e trabalhadores informais (vale ressaltar que a maioria dos moradores da Morar Feliz trabalham como catadores e ambulantes)⁷⁸.

As conexões entre esses grupos e a mobilidade que há entre uma situação e outra estiveram muito presentes nesta pesquisa, especialmente nos casos de Maria, Betânia e Célia. Maria nos foi indicada pelo Jonas por ser muito inteligente, é apelidada de “presidente”. Maria é uma mulher negra, 42 anos, que foi parar nas ruas com 15 anos de idade. Ela terminou o ensino fundamental e entrou no ensino médio pouco antes da pandemia. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro e tem

⁷⁸ Cf.: Relatório Missão-Denúncia Em defesa do direito à moradia adequada, ao território e contra os despejos nas cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis/RJ, 2022. Disponível em https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio_RJ_final.pdf

parentes na cidade. Maria nos conta que foi para a rua porque queria “bagunça, beber, droga”. Tinha contato com a mãe, que a buscava e a levava para casa, mas ela sempre acabava retornando para a vida nas ruas. Para ela “viver na rua é falsa liberdade”. Maria conta que muitas mulheres que conhece foram vítimas de violência sexual nesse contexto. Há dois anos, ela deixou de viver em situação de rua, após conseguir um emprego cuidando do “banho”, localizado no Largo da Carioca.



Figura 09: Caminhão do banho no Largo da Carioca. Fonte: Acervo da autora, tirada em 19 de fevereiro de 2022.

Com esse dinheiro, conseguiu pagar um quarto de aluguel na Lapa. Quando a pessoa pediu o quarto de volta, ela conseguiu um espaço na ocupação João Cândido, localizado na Rua do Rosário. A ocupação é organizada pela Frente Internacionalista dos Sem Teto – FIST. A Missão-Denúncia, realizada em setembro de 2022, também visitou essa ocupação e, na ocasião, falaram bastante sobre outras pessoas com trajetórias de rua também estarem morando lá. Uma delas, uma

mulher que viveu na rua e foi violentada diversas vezes, apresentou a ocupação para os membros da Missão.⁷⁹

Em sua entrevista, Maria menciona outra ocupação organizada pela FIST: a ocupação Benjamin Filho.



Figura 10: Fachada da Ocupação Benjamin Filho, na Avenida República do Paraguai. Fonte: Acervo da autora, tirada em 26 de agosto de 2022.

Durante o campo, essa ocupação já havia me chamado atenção pelo trabalho que realizaram com população em situação de rua no período da pandemia, com distribuição de alimento, cesta básica, entre outros itens, e que acabou se estendendo posteriormente por um tempo. Maria não mencionou Betânia quando falou da ocupação, mas é Betânia quem é a cara do Projeto Cultural Benjamin Filho e que aparece nas divulgações do projeto através da página no Instagram. Betânia também apareceu em uma das reuniões do Fórum Pop. Rua e foi nesse momento em que decidi entrevistá-la.

⁷⁹ Nós tentamos contato com ela para realizar entrevista, mas por mais de uma vez ela aceitou e desmarcou. Por esse motivo, não foi possível realizar essa entrevista.

Betânia é uma mulher negra que com 5 anos de idade ia ao Centro do Rio de Janeiro com sua mãe – uma mãe solo com mais cinco filhos – vender bala. Com 8 anos, ela passou a fazer isso sozinha. Quando Betânia completou 10 anos, sua mãe arrumou um namorado, que tentou abusar de Betânia. Betânia contou para a mãe, que não acreditou, dizendo que era mentira. Esse fato gerou uma grande briga, então Betânia optou por ir embora de casa. Com 10 anos passou a viver na rua, mas diz que já fazia ocupações: entrava em prédios abandonados com outras pessoas e ficava lá até mandarem sair. Betânia ia passando de ocupação para ocupação a cada ameaça e de despejo. Ela fazia isso só pela sua sobrevivência, sem saber de movimentos sociais que lutam pela moradia, até que um dia ela conheceu a FIST e hoje faz isso de forma organizada.

Apesar de Betânia reforçar que o espaço é uma ocupação organizada pela FIST, na entrevista ela nos conta que lá vive apenas uma família: a dela. Crianças vão lá para participar das ações que o projeto oferece em contraturno escolar (aula de reforço escolar, oficina de capoeira, entre outras).

Q - Quem morou na rua fui eu, com cinco anos de idade, com 13 eu já era casada. As pessoas que vieram ocupar aqui comigo que viveram em situação de rua. Vou te contar essa história. Nós viemos em seis famílias para ocupar esse prédio, quando a gente viemos da Casa Cruz. De 2020 no dia 9 de setembro, nós ganhamos o despejo, no dia 11 de setembro nós viemos para cá, nós viemos com seis famílias. Essas seis famílias, todas as vezes que eu saía **da minha casa**, que eu ia para algum lugar bem longe, eles chamavam a prefeitura aqui dentro. Só que esse projeto veio da minha cabeça, esse projeto já estava rolando na Casa Cruz, porque na Casa Cruz eu tinha um segundo andar todo para mim, entendeu? [...] Quando eu vim para cá e essa família veio, porque eu tinha visto o prédio, porque eu sabia desse prédio, então **a maior parte era minha**, então eu falei: **"essa sala aqui eu não vou dar para ninguém, vai continuar rolando o projeto que rolava lá"** e aí as pessoas que moravam aqui não queriam ter coletivo, não queriam ser coletivo, eles queriam só viver no prédio e viver... igual todas as ocupações, você não vê como são as ocupações.

BT - Tudo separadinho...

Q - Separadinho não, não é separadinho, você vê que é aquilo dali, mas não é. É desorganizado, eles não são coletivos, eles só pensam neles, eles não pensam em ajudar o próximo. Isso é muito ruim para quem saiu da rua, para mim isso não cola. Eu sai da rua, moro em uma ocupação, eu não vou esquecer meus irmãos da rua, eu não vou esquecer meus amigos.⁸⁰

Betânia tem um entendimento um tanto controverso de ocupação, ainda mais sendo uma ocupação organizada por movimento social. Mas, havendo apenas a família dela no prédio, ela entende a ocupação como sua casa. Para além de sua

⁸⁰ BETÂNIA. Entrevista. Rio de Janeiro, 26 jul. 2023. Entrevista concedida a Beatriz Terra.

trajetória de pessoa em situação de rua e moradora de ocupação, Betânia trabalha como ambulante, vendendo bebidas na Lapa e em Copacabana. O carrinho dela e sua mercadoria ficam dentro do prédio ocupado, que possui espaço para isso.

Nas idas à campo, encontramos Célia. Nos chamou atenção, pelo fato de que, onde ela vive, havia um grande volume de “pertences pessoais e alguns itens como fogão, panelas, botijão de gás e cadeiras, formando um tipo de casa sem paredes sob uma árvore grande na praça”.⁸¹



Figura 11: Local em que Célia vive com seu amigo Mauro e cachorros. Fonte: Acervo da autora, tirada em 29 de abril de 2022.

Voltamos em outro momento para realizar a entrevista com Célia. Fomos recebidas com café, bancos e cadeiras para nos sentarmos. Célia e seu amigo Mauro nos deixaram à vontade. Ela nos conta que seu marido está preso e sua filha e neta que moram em ocupação. Ela diz que já morou em ocupação, mas que não

⁸¹ Trecho do relatório de ida à campo realizado por Sueli e Paula, em 31 de março de 2022.

gosta pela presença do tráfico.⁸² Célia tem 36 anos e está desde os 11 anos na rua. Fugiu de casa porque sua mãe batia nela. Usou drogas, mas hoje largou. Engravidou de sua filha aos 14 anos. Recebeu uma casa em Campo Grande, mas por passar muito tempo fora de casa, trabalhando no Centro, a milícia invadiu a casa dela. Depois disso, ela não se sentiu segura de permanecer lá e por isso prefere viver na rua.

Ela era trabalhadora ambulante, vendia lanche, trabalhando com chapa. No entanto, por conta do calor da chapa, ela teve um problema de saúde na região abdominal, precisou fazer cirurgia e não pode mais trabalhar com isso. Ela faz acompanhamento médico para essa questão através do consultório na rua, também já utilizou os equipamentos do CRAS e CREAS. Hoje trabalha com material reciclável, garimpo e faz tranças. Às 17h ela pega a *burrinha* e vai passando por Botafogo, Copacabana e leva o que recolheu no ferro velho da Central, que fica aberto 24h. Está tentando aposentadoria por invalidez, mas o caso dela não está andando muito.

Com essas histórias, conseguimos ver muito claramente como há uma grande conexão entre esses grupos e como a situação destes pode variar ao longo de suas vidas. É possível observar como os vínculos – rompidos, mantidos ou feitos – definem a permanência na rua e a forma em que essa permanência é concretizada. No caso dos vínculos familiares, a manutenção ou quebra total, define a permanência ou a possibilidade de sair das ruas. No caso dos vínculos que podemos chamar de institucionais (como ONGs e instituições públicas), podem definir as formas (de saúde, mentais, maior ou menor violência que sofre) em que essa pessoa consegue viver nas ruas e, como em alguns casos, a rua passa a ser uma opção mais segura do que a casa invadida pela milícia; passa a ser o local de referência de modo de viver, ao invés da casa de familiares; passa a ser local para

⁸² Aqui vale uma discussão sobre formatos de ocupações no Centro do Rio de Janeiro. Segundo Panorama das Ocupações na área central do Rio de Janeiro, elaborado pelo Observatório das Metrópoles e Central de Movimentos Populares – CMP, são consideradas “ocupações os imóveis anteriormente vazios/abandonados que passaram a ser ocupados para fins de moradia, sem o uso da violência armada para a entrada dos moradores, e que se caracterizam por uma gestão coletiva parcial ou total, sem pagamento de aluguel.” E, além disso, há diferenças entre ocupações que são organizadas por movimentos sociais e aquelas que não são, contribuindo para que haja presença do tráfico em algumas dessas últimas. O relatório está disponível em <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/panorama-das-ocupacoes-na-area-central-do-rio-de-janeiro-relatorio-de-pesquisa/>

viver além do local de trabalho, porque isso é melhor do que ser abusada pelo padrasto. São muitas as possibilidades de estabelecimento de vínculos que facilitam ou dificultam a vida na rua ou em ocupações. Em todos esses casos, no entanto, estão presentes a precariedade, a vulnerabilidade e a invisibilidade ao qual são submetidas suas vidas.

Trabalho com população em situação de rua

A realização da pesquisa de campo nos permitiu identificar dois tipos de grupos que realizam trabalhos com população em situação de rua. Chamamos esses atores de grupos mediadores, por desenvolverem um trabalho de forma voluntária com essa população, performando um papel que deveria ser do Estado, e operando entre estruturas de poder e capital, oferecendo condições para a reprodução social e organização de uma população extremamente vulnerável.

O primeiro tipo identificado, que aparece de forma mais frequente no campo, são os grupos mediadores que atuam diretamente nas necessidades de sobrevivência da população em situação de rua, seja doando alimentos, kits de higiene ou prestando algum serviço, como oferta de banho, corte de cabelo, informações para tirar documentos, entre outros.

Mapeamos o trabalho desses grupos através: a) das idas à campo, registrando toda vez que víamos algum grupo atuando; b) das falas dos entrevistados, ao informar dias e locais reconhecidos de distribuição de comida ou serviços; c) de mapeamento feito pelo Fórum Pop. Rua, no período da pandemia, com objetivo de organizar as distribuições de alimentos por pessoas em situação de rua (Figura 12).

O intuito do mapeamento era observar se havia relação entre os locais de concentração da população em situação de rua e os locais de distribuição de alimento, principalmente. Ao aplicar essas duas camadas no mapa, temos a sobreposição dessas localizações (Figura 13).

Vale ressaltar que alguns grupos, marcados como um ponto neste mapa⁸³, são grupos itinerantes, que se deslocam para fazer a distribuição do alimento, da água, do cobertor, entre outros itens. Como não há forma de representar esse

⁸³ Optamos por marcar o ponto em que encontramos o grupo.

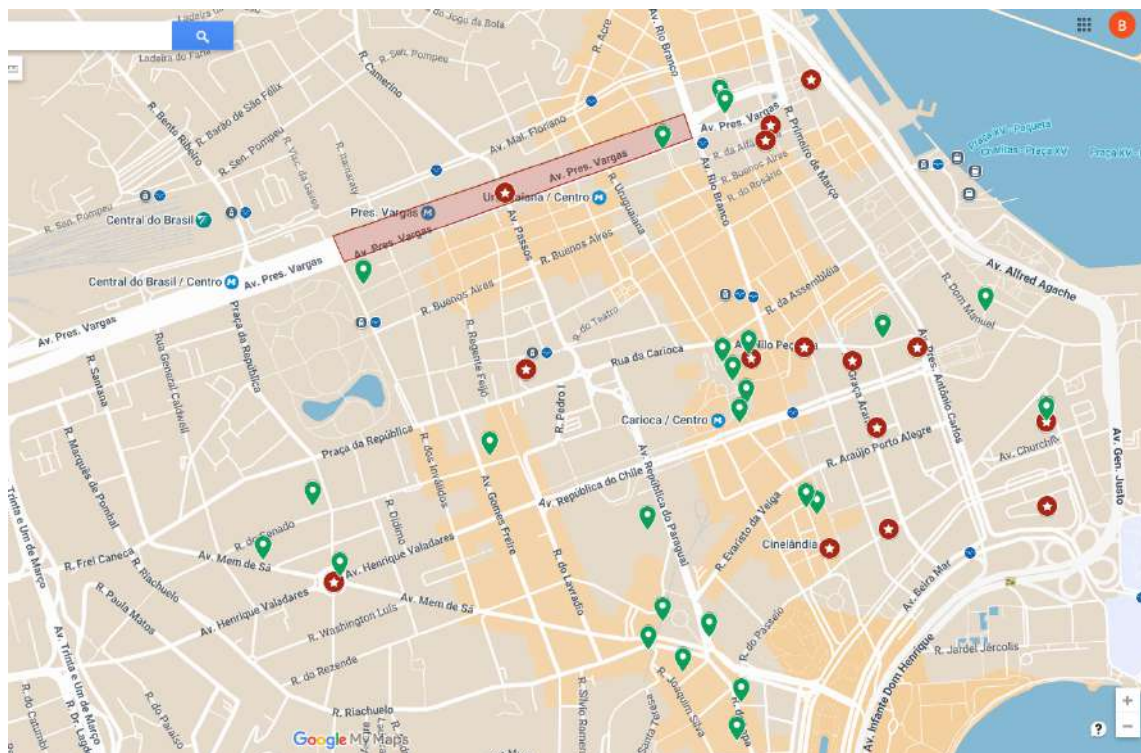


Figura 13: Mapa: grupos mediadores e concentração da população em situação de rua. Fonte: MyMaps Google, elaboração da autora e Bruno Frazão (Grupo de Pesquisa Direito à Cidade, Observatório das Metrôpoles).

O segundo tipo identificado, que aparece de forma menos frequente no campo e em espaços mais institucionais, são os grupos mediadores que atuam buscando incidir nas políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Na reunião da Comissão Especial da População em Situação de Rua, da câmara dos vereadores, em 28 de abril de 2022, identificamos que as organizações presentes, com mais fala e mais apoiadas por pessoas em situação de rua eram a Pastoral do Povo da Rua, o Fórum Pop. Rua (que estava compondo a mesa da reunião) e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR do Rio de Janeiro. Por esse motivo, optamos por entrevistar esses três atores.

Na Pastoral do Povo de Rua, falamos com Helena, que trabalha há mais de 20 anos na pastoral. A Pastoral do Povo da Rua funciona na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, desenvolvendo um trabalho musical com as pessoas em situação de rua, como um coral e aulas de música (violão, percussão, entre outros), desde 2016 aproximadamente. Mas, para além disso, o trabalho da Pastoral também é um trabalho político através da participação em reuniões, audiências públicas, fóruns, contribuição com estudos e

pesquisas e conversas com a população em situação de rua sobre seus direitos. Helena nos conta que:

A gente trabalha muito com a questão, enquanto serviço social, a gente discute um pouco, a gente traz questão da política pública, porque a gente reconhece, não vê como algo negativo a questão emergencial, essa questão da assistência, a gente chama de "assistencialismo", quer dizer, que é comida, cobertor, é o café, é a... mas a gente traz para eles... motivando a discutir a questão da política pública. A gente vem discutindo muito isso com eles.

(...)

Outra coisa que a gente vem discutindo, inclusive em todos os grupos, as discussões de trabalho com a população em situação de rua é a questão da moradia, então a gente discute e tem essa ideia da questão da Moradia Primeiro, que são experiências de outros países, que deu certo, não pensar na moradia para a população em situação de rua como uma moradia convencional. É preciso ter um processo, é preciso ser diferente, não dá para você pensar na moradia para a pessoa que está recém-saído, ou está sendo acompanhado por algum instrumento... é preciso que haja acompanhamento⁸⁴

Do Fórum Pop. Rua, entrevistamos o coordenador Cláudio. Cláudio começou a trabalhar com população em situação de rua também pela Pastoral do Povo da Rua e outras organizações da Igreja Católica que tem o olhar voltado para o campo social. A perspectiva do Fórum, segundo Cláudio, é:

Eles têm inclusive uma fala interessante: "não fale da rua sem a rua", então a gente não quer trabalhar para a população em situação de rua, a gente quer trabalhar com a população em situação de rua e a forma que o fórum encontra de trabalhar com a população de rua é juntar os militantes incluindo essas pessoas em situação de rua para que eles, nessa convivência, com pessoas que têm doutorado, mestrado, graduação, o outro do serviço social, com as diversas profissões, a gente trabalhar também no movimento social a intersetorialidade, porque é nesse diálogo conjunto que vai se buscar esse consenso, esse entendimento necessário para que essas pessoas possam ter um ânimo para a luta, uma esperança, para que elas possam realmente ter esse ânimo e essa disposição de sair das ruas.⁸⁵

O Fórum Pop. Rua realiza reuniões mensais no Centro do Rio de Janeiro. No ano de 2023, em que acompanhei as reuniões do Fórum, as reuniões eram realizadas na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ, que sempre enviava um representante de seu sindicato para participar das reuniões também.

Em relação ao MNPR, tentamos entrevistar Maralice, representante do MNPR no Rio de Janeiro, mas não foi possível conciliarmos agendas. Vale destacar que,

⁸⁴ HELENA. Entrevista. Rio de Janeiro, 07 jul. 2022. Entrevista concedida a Beatriz Terra.

⁸⁵ CLÁUDIO. Entrevista. Rio de Janeiro, 07 jul. 2022. Entrevista concedida a Beatriz Terra.

em nossa pesquisa de campo e pelas colocações dos atores com quem conversamos, o MNPR RJ apareceu fragilizado e foi muito criticado. Portanto, focaremos aqui nas entrevistas que conseguimos realizar com esses atores que realizam trabalhos com população em situação de rua: Claudio, Helena e Vânia Rosa, como representante de grupos mediadores do primeiro tipo, que trabalham com distribuição de comida e outros serviços para população de rua. Trabalharemos também com pautas e falas levadas ao Fórum Pop. Rua, que contaram com a participação de pessoas que tem trajetória de rua nos encontros em que estive presente.

Sobre as políticas públicas voltadas à população em situação de rua das quais tratamos no capítulo anterior, é consenso entre os entrevistados que falta implementação, principalmente em relação às políticas municipais. Helena mencionou o decreto 7.053/2009, que institui a política nacional para a população em situação de rua e as leis municipais, mas reforça que durante os governos de Eduardo Paes (2009-2016, 2021-atual) e Marcelo Crivella (2017-2020) nada foi feito para que essas políticas fossem implementadas. Na reunião do Fórum Pop. Rua de 18 de julho de 2023 a principal pauta era a preparação para os temas que seriam levados para a audiência pública que aconteceu em 14 de agosto de 2023. A ideia foi levar principalmente a luta pela implementação das leis 6350/2018 e 6355/2018, das quais tratamos no capítulo anterior, e a solicitação de parar, urgentemente, as ações violentas contra a população em situação de rua, principalmente no que diz respeito à zeladoria urbana, que são ações integradas entre diversos órgãos da prefeitura – como Secretaria de Ordem Pública (SEOP), a Guarda Municipal e a Comlurb – responsáveis também pelas abordagens à população em situação de rua. Vânia Rosa nos conta que sua participação na audiência da ADPF 976 foi falar justamente deste ponto:

Eram cinco minutos de fala em cada estado, como é que a gente se organizou? Cada estado estava levando uma pauta, e o Rio de Janeiro, justamente, ficou (...) com o tema das abordagens que eles chamam de zeladoria né? Que de zelo não tem nada! Isso sim é contraditório, chama de zeladoria. Nós levamos aqui, eu com mais um coordenador, o Cláudio, e a defensora da pasta de direitos humanos da população de rua que é a doutora Cristiane Xavier, a gente trabalhou um vídeo (...) mostrando, justamente, um momento, em Copacabana, foi assim, muito emblemático e muito impactante (...) porque era uma abordagem, uma abordagem truculenta, um carro da Comlurb, um carro da polícia militar em plena Avenida Atlântica, Copacabana, enquanto um grupo em festa nos quiosques, um morador em situação de rua sendo abordado, jogado as

coisas dentro da caçamba, muito triste sabe? Triste, porque a gente sabe que isso está acontecendo toda hora. Até que ele perdeu a dentadura que caiu e pegaram a dentadura dele que ele guardava ali enroladinha, jogaram dentro da caçamba ele ficou ali. (VÂNIA ROSA, entrevista concedida à autora)

Como vimos no capítulo anterior, a ADPF 976 foi publicada em 2023 e determina que os estados e municípios da federação devem observar o decreto 7053/2009 e tomar medidas para contagem e realização de um plano de ação para a população em situação de rua. Até o presente momento de escrita dessa tese, no entanto, muitos estados e municípios recorreram a prazos determinados pela ADPF e mantém ações violentas contra a população em situação de rua, como é o caso do Rio de Janeiro. A ADPF 976 vira, portanto, um instrumento jurídico de luta que tem sido utilizado para basear denúncias da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – NUDEDH, que é a pasta que acolhe essa população e tem como defensora responsável a Doutora Cristiane Xavier, mencionada por Vânia Rosa nesse trecho.

Mais especificamente sobre a lei 6355/2018, que garantiria a reserva de vagas para contratação de população em situação de rua para serviços e obras públicas, Claudio denuncia que “o FIRJAN, por exemplo, mandou carta recomendando aos vereadores da cidade do Rio de Janeiro que não fosse aprovado o projeto, porque eles não queriam absorver ou capacitar, ter custos de absorção e capacitação dessa população”.

Na audiência pública que ocorreu em 14 de agosto de 2023, de fato esses foram os principais temas levados pelas pessoas que compõem o Fórum Pop. Rua e estiveram presentes na reunião de julho. A mesa foi composta pela vereadora Luciana Novaes (PT, presidente da Comissão Especial da População em Situação de Rua), vereadora Teresa Bergher (PSDB, participante da comissão), Doutora Cristiane Xavier, Vânia Rosa e a Secretaria de Assistência Social - SMAS. A SEOP também foi chamada para a audiência, mas não enviou nenhum representante, fato que foi lamentado na fala da doutora Cristiane Xavier. A audiência teve uma grande participação, na tribuna, de pessoas em situação de rua (Figura 14). Nessa ocasião, a SMAS apresentou os dados do último censo e apresentou políticas e iniciativas das quais as pessoas que estavam lá presentes não tinham ouvido falar (e deixaram claro através de manifestações) e, na minha pesquisa, não consegui achar

informações sobre.⁸⁶ Os dados apresentados do censo, foram muito criticados nas falas de Vânia Rosa e da doutora Cristiane Xavier.



Figura 14: Audiência Pública no salão da Câmara dos Vereadores. Fonte: Acervo, tirada em 14 de agosto de 2023.

No entanto, outro ponto que apareceu na exposição da doutora Cristiane Xavier, sempre aparece nas reuniões do Fórum Pop. Rua e nas entrevistas que fizemos, e apareceu em muitas falas da tribuna nessa audiência são as condições, extremamente precárias, dos abrigos no Rio de Janeiro. Um homem em situação de rua que falou na tribuna denunciou que pessoas com doenças contagiosas, como tuberculose, são mantidas junto com outras pessoas e afirma “ao invés de nos acolher então nos empurrando para o caixão”. Outras críticas constantes aos

⁸⁶ A SMAS mencionou nessa reunião o lançamento da Casa SUAS, dizendo que possui 10 unidades, que seriam distribuídas para população em situação de rua; fala do programa Lares Cariocas, que se baseia no modelo do Housing First e tem 20 unidades hoje (nesse momento, houve muita manifestação da tribuna, questionando onde estão essas moradias). Sobre esse programa, o site da SMAS apenas menciona o nome do programa, a quantidade de unidades, mas não diz como se acessa, como funciona, nem apresenta nenhum tipo de resultado. Mencionam também um ciclo de debates com a população em situação de rua, que nunca vi divulgado.

abrigos são presença de percevejos-de-cama, distância dos principais e maiores abrigos e as políticas para o abrigamento⁸⁷.

Para além das condições físicas dos abrigos, fala-se muito no despreparo dos assistentes sociais e técnicos desses espaços e outras instituições de acolhimento em lidar com essa população. Em mais de uma reunião do Fórum Pop. Rua (dando a entender de que isso já foi discutido com mais profundidade antes de eu começar a frequentar) falam sobre a importância da contratação de pessoas com trajetória de rua para trabalhar nesses espaços. Em entrevista, Vânia Rosa comenta:

Eu encontrei uma assistente social chamada Cláudia no primeiro momento em que eu chego naquele 2009, naquele balcão de recepção daquele Centro Pop, de sorriso a sorriso, porque ela está ali atendendo pessoas fedorentas, todo drogado, todo transtornado, mas com um sorriso daqui a aqui, porque ela, provavelmente recebeu o seu salário, deixou uma conta paga, deixou um alimento para o seu filho, então ela está ali também na paz do Senhor, na paz do Senhor né? Agora, quando isso não acontece, você vai encontrar também uma pessoa ali, no teu quadrado, toda destruída também, aí vão bater de frente, né? Nada vai funcionar (VÂNIA ROSA, entrevista concedida à autora)

As reuniões do Fórum Pop. Rua, no período em que frequentei, aconteciam na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ e contavam com a participação de um representante, pelo menos, em cada reunião do Fórum. Fala-se bastante sobre o baixo orçamento reservado à assistência social no município do Rio de Janeiro e no baixo número de técnicos contratados. Ou seja, são poucas pessoas, com baixos salários, e pouca margem para ações e implementação de melhorias, que resulta em profissionais insatisfeitos e não capacitados para o seu trabalho, divergindo da característica da profissional que Vânia deu a sorte de encontrar em seu caminho. Soma-se a isso o fato de que, atualmente, os abrigos no Rio de Janeiro são geridos por Organizações sociais – OS que não são fiscalizadas pela prefeitura.

Essa noção de que os assistentes sociais que trabalham com população em situação de rua as tratam mal e não estão preparadas para este trabalho, pode ser confirmada pela fala de assistentes sociais do governo do estado do Rio de Janeiro,

⁸⁷ Em alguns abrigos, é obrigado a sair depois de 24h para pegar nova vaga. Em outros, pode ficar por 3 meses, mas tem que sair após esse período (“e se nesse período não conseguir emprego”? É um questionamento recorrente). Um rapaz em situação de rua com quem conversamos em uma das idas à campo diz que é monótono ficar no abrigo, não há nenhuma atividade. Fora as situações precárias de estrutura, como as camas.

que encontramos em uma de nossas idas à campo, na Praça da Cruz Vermelha, em 09 de julho de 2022. Conforme relato do diário de campo:

Na conversa com assistência social do governo do Estado, fica muito claro uma visão conservadora em relação às pessoas em situação de rua, de que não querem trabalhar, que não querem casa porque não querem morar longe, que as pessoas querem conforto - como se fosse um problema da população em situação de rua de que não querer se adaptar, não querer trabalhar. Eles têm anos de trabalho com pop. rua, mas mantém um olhar senso comum para essa população. Também fazem abrigos, acolhimento, levam para casas terapêuticas que são longe (uma muito elogiada por eles é em Seropédica, onde a pessoa em situação de rua fica internada). (...) Dizem que já tiveram um programa para dar casas para as pessoas, mas ninguém quis. As casas eram distantes, como em Paracambi, por exemplo. Conversando com Jonas sobre isso, ele disse que conheceu um rapaz que aceitou e foi morar lá e a milícia o expulsou. Tivemos um debate com o pessoal do governo do estado sobre o problema ser a falta de moradia no Centro e eles mantiveram o argumento de que o problema é que a pessoa não quer trabalhar e que não quer morar em uma casa. (Trecho do diário de campo da autora)

Eles mencionam “casas” terapêuticas, mas estão falando das comunidades terapêuticas. Na entrevista, Helena criticou as comunidades terapêuticas, assim como Vânia Rosa, por serem administradas majoritariamente por igrejas evangélicas e conta o caso de um homem em situação de rua que a Pastoral atendia que quis se internar em uma comunidade. Uma semana depois ele voltou para a Catedral e disse que desistiu da internação, porque os obrigavam a dormir em papelão e, sendo assim, ele preferia dormir na rua.

Para além desses temas, é consenso entre os entrevistados (Vânia Rosa, Helena, Cláudio) que os principais pontos de concentração da população em situação de rua são no Centro do Rio de Janeiro, especialmente na Avenida Presidente Vargas, na Praça da Cruz Vermelha e na Defensoria Pública (Avenida Marechal Âncora), por conta dos recursos que estão presentes nesse território e que geram maior possibilidade de sua subsistência; que a população em situação de rua tem a rua toda mapeada, “eles sabem todos os lugares onde têm comida, tem banho... eles conhecem tudo”, como nos diz Helena; como o período da pandemia contribuiu para um aumento das pessoas em situação de rua e uma certa alteração no perfil, com aumento do número de famílias e mulheres, por exemplo (que não foi suficiente para aumentar o número geral, Cláudio diz, mas que se tornou mais perceptível); e que, sim, há deslocamentos dessa população que são causados tanto pela necessidade de buscar comida, água, dinheiro, bebida, entre outros

recursos, mas que também há conflitos, resultando na expulsão das pessoas em situação de rua.

Conflitos

O fato de os moradores de rua viverem e circularem numa área circunscrita, demonstra que a rua não é para eles um espaço indiferenciado. A apropriação de determinados lugares se faz em função de um conjunto de fatores que vão desde a permissão social para ocupação, menor pressão do poder público e dos munícipes, até as possibilidades de sobrevivência oferecidas pela região. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 109)

Há vários motivos que levam ao deslocamento da população em situação de rua, como estamos vendo. A busca por alimentação, acesso a serviços públicos (de saúde e assistência social, por exemplo), possibilidade de ganhar algum recurso, a procura de um lugar mais seguro para permanecer ou menos tumultuado são alguns exemplos das causas do deslocamento.

A vida das pessoas em situação de rua não é livre e de “vagabundagem”, como é estabelecido pelo senso comum. A rotina das pessoas em situação de rua é regrada, visto que é determinada pelos horários das doações de alimento, do acesso aos serviços, dos momentos estratégicos para catar material reciclável, por exemplo. É claro que existem momentos de tédio, ócio e lazer, mas não há liberdade quando se tem que escolher entre tomar o café da manhã ou conseguir uma vaga em abrigo naquele dia, ou não poder escolher a hora de comer – se conseguir comer. Em sua pesquisa sobre a população em situação de rua em Austin, Snow e Anderson relatam:

Assim começa um dia nas ruas. Não é um dia totalmente desestruturado, no entanto. Pode parecer assim do ponto de vista do cidadão domiciliado e, de fato, pode ser devido a essa aparência que a vida de rua seja às vezes romantizada. Mas, do ponto de vista dos que a vivem, a vida de rua tem uma ordem e um ritmo definitivos que sugerem uma subcultura da vida de rua. (SNOW, ANDERSON, 1998, p. 129-130)

Essa subcultura⁸⁸ da vida nas ruas pode ser observada por esse mapeamento mental que as pessoas em situação de rua têm da cidade. Como Cláudio nos conta:

É uma estratégia de sobrevivência. Entre eles existe uma rede de informações e até de como essa população se organiza e se move na

⁸⁸ Por subcultura, não queremos defender de que a cultura de vida nas ruas é inferior a culturas dominantes. Estamos nos apropriando do termo defendido pelos autores que define, apenas, um tipo de cultura diferente daquelas dominantes.

cidade. Elas sabem onde elas podem tomar banho, onde elas podem beber água, fazer uso de banheiro. Elas criam toda uma rede própria de recursos, de atendimentos que elas mesmas mapeiam, para que elas possam também, não só ter a segurança nos períodos de pernoite, mas durante o dia os locais onde elas podem tomar banho, por exemplo. (...) Toda essa rede eles criam, todo um mapeamento próprio de estratégia de sobrevivência nas ruas. Uma delas é essa, pernoite em locais que eles possam realmente dormir sem ter esse sobressalto da polícia, da guarda chegar recolhendo pertences junto com a COMLURB, jogando no caminhão. Eles têm esse tipo de estratégia. (CLÁUDIO, entrevista concedida à autora)

Nesse sentido, faz parte da subcultura da vida nas ruas, conseguir recursos para sobreviver durante os dias. Por isso, ocupar o Centro é importante para essa população, como nos relata Vânia:

e a razão maior dessa itinerância também, que já é histórico, é a questão da busca pela possibilidade de alimento, dos seus corres. Você vai ver que no Centro do Rio há uma concentração maior por isso. É um fenômeno natural é a busca pela sobrevivência. Na pandemia, o número de pessoas em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro foi absurdo, porque os lugares mais afastados, justamente, ficaram mais isolados e com menos recursos para eles. Quais são os recursos? Latinha que eles catam, não tinha, porque a rua estava em fase de isolamento, então não tinha festinha daqui e dali, bares abertos etc. etc. (...) eles estão sempre buscando locais para eles sobreviverem, então, se na Zona Sul tiver um grande evento, eles vão migrar, digamos assim, vamos lá para a Zona Sul (...) mas sempre vai ser no Centro do Rio é que as coisas estão acontecendo. Sem contar que ali a facilidade de locomoção para todo lugar que eles entendem que podem chegar com mais facilidade. Mas a busca maior é pela sobrevivência. (VÂNIA ROSA, entrevista concedida à autora)

Mas além de ser necessário para a sobrevivência e reprodução social da população em situação de rua, o Centro é também um espaço moldado por outras forças. Como temos discutido, a própria presença dessa população é, por si só, marcada por conflitos na disputa pelo uso do espaço urbano. Esses conflitos são ainda mais intensificados em um território que é cobiçado pelo mercado imobiliário e financeiro, com aval do poder público. Dessa forma, as repressões, violências e expulsões se dão pelos agentes públicos principalmente, mas não só. A construção de narrativa que cria o estigma de que aquela pessoa que vive na rua é um outro com o qual eu não me relaciono e, conseqüentemente, não reconheço. Ou ainda, a desumanização na narrativa de um dos jornais de maior circulação no Rio de Janeiro, quando se compara população em situação de rua com lixo. A criminalização da pobreza que associa a pessoa ociosa e com fome na rua a roubos e furtos. Uma população desprovida de tudo, inclusive de direitos. Essa lógica leva também a violências de pessoas da sociedade civil – muitos sendo seguranças de

comércio – contra a população em situação de rua, como pode-se observar em diversos casos, inclusive famosos, de assassinatos de pessoas em situação de rua.

E as pessoas em situação de rua têm medo porque elas reconhecem sua vulnerabilidade. Helena nos relatou um caso que denota isso:

H - Você vê que eles sofrem tanto com o estigma. São estigmatizados, sofrem muito com preconceito. (...) Quando eu passei pela praça em Copacabana, ali a Praça Serzedelo Corrêa, (...) tinha três pessoas em situação de rua que estavam com a quentinha. A praça é toda cercada e eles estavam do lado de fora da praça. Eles estavam ali, eram três, cada uma com a sua quentinha comendo. Aí estamos passando, quando a gente estava passando, tem um rapaz, sabe esse pessoal que o comércio paga para ele ser... com aquele colete de apoio...

BT - Tipo um segurança?

H - Tipo um segurança. Ele veio, com aquele colete escrito atrás "Apoio", fez assim ó: "vamos levantando, vamos levantando daí, você não pode ficar aí não". Eu estava passando na hora, aí eu parei e perguntei para ele: "me explica uma coisa, deixa eu te perguntar, por que ele não pode ficar aí? Qual é a lei que diz, que proíbe que eles estejam aí, eles não estão fazendo nada, não estão fazendo bagunça, não estão brigando, será que a pessoa não pode ter sossego, paz, na hora de fazer uma refeição". "Ah, mas eu tenho ordem para não deixar". "Mas quem te dá essa ordem? você recebeu essa ordem de quem?" "É o meu chefe!" Eu perguntei: "quem é o seu chefe? então chama ele para ele conversar comigo, eu quero que ele me diga onde está escrito que não pode ficar sentado aí". (...) Eu falei: "Olha, quer saber? Eles vão ficar ali! Sabe por que eles vão ficar ali? Porque eu vou ficar ali com eles. Chama a polícia, chama o seu chefe, chama quem você quiser, porque eu vou ficar aqui até eles acabarem de fazer a refeição". Sabe o que eles fizeram? Olha só, eles têm medo! "Não minha irmã, não faz isso não, é melhor que a gente saia, porque hoje a senhora está aqui, amanhã a senhora não está, então a gente sai, pode deixar". Agradeceu e saiu de lá. (HELENA, entrevista concedida à autora)

A estratégia de sobrevivência está em também reconhecer quando não dá para disputar porque "hoje a senhora está aqui, amanhã a senhora não está" e certamente a violência recai sobre eles e não sobre a senhora que estava apenas de passagem, querendo ajudar.

Passemos, então, aos conflitos que o campo nos apresentou. Em nossa primeira caminhada pelo Centro com Jonas, no dia 19 de fevereiro de 2022, ele usa o binômio tolerante / intolerante para falar sobre os espaços mais ou menos permissivos à presença da população em situação de rua, expressão que optamos por utilizar em nosso trabalho também. Era um sábado de manhã, um pouco nublado, quando encontramos Jonas no bar Escadinha para fazer esse primeiro percurso. O trajeto foi definido por ele conforme andávamos. Saímos da Cinelândia, passamos pela Carioca, Uruguaiana até a Presidente Vargas. Pela Presidente

Vargas, fomos até a Candelária, voltamos pela Rua Primeiro de Março, passando pelo terminal Menezes Cortes, indo até a Defensoria e a Praça da Bolsa de Automóveis. Terminamos de volta na Cinelândia, passando pela Avenida Presidente Wilson.



Figura 15: Itinerário da primeira caminhada com Jonas, realizada em 19 fev. 2022. Fonte: Google Earth Pro, elaboração da autora.

Enquanto esperávamos todos se reunirem para sair pelo trajeto, ainda na rua do Escadinha, percebi um senhor fazendo a barba virado para uma janela de uma construção antiga. Depois que ele saiu, fui olhar e havia um pedaço de espelho, colocado na grade da janela.



Figura 16: Espelho apoiado entre grade e janela, na rua Francisco Serrador. Fonte: Acervo, tirada em 19 de fevereiro de 2022.

Esse fato nos mostrou as estratégias de sobrevivência que conformam a subcultura de vida na rua na prática, como saber onde há um pedaço de espelho que pode ser utilizado para fazer a barba, como uma forma bem discreta de apropriação do espaço. Seguindo o trajeto, Jonas vai nos fornecendo informações sobre cada lugar pelos quais passamos. Percebemos que os usos da rua e os espaços de maior tolerância ou intolerância, como Jonas diz, são definidos pela presença de seguranças (de comércios, restaurante ou bares), se o prédio está vazio, em reforma, ou se muda a administração e se há constantes idas da Guarda Municipal em determinado local.

A Uruguaiana e a Rua do Ouvidor e região (na altura do Arco do Teles) são lugares em que não vemos pessoas em situação de rua. Segundo Jonas, os seguranças dos comércios e restaurantes expulsam desses locais. Na Uruguaiana, conforme o comércio de camelôs vai intensificando, a presença de população de rua vai diminuindo. Segundo Jonas, “dormiam pessoas na esquina da Uruguaiana com a Ouvidor, mas atearam fogo nelas e nunca mais outras pessoas dormiram lá. Na Uruguaiana ninguém dorme. Os seguranças na região do Saara são muitos intolerantes. Não permitem nem ficar do outro lado da rua. Na Rua da Alfândega

com Uruguaiana não pode mais ficar também.”⁸⁹ Apenas no cruzamento da Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas começa a reaparecer população de rua dormindo sob marquises. Relato semelhante serve para a Rua do Ouvidor, na altura do Arco do Teles. Não se pode permanecer lá “*de jeito nenhum*, os seguranças dos bares são muito presentes”.

Na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Miguel Couto, que é uma parte da rua que passa por debaixo de um prédio, sendo coberta, ficavam muitas pessoas. No entanto, a estratégia usada para a expulsão foi uma velha conhecida da população em situação de rua: jogar água para deixar o local molhado e colocar creolina, que tem um cheiro muito forte e impede que as pessoas fiquem.

Nessa data, havia um prédio em reforma na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Avenida Rio Branco. Jonas diz que, como o prédio estava em reforma, as pessoas podiam permanecer ali. Nesse dia, não vimos pessoas dormindo, mas vimos as *demarcações* com papelão e alguns pertences, como mochilas. No entanto, a reforma acabou alguns meses depois. Com a retirada dos andaimes, veio também a retirada da população daquele local. Ao caminhar pelo Centro posteriormente, não foi mais possível ver nem as demarcações ali.

Há também lugares que são considerados “pontos cego”, como o lugar em que Célia vive, na Praça Virgílio Melo de Franco, ou Praça Bolsão dos Automóveis. Jonas nos conta que ali fica bastante gente e é bem tranquilo, ele mesmo já passou bastante tempo ali. A praça é cercada por prédios comerciais e residenciais. No entanto, eles possuem saída para fora da praça, fazendo com que o local da praça tenha pouquíssima circulação de pessoas.

Nessa caminhada, Jonas também nos aponta diversos locais que possuem horários mais tolerantes e horários mais intolerantes, como é o caso do Largo da Carioca que, segundo ele, não é tolerado que a população em situação de rua permaneça ali, especialmente durante a semana, mas que na rua ao lado da saída do metrô já é permitido que fiquem pessoas.

A caminhada com Jonas aconteceu também em 09 de julho de 2022. Nesse dia, ao encontrarmos Jonas no bar Escadinha, ele estava muito nervoso e pediu

⁸⁹ Trecho do diário de campo da autora.

para a gente aguardar um pouco porque ele foi ver se a pessoa em situação de rua que havia sido assassinada tinha sido um amigo dele. Ele retornou alguns minutos depois, um pouco menos ansioso, mas não falou sobre isso no retorno. Partimos da Cinelândia, passamos pela Avenida República do Chile, pela Avenida República do Paraguai, Praça Tiradentes, Rua dos Inválidos, Avenida Henrique Valadares até a Praça da Cruz Vermelha. No trajeto, Jonas nos conta que é possível tomar banho na Catedral Metropolitana quando não há missa, mas que o local mais certo para tomar banho é o Museu de Arte Moderna – MAM. Depende do guarda que estiver lá, no entanto. Alguns deixam, outros não. Na Praça Tiradentes, não vemos muitas pessoas. Jonas explica que é comum as pessoas serem expulsas de lá pela Prefeitura. Em dia de evento ou não. Vale ressaltar, para além disso, que em dia de evento na praça, é colocado grade de proteção com segurança nas entradas, para controlar a entrada de pessoas.



Figura 17: Itinerário da segunda caminhada com Jonas, realizada em 09 jul. 2022. Fonte: Google Earth Pro, elaboração da autora.

Na Praça da Cruz Vermelha, assim como nos outros pontos de maior concentração da população em situação de rua, como a Avenida Presidente Vargas, não há muitos relatos de conflitos. Esses são lugares que – ainda – são mais *tolerantes* com a presença da população em situação de rua, de forma reconhecida

também pela sociedade como um todo. Na Praça da Cruz Vermelha, inclusive, foi onde encontramos os assistentes sociais do governo do estado. Havia também uma tenda com assistentes sociais da prefeitura do Rio de Janeiro. Ambos os grupos estavam oferecendo vagas para abrigo. Os servidores da prefeitura, informaram que ficam ali todos os dias, manhã e tarde, exceto a noite, porque veem o local como perigoso. Relatam que tem muita briga entre a população em situação de rua, com armas brancas. E, de fato, é comum ter brigas. Jonas disse que não gosta de ficar lá justamente por ter muita gente. A Praça da Cruz Vermelha é ocupada basicamente por pessoas em situação de rua. No período em que estivemos lá, não é comum ver pessoas da classe média, ou de outros grupos sociais passando pela praça.

Nos relatos de Jonas, também há situações em que os usos dos lugares variam: “Na Travessa dos Poetas, às vezes dorme gente, mas outras vezes os seguranças podem implicar”. Esse uso variado – e que varia por ser final de semana ou dia de semana, pelo turno, por ter eventos ou não, pelo agente que está ali permitir ou não, entre outras variantes – também é observado nas idas à campo. Na Defensoria, por exemplo, que é citado por Cláudio, Helena e Vânia Rosa como um dos lugares de maior concentração de população em situação de rua, fica vazio durante o dia, mas a noite ficam grandes grupos. Na Cinelândia, às vezes é tolerado, às vezes não. Depende do Guarda que está lá. Já ouvimos relatos sobre um grupo de guardas que pede para as pessoas saírem, fotografam e depois deixam as pessoas voltarem para o local, por exemplo. Mas, por essa instabilidade, na Cinelândia hoje ficam poucas pessoas. Nas ruas perpendiculares à Avenida Rio Branco e ao redor da Cinelândia, como a Rua Nilo Peçanha, ficam alguns grupos dispersos.

Para todos os entrevistados, os conflitos são perceptíveis. Além das informações que Jonas nos trouxe nas caminhadas, quando o entrevistamos ele conta sobre a forte presença de seguranças na Cinelândia – como no bar Amarelinho – e na Rua Augusto Severo, que manda as pessoas em situação de rua saírem. Diz ainda que há forte controle na Praça Mauá, na Candelária (mas que de noite é permitido ficar lá) e no Largo da Carioca. Célia nos relata a tática dela para evitar que a Guarda Municipal leve os pertences dela. Todo dia na praça do Bolsão dos Automóveis a Guarda passa, às 20h, recolhendo pertences – inclusive documentação – e “metendo o pau”, mas que a violência com que chegam

dependem do plantão. Depois de muito perder os seus bens ou de ter que pagar para retirar, Célia e seu grupo conseguiram uma ajuda do estacionamento que tem ali perto e todo dia, antes da Guarda passar, eles guardam os seus pertences lá. Depois eles pegam e assim seguem seu dia a dia.

Essas informações forneceram a base para desenvolvermos o mapa de áreas de forte controle e intolerância – para usar a expressão de Jonas – para permanência da população em situação de rua (Figura 18) e o mapa com a sobreposição dos principais pontos de concentração das pessoas em situação de rua (Figura 19).

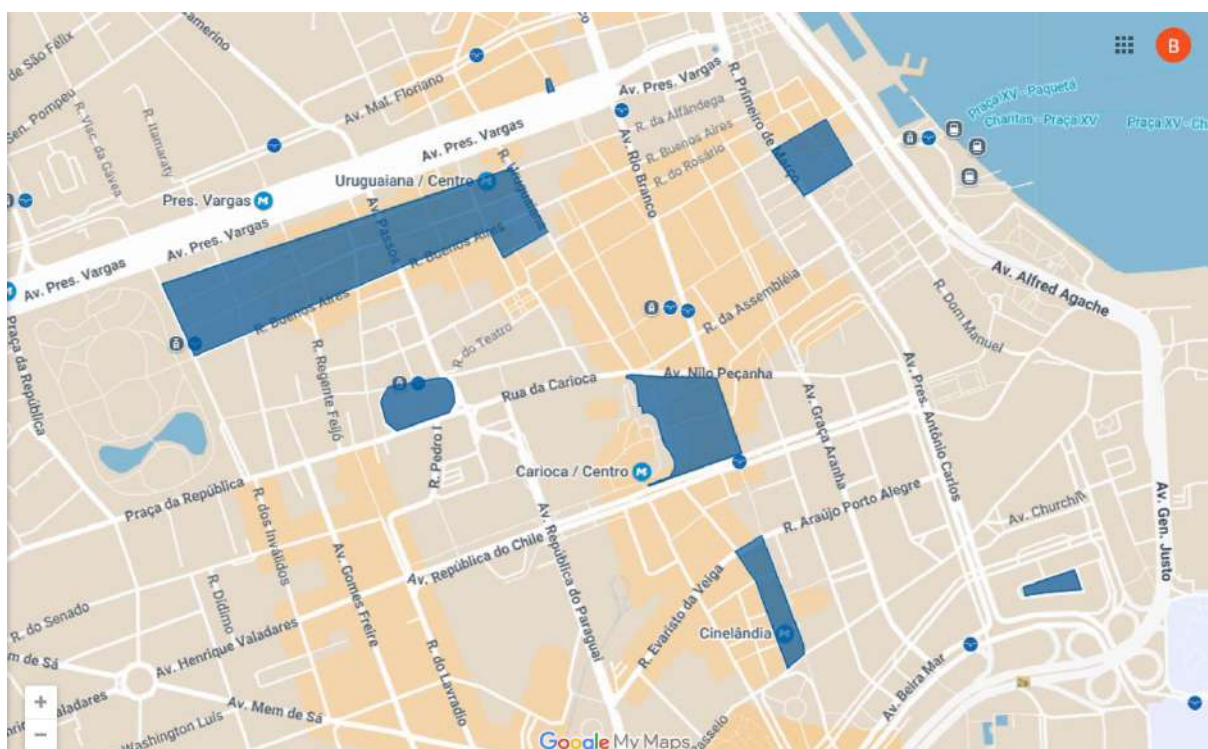


Figura 18: Mapa de áreas de forte controle e intolerância. Fonte: MyMaps Google, elaboração da autora e Bruno Frazão (Grupo de Pesquisa Direito à Cidade, Observatório das Metrôpoles).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese buscou apresentar os conflitos inerentes gerados pela apropriação do espaço urbano pelas pessoas em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro, interpretando as formas como essa apropriação se concretiza. Através dos capítulos deste trabalho, buscamos apontar elementos estruturais que podem empurrar pessoas para a vida nas ruas, visto que a exclusão de uma parcela considerável da população é inerente ao sistema capitalista; apresentar a realidade complexa da população em situação de rua, passando por uma retomada histórica, características, perfis e condições dessa população – tanto a partir da literatura disponível, como da pesquisa de campo –; abordar pontos de debate e grande impacto na vida das pessoas em situação de rua, como as políticas públicas, dados censitários, trabalho ou formas de ganhar recursos, estigmatização e violência; e, por fim, identificar os conflitos que são grandes causadores do deslocamento da população em situação de rua, contribuindo para a instabilidade e uma territorialização que não se completa, mas que, ao mesmo tempo, nas áreas de forte controle e intolerância, é possível perceber pessoas que elaboram táticas para sobreviver nelas, comprovando que o espaço não é apenas uma coisa ou outra, e sim uma confluência de isotopias e heterotopias.

Mas, para além de um breve resumo do percurso dessa pesquisa, gostaria de trazer alguns pontos de reflexão. A pesquisa de campo foi oficialmente finalizada em dezembro de 2023, com a participação da última reunião do Fórum Pop. Rua deste ano. No entanto, ao caminhar pelas ruas das cidades, é difícil perder o olhar que observa a presença ou ausência de pessoas em situação de rua ou – mais difícil ainda – ignorar se alguém te aborda para pedir dinheiro, comida, ou vender algum produto, quando se está em um lugar público ou aberto.

Em meados de 2022, iniciei um trabalho em uma empresa, cujo escritório fica na Rua da Quitanda, 187. Meu trajeto, desde então (até a conclusão deste trabalho), consiste em sair na estação das Barcas (Praça XV) e caminhar pelo Boulevard Olímpico (passando pela Pira Olímpica e pela Avenida Visconde de Inhaúma), até chegar ao destino. Nesse período, pude acompanhar mudanças no uso desse espaço pela população em situação de rua, assim como variavam também os horários de uso. Por exemplo, se eu passasse por esse caminho até 7 horas, no máximo, poderia ver um pano estendido entre duas árvores, fazendo uma espécie

de cabana e isolando a pessoa que dormia no banco que havia nesse espaço, da vista de quem passava. Se eu passasse uns minutos depois desse horário, poderia ver o senhor que dormia ali, arrumando suas coisas ou apenas sentado neste banco. E, no caso de passar ainda mais tarde, depois de 7h:30 minutos (como era minha rotina na maior parte dos dias), eu nem o via.

Nesse período, também percebo que a depender do horário, pode-se encontrar pessoas dormindo nos bancos e que geralmente é possível vê-las em horários de manhã cedo, mas não à noite; percebo sempre as duas mesmas pessoas na Avenida Visconde de Inhaúma, quase na esquina com a Rua Candelária, que passaram a viver lá desde que a farmácia fechou e, nesse caso, vejo-as em qualquer horário do dia; pessoas socializando e fazendo comida em fogões improvisados em um monumento que tem neste caminho (Figura 20) e que o mais comum é vermos à noite, mas não em outros horários do dia; e mudanças no espaço físico em si, como a manutenção de arbustos ou a retirada destes, que ficavam na mesma direção das árvores mencionadas (Figuras 21 e 22). A presença dos arbustos permitia certa privacidade e, por vezes, foi possível observar pessoas dormindo ali.



Figura 20: Imagem do “monumento”. Fonte: Google Maps.

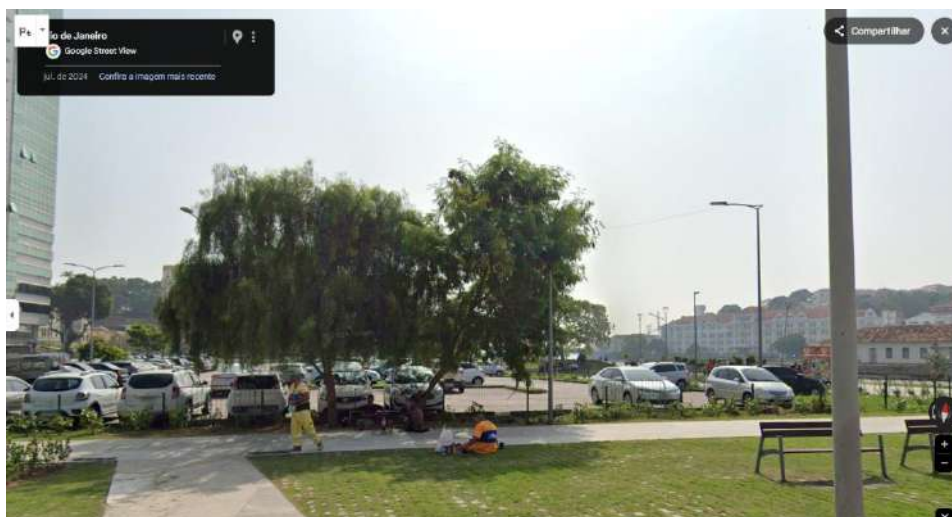


Figura 21: Sem a presença de arbustos altos, na direção das árvores em que dormia o senhor, imagem de 2024. Fonte: Google Maps.



Figura 22: Com a presença de arbustos altos, imagem de 2021. Fonte: Google Maps.

Essas variações comprovam que a ocupação do espaço pelas pessoas em situação de rua é completamente dinâmica, podendo mudar no mesmo dia e, portanto, os locais de maior concentração, as áreas de trabalho dos grupos mediadores e os espaços de maior controle e intolerância com a população em situação de rua, apresentados no quarto capítulo deste trabalho, podem mudar muito rapidamente. A exposição feita sobre a população em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro hoje, é um retrato, um recorte no tempo.

Há, no entanto, temáticas que persistem como a vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade às quais essa população é submetida historicamente no Brasil, como apresentado na segunda seção do segundo capítulo deste trabalho.

A forma como essa população é tratada por outros grupos da sociedade e, principalmente, pelo Estado, varia na história entre a caridade - que remete a uma moral religiosa -, a criminalidade (com a criminalização da vadiagem no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890, que perdurou até 1940), políticas higienistas e de negação de direitos a pessoas ex escravas (como a Lei de Terras de 1850 que nega o acesso a terras para essa população) e políticas de morte, como vimos na primeira seção do capítulo quatro. Há ainda as políticas que podem contribuir para crescer o número de pessoas vivendo em situação de rua, como as ações de despejo de moradores de ocupações e as políticas de segurança pública, como o Choque de Ordem, do qual falamos mais especialmente na última seção do capítulo três, através das notícias de jornais. Raquel Carriconde (2020), explicita essa possibilidade de migrar de uma situação precária para a situação de rua por conta do Choque de Ordem através do relato a seguir:

Desde 2007, Vilma alugava uma “vaga para dormir” – cama/banheiro – em um quarto de pensão na Central do Brasil. Pertencia a ela uma caixa térmica de isopor de 60 litros e um carrinho feito com dois skates acoplados por cordas extensoras que também formavam uma alça pela qual ele era puxado. A caixa de isopor sobre o carrinho formava o seu instrumento de trabalho, a partir do qual retirava seu orçamento diário e com o qual pagava o aluguel de sua vaga para dormir, sua alimentação – as “quentinhas” –, as mercadorias que conseguia em consignação em um depósito da região para vender – água, refrigerantes, sucos e gelo – e a “segurança” de sua “vaga no asfalto” – ponto de venda. A caixa com gelo e bebidas sobre o improvisado carrinho formava seu instável e urgente “ganha pão”. Em 2013, Vilma teve seu carrinho e isopor apreendidos em uma Operação do Choque de Ordem. Um mês depois, com três semanas de atraso do aluguel e sem conseguir “levantar” o dinheiro para pagar as mercadorias, é expulsa da região “pelos meninos do movimento”. Deveria ir para longe, disseram; conseguiu chegar até na Lapa. Ali foi alvo de outra Operação do Choque de Ordem – “operações de recolhimento” – e levada para uma Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) como “moradora de rua” para posteriormente ser encaminhada a um abrigo. (CARRICONDE, 2020, p. 90)

Não podemos deixar de destacar ainda o fato racial que perpassa a exclusão sistêmica e manutenção da vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade sob a qual essa população é colocada por meio das ações do Estado e das políticas públicas, como apontamos também na segunda seção do segundo capítulo.

Por outro lado, ao campo político que visa proteger a população em situação de rua – especialmente através da formulação de decretos, leis e outros textos jurídicos, como a ADPF 976 – faltam ainda muitos avanços, como tratamos na segunda seção do terceiro capítulo. As políticas existentes hoje, tanto a nível nacional como municipal, não são implementadas. Depois de dois anos da ADPF

976 de 2023, ações violentas contra a população em situação de rua continuam acontecendo e os planos que estados e municípios deveriam apresentar ao governo federal nem todos se realizaram, gerando fiscalizações fracas. E, para implementação e execução de políticas para a população em situação de rua, deve-se reservar parte do orçamento público para isso. Em reuniões do Fórum Pop. Rua, o discurso do baixo orçamento para a Secretaria de Assistência Social no Rio de Janeiro, por exemplo, é muito recorrente e apareceu em vários momentos. Além disso, como tratamos neste trabalho, faltam dados a nível nacional, tratados e com metodologias claras de contagem desta população.

Cabe aqui uma provocação: ainda que essas políticas passem a ser implementadas muito em breve, vale a reflexão de que talvez elas não sejam o suficiente para dar resolver a situação de rua. Um exemplo é a lei 6.355/2018 da cidade do Rio de Janeiro, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho em serviços ou obras para pessoas em situação de rua. Apenas as pessoas acompanhadas pela SMAS e com condições físicas e mentais para tal conseguirão esses empregos, mas a rua é formada de muitos perfis, inclusive de pessoas que não possuem essas condições. Por isso, reforçamos que as políticas públicas voltadas a essa população, tão heterogênea, devem ser intersetoriais e que trabalhem de forma conjunta: habitação, saúde e assistência social, principalmente. Além de um reconhecimento de que, em alguns casos, a pessoa pode precisar de um suporte do Estado até sua morte, para que não volte para as ruas. Por esse caminho, poderíamos começar a avançar.

Como dissemos no início desse trabalho, o fenômeno da população de rua é complexo, envolve muitos assuntos diferentes e resulta em um campo muito desafiador. A pesquisa de campo gerou bastante material, trazendo muitas questões, assim como a literatura sobre essa população. Diversos temas que surgiram, não foram possíveis de serem abordados e aprofundados neste trabalho, como os temas das condições de saúde mental das pessoas em situação de rua, ser mulher na rua (e como é menstruar, engravidar e criar uma criança na rua), e a presença de crianças nas ruas. Outros trabalhos – inclusive citados na Introdução, a partir da revisão bibliográfica – tratam desses temas com maior atenção e cuidado, mas não poderíamos deixar de mencionar que são grupos que também vivem nas

ruas e que suas formas de vida podem ser mais complicadas devido às suas características.

Além do material já apresentado e discutido no último capítulo, valem dois destaques. Apesar de não ter sido abordado de forma direta, o trabalho ou a rotina de conseguir recursos para sua sobrevivência esteve presente na fala de todos os entrevistados. Helena, Cláudio e Vânia reconhecem que essa população trabalha especialmente através do recolhimento de material reciclável. Essa era a função de Célia que também fazia tranças. Maria trabalhava organizando o banho no Largo da Carioca. Jonas fazia diversos bicos e Betânia era ambulante. A diversidade das formas de trabalho é também refletida pelas diferentes possibilidades e interesses de estabelecer uma rotina e variadas oportunidades que a rua vai mostrando conforme vai-se vivenciando-a. Esses trabalhos podem permitir a saída da situação de rua, mas não necessariamente a saída de uma situação de vulnerabilidade e precariedade, como é o caso de Maria.

O segundo ponto de destaque é a diferença do tempo de vida nas ruas. As pessoas que entrevistamos tem uma longa trajetória, mais de décadas, nas ruas. A construção de sua identidade e as relações que ela estabelece com o território e com outras pessoas são conformadas por essa vida. É a forma de viver que elas mais conhecem, elas têm a rua mapeada, como nos disse Helena. Por esse motivo, inclusive, alguns acham mais tranquilo ou seguro dormir na rua do que em ocupações ou abrigos. Por outro lado, quando conversamos brevemente com pessoas que estavam em filas de abrigo, durante as idas à campo, eram pessoas que estavam há 2 anos ou menos nas ruas. O que nos leva a pensar que essas pessoas, que ainda possuem, de forma mais presente, a referência do que é ter um lar e um teto, busca, ao se ver em situação de rua, algo que a faça se sentir minimamente segura e acolhida.

Por toda a complexidade, estigmatização, violência – física e simbólica –, histórico de exclusão, racismo e tantas outras questões que perpassam a situação de rua, é difícil pensar em políticas que consigam resolver a questão. Pode-se mitigar e reduzir danos, mas como trabalhamos no segundo capítulo deste trabalho e na primeira seção do quarto capítulo, a exclusão é sistêmica e o conflito é inerente à própria existência da população em situação de rua. Nosso modelo de Estado e de gestão das cidades tem como público-alvo de suas políticas mais violentas os

pobres urbanos e negros. Dependemos sempre de ciclos políticos, que variam a cada período eleitoral, para concluir se essa população será tratada com mais ou menos violência.

Ainda assim, os relatos apresentados ao longo deste trabalho, especialmente no último capítulo, mostram que a vida nas ruas não se resume apenas à sobrevivência. Há histórias de reinvenção, de superação da situação de rua, de elaboração de estratégias cotidianas, de reconstrução e reconstrução de vínculos e de produção de outras formas de habitar e viver a cidade. Mesmo diante de inúmeras barreiras e desafios, as pessoas em situação de rua seguem vivendo, produzindo outros caminhos para suas vidas e, em alguma medida, também para a cidade.

Portanto, talvez seja o momento de tentarmos imaginar outras formas de organização possíveis que contemplem, de forma igualitária, a inclusão de todas as pessoas. Enquanto não acontecem transformações estruturais, a população em situação de rua continua existindo, resistindo e vivendo – para além do que os grupos hegemônicos que a marginalizam parecem permitir.

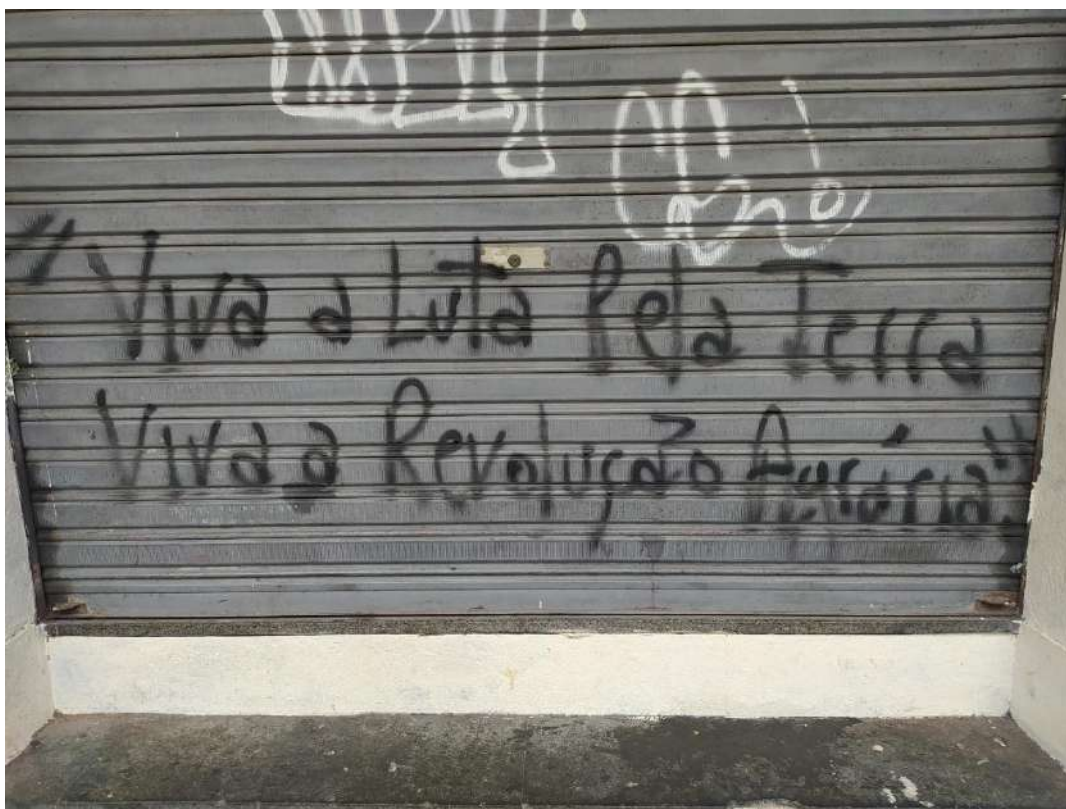


Figura 23: Pixação na nossa primeira caminhada com Jonas. Fonte: Acervo da autora, tirada em 19 de fevereiro de 2022.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Gustavo Dantas. **“Viver sobre si” e outras formas de viver na corte imperial**: moradias de escravos, libertos e livres de cor na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1717>.
- AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 33–53.
- ALBUQUERQUE, Tatiana Sanson. Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 - 2014. In: **XVII ENANPUR, Anais**, 2017.
- ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. 2. ed. 1a reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2014.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARBOSA, José Carlos Gomes. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua**: desafios e aprendizados. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento), Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. Rio de Janeiro, 2018.
- BARBOSA, Larissa Oliveira *et al.*. Abordagem interprofissional à população em situação de rua: relato de experiência. **Ciência & Saúde** (Porto Alegre), v. 11, p. 198, 2018.
- BORIN, Marisa. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 12, p. 123-145, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8809>.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. 1 ed. Porto: Campos da Letras, 2006.
- _____. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159 a 166.
- CAMBA, Salete Valesan (org.); BOVE, Cristina; FIGUEIREDO, Gladston. **População em Situação de Rua**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos. Governo Federal, Brasília. 2015.
- CARVALHO, Rayanne Souza. Vida nas ruas: A população em situação de rua, cotidiano e apropriação dos espaços públicos na cidade de Belém-PA. In: XIII Enanpege - Encontro Nacional da Anpege, 2019, São Paulo. **Anais Eletrônicos XIII Enanpege**, 2019.
- CARRICONDE, Raquel. Refugiados urbanos em trânsito permanente: efeitos menos visíveis da produção de uma cidade olímpica. **Historia y Sociedad**, Bogotá, v. 39, p. 82-104, jul./dez. 2020. DOI: 10.15446/hys.n39.82883. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/hys.n39.82883>.

CASSAL, Milena Pereira; Fernandes, Talita. A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam? **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, p. 97-104, 2020.

CEOLIN, Bruna *et al.* População em situação de rua: estudo da realidade vivida. **Caderno Humanidades em Perspectiva**, v.4, 2020.

CENSO de População em Situação de Rua no Rio de Janeiro 2020. Disponível em <<https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/pages/resultados>>

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga; RODRIGUES, Mônica (orgs.). Rua: aprendendo a contar. **Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua**. Brasília, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>

DIAS, André Luiz Freitas (org). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil** - Relatório técnico-científico. Belo Horizonte: Plataforma de Atenção em Direitos Humanos; Programa Polos de Cidadania; Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Volume II, 1994.

_____.; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Edição revista. São Paulo: Boitempo. 2010.

EUGÊNIO, Jordania de Oliveira. **A experiência turística da população em situação de rua da cidade de Niterói - RJ**: Horizontes possíveis para o turismo social. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014.

FIDALGO, Tarcyla; TERRA, Beatriz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Reviver o Centro. Para quem? Análise preliminar sobre o programa apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. **Observatório das Metrópoles**, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/reviver-o-centro-para-quem-analise-preliminar-sobre-o-programa-apresentado-pela-prefeitura-do-rio-de-janeiro/>.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1994.

GRAND JUNIOR, João; GONZAGA, João Gabriel Gomes; ALMEIDA, Thácio Henrique's. **Mapeamento da população em situação de rua no Rio de Janeiro**: uma proposta metodológica. 2020. Disponível em https://www.academia.edu/44837829/Mapeamento_da_Popula%C3%A7%C3%A3o_em_Situa%C3%A7%C3%A3o_de_Rua_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc... **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Niterói, nº 2 (4), v. 1, p. 39-52, agosto de 2007.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debate** nº 6, p. 6-35, set. 1982.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JAENISCH, Samuel Thomas. Revivendo para o capital: O programa Reviver Centro como nova rodada de conflitos urbanos na região central e portuária da cidade do Rio de Janeiro. **X Colóquio LADU-UFRJ**: Direito à cidade em Movimento. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 1 ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, v. 14, n. 4, p. 21 - 33, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **Política dos "improváveis"**: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Parecer ministerial. **Ação civil pública por ato de improbidade administrativa**. Implementação do chamado "Choque de Ordem" sobre a população adulta em situação de rua do Município do Rio de Janeiro. In: Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 53, p. 323-342, jul./set. 2014.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363 - 377, set./dez. 2016.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **Cartilha para formação política** – Conhecer para lutar. Out. 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11291/1/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). **Nota técnica IPEA**, n. 73, jun. 2020.

_____. Estimativa da população em situação de no Brasil (2012-2022). **Nota técnica IPEA**, n. 103, fev. 2023.

NONATO, Domingos do Nascimento; DIAS, Daniella Maria dos Santos. Programa Minha Casa, Minha Vida: política pública de (ex)inclusão social da população em situação de rua. **Revista de Direito Social e Políticas Públicas**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 52-72, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/1558>.

OLIVEIRA, Araly Cristina de; OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. À margem da história e da sociedade: a construção da cidadania e situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Guaju, v.5, n.1, p. 190-217, jan./jun. 2019.

PALOMBINI, Leonardo. Moradores de Rua e suas relações com o Espaço Urbano: Dos Subespaços ao Território Descontínuo Paradoxal. *In*: Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas cidades, 2016, Ponta Grossa/PR. **Anais do IV Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades e IV Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas cidades: Visibilidades, Escalas Geográficas e Desafios Metodológicos**.

PESQUISA censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Disponível em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf>

PIMENTEL, Lidia Valesca. Políticas Públicas de Atendimento à População de Rua. **Conhecer: Debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 8, p. 88-99, 2018.

PINHO, Roberta Justel do *et al*. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, p. 480-495, 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens políticas e econômicas de nossa época. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

REIS, Mariana Sato dos; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. População de Rua, Território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, nº 1, v. 16, p. 43-65, jul/dez 2013.

RELATÓRIO sobre o Impacto da Políticas Econômica de Austeridade nos Direitos Humanos. **Plataforma DHESCA Brasil**. 2017. Disponível em <<http://austeridade.plataformadh.org.br/>> Acesso em 03 ago. 2018.

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo. **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 35, 2019.

RIBEIRO, L.C.Q. – Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano, *In*: Carneiro, S. e Sant'Anna, M. J. G. (orgs) **Cidade: olhares e trajetórias**: Rio de Janeiro, Garamond, 2009. p. 43/72.

RIBEIRO, Bruna; TERRA, Beatriz; FIDALGO, Tarcyla. Expressividades dos invisíveis: Morar, trabalhar e viver no Centro do Rio de Janeiro. *In*: XX ENANPUR, Belém. **Anais do XX Encontro Nacional da ANPUR**, 2023.

ROBAINA, Igor. **Entre mobilidades e permanências: Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

_____. Deixados na esquina da morte: população em situação de rua, bio(geo)política e COVID-19. **Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 5, p. 81-86, 2020.

ROSANELI, Alessandro. Filla.; DALMOLIN, Gláucia. Helena.; FARIA, Débora Raquel. O conceito de espaço público: Sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR. *In*: XVII ENANPUR, Natal, 2019. **Anais do XVII ENANPUR**.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. *In*: CARDOZO, José Carlos da Silva. [et al.] (Orgs.). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Rio Grande: FURG, 2019.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2 ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANCHOTENE, Iulla Portillo *et al.* MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, p. 146-160, 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas**: condições para a sociedade urbana. 1 ed. Belo Horizonte: C/Arte, p. 193-213, 2015.

_____; WERNECK, Mariana; NOVAES, Patricia Ramos. Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. **Revista de Urbanismo, Santiago**, n. 42, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/ru/n42/0717-5051-ru-42-00001.pdf>.

_____. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. *In*: **Caderno de formação**: o direito à cidade, os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e as políticas públicas. Orlando Alves dos Santos Júnior; Valéria Pinheiro; Patrícia Ramos Novaes (organizadores). Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU;

Observatório das Metrópoles, 2021. p. 6–11. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-ODS_FNRU_2021.pdf.

_____.; MÜLLER, Cristiano. **Relatório da Missão Realizada em São Paulo nos dias 17 e 18 de dezembro de 2009**. 2009. Disponível em <<http://www.plataformadh.org.br/2014/05/29/2009-denuncia-de-despejos-e-remocoes-de-comunidades-de-baixa-renda-sp/>> Acesso em 03 ago. 2018.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. *In*: **Territórios Negros**: Patrimônio e educação na Pequena África. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2022.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Brutalidade e complexidade na economia global. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: Aline Espindola Dornelles; Julia Obst; Marta Borba Silva. (Org.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1 ed. Porto Alegre: FASC, p. 11-26, 2012.

SILVA, Diogo Jordão; SILVA, Silvana Cristina da. População em situação de rua, território e políticas sociais em Campos dos Goytacazes/RJ. *In*: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Anais do XVII Enanpur**. São Paulo: FAAUSP, v. 1. p. 1-15, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Nota técnica IPEA**, n. 74, jun. 2020.

SILVA, Tiago Lemões da. Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 19, p. 123-141, 2019.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *In*: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

TELLES, Vera. Espaço público e privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 23-48, 1990.

_____. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 97-126, 2009.

TIENGO, Verônica Martins. O fenômeno da população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138 - 150, jan./jul. 2018.

TOPALOV, Christian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista? São Paulo: Hucitec, 1992.

WACQUANT, L. Decivilizing and demonizing: the remaking of the black America ghetto. In: LOYAL, Steven; QUILLEY, Stephen (orgs.). **The Sociology of Norbert Elias**, Cambridge. 2004.

WIJK, Livia Bustamente Van; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 3357-3368, 2019.

XIMENES, Luciana Alencar. Políticas de Aluguel Social: a concessão de auxílios temporários ao aluguel e remoções forçadas em grandes cidades brasileiras. **Anais do XX Encontro Nacional da ANPUR**, 2023.

ZINEK, Wesley Cândido; PASSOS, Henrique de Oliveira. “UM JUDAS NO PORTE E NÓS NÃO VAMOS MORRER”! Pessoas em situação de rua, necropolítica e COVID-19 na região metropolitana da Grande Vitória. In: **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, vol. 5, nº 9, p. 174-179, maio de 2020.

APÊNDICE A – Ficha de observação

Ficha de observação	
Data	
Horário	
Local	
Período de observação	() Manhã () Tarde () Noite
Condições do tempo	() Aberto () Nublado () Chuvoso
Número aproximado de pessoas	() 5-10 () 11-20 () 21-30 () + 30
Mulheres, homens e crianças	Mulheres: () Nenhuma () 1-5 () 6-10 () +11
	Crianças: () Nenhuma () 1-5 () 6-10 () +11
	Homens: () Nenhum () 1-5 () 6-10 () +11
Descrição do entorno	
Grupos Mediadores	
Presença de grupos mediadores?	() S () N
Se sim, quantos?	
Descrição do trabalho dos grupos	

APÊNDICE B – Perguntas norteadoras

BLOCO 1: Perfil do interlocutor

1. Nome:
2. Idade:
3. Mora em qual localidade:
4. Desde:
5. Cidade de origem:
6. Nível educacional:
7. Parentes no RJ:
8. Motivo de ir morar na rua:
9. Durante o dia, onde você normalmente fica?
10. Quais são suas atividades durante o dia?
11. Quais são suas formas de lazer, o que você faz para se distrair e divertir?
12. Onde você normalmente dorme?
13. (Se perceber mudança de lugar) Por que você dorme em lugar diferente de onde você passa o dia pela manhã?
14. Onde você já dormiu, além de onde você dorme hoje?

BLOCO 2: Dimensão dos Conflitos

1. Você já presenciou/vivenciou momentos em que pessoas/agentes expulsam pessoas em situação de rua de um determinado lugar?
2. Normalmente, quem são essas pessoas/grupos que fazem essas expulsões?
3. Quais são os locais, aqui no Centro, que você já presenciou ou vivenciou isso?
4. Você já soube de situações em que pessoas ou grupos que moram ou trabalham no Centro pediram para que pessoas de rua fossem removidas daquele espaço? Se sim, como foi?

5. Você sente que, no geral, pessoas, que não vivem na rua, tendem a mais ignorar ou olhar feio para a população em situação de rua?
6. Você já viu/teve problemas com comerciantes? Por exemplo, em caso de expulsarem debaixo de marquises?
7. Você já viu/teve problemas com guardas municipais, policiais, agente do Estado etc.?
8. Você já viu/teve problemas com o tráfico?
9. Você já viu/teve problemas com grupos milicianos?
10. Você já dormiu em abrigo? Se não, por quê? Se sim, onde? E qual sua impressão dos abrigos?

BLOCO 3: Dimensão do trabalho

1. Você trabalha? Qual sua função normalmente?
2. Onde você mais realiza seu trabalho? E em qual(s) turno(s) do dia?
3. As pessoas que você conhece, que também moram na rua, trabalham? Com o que, normalmente? E onde?
4. Entre as pessoas que você conhece, há aquelas vivem apenas de pedir dinheiro?

BLOCO 4: Dimensão dos mediadores

1. Você conhece grupos que trabalham com população em situação de rua? (Abarca desde distribuição de alimentos até recepção para auxiliar retirada de documentos, por exemplo). Se sim, o que normalmente esses grupos fazem?
2. Tem almoço e janta sendo distribuídos ao longo da semana? Quais são os horários normalmente?
3. E aos finais de semana?
4. Desses grupos, algum deles tem sede física? Por exemplo, você sabe até onde ir para pegar almoço, tomar banho, pegar janta etc?
5. Onde você encontra esses grupos normalmente?
6. Você diria que a maior parte desses grupos são religiosos?